



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL**

**SIMONE DIAS FERREIRA**

**A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA: ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO**  
**DO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE**

MACAPÁ  
2018

**SIMONE DIAS FERREIRA**

**A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA: ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO  
DO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, como requisito para qualificação e obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Tostes.

Co-orientador: Prof. Dr. José Francisco de Carvalho Ferreira.

MACAPÁ  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborado por Mara Patrícia Corrêa Garcia CRB-2/1248

711.4098116

F383l Ferreira, Simone Dias

I.I.I A lógica da ação coletiva: análise do processo de construção do Plano Diretor de Oiapoque / Simone Dias Ferreira; orientador, José Alberto Tostes; coorientador, José Francisco de Carvalho Ferreira. – Macapá, 2018.  
121 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Plano Diretor – Oiapoque (AP). 2. Planejamento urbano – Oiapoque (AP). 3. Política urbana – Oiapoque (AP). I. Tostes, José Alberto, orientador. II. Ferreira, José Francisco de Carvalho, coorientador. III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

**SIMONE DIAS FERREIRA**

**A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA: ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO  
DO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Banca examinadora:

---

**Prof. Dr. José Alberto Tostes – Orientador**

Universidade Federal do Amapá – PPGMDR/UNIFAP

---

**Prof. Dr. José Marcelo Martins Medeiros (Membro Interno)**

Universidade Federal do Amapá – PPGMDR/UNIFAP

---

**Profa. Dr. Eliana do Socorro de Brito Paixão - (Membro Externo)**

Universidade Federal do Amapá – Curso de Secretariado Executivo

---

**Prof. Dr. Marco Antônio Augusto Chagas – (Suplente Membro Interno)**

Universidade Federal do Amapá – PPGMDR/UNIFAP

---

**Profa. Dr. Rosimery Ferreira – (Suplente Membro Externo)**

Universidade Federal do Amapá

Apresentado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito:\_\_\_\_\_

MACAPÁ  
2018

Dedico este trabalho a minha família pelo privilégio de experimentar junto com vocês o amor em sua maior unidade neste plano espiritual. Ao meu pai **Guilherme Cardoso Ferreira** por que vejo você em mim nas ações de bondade e disseminação do amor de Deus para com o próximo, a minha mãe **Rosa Maria Dias Ferreira** por que vejo você em mim nas ações de partilha dos sonhos junto à família, pois suas palavras ecoam em meu coração “A galinha sempre protege os pintinhos embaixo de suas asas”.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeira instância agradeço a minha família por partilhar dos meus sonhos e acreditar na minha capacidade em atingi-los. Obrigada pai amado Guilherme por ser minha maior inspiração na busca pelo conhecimento e amada mãe Rosa por me acalantar nos momentos difíceis, obrigada irmãos e sobrinhos por representar a força que me move, pois é com vocês que partilho todos os benefícios alcançados. A todos os Ferreiras e Dias que direta e indiretamente fazem parte da minha vida e são parte da minha grande e querida família. Agradeço também a minha comunidade ribeirinha Santa Maria do Rio Maracapucu, Ilhas de Abaetetuba-PA por servir de inspiração na escolha do Mestrado em Desenvolvimento Regional, pois sempre foi pretensão aplicar os conhecimentos adquiridos nesse lugar onde se encontram minhas raízes e meu coração. Nesse sentido, elevo minha gratidão a Deus por ser o criador de tudo que sou e possuo.

Meus agradecimentos ao meu orientador José Alberto Tostes por aceitar o desafio de me encaminhar nessa trajetória de amadurecimento científico. Ressalto a importância em minha vida acadêmica de dois professores tão queridos José Francisco e Marco Chagas sempre terão minha gratidão. A todos os professores do colegiado do Mestrado em Desenvolvimento Regional por compartilhar seus conhecimentos e permitir a construção de uma amizade que levo comigo em especial ao professor Raullyan Borja pela empatia e o carinho dedicado a seus alunos. A Universidade Federal do Amapá por ser desde a minha graduação e agora no mestrado a minha “Casa do Saber, Conhecer e do Fazer Científico”.

Agradeço a Prefeitura Municipal de Oiapoque pelo apoio e subsídio no desenvolvimento da pesquisa. Em especial a minha querida equipe de trabalho que hoje são meus amigos de Oiapoque, Edson Maia, Arthur Moraes, Jamile Garcia, Bárbara Couto, os queridos alunos do IFAP e toda equipe da PMO que colaborou com a coleta de dados no município de Oiapoque, a contribuição e ajuda de vocês foi fundamental para a construção do meu trabalho.

Agradeço a minha família de Macapá, Nazaré, Tainara, Nathália e especialmente ao meu filho do coração Henrique Narayan. Também agradeço a Maria Lúcia Bitencourt por se fazer especial em minha vida sendo uma mãe do coração que tenho nesta terra.

Agradeço ao meu amigo mais querido Edilson Mendes Pantoja por seu amor incondicional e por ser meu apoio em todos os momentos, meu muito obrigada, você é meu presente de Deus.

Agradeço de todo coração a Jacklinne Matta, Juliana Barros, Franquília Lima, Ricardo Brito e Antônio Feijão, a amizade, o amor e a ajuda de vocês foi o que me deu força nos momentos difíceis não teria chegado até aqui sem vocês meus amores.

Agradeço também aos meus amigos do mestrado Maiara, Úrsula, Deliane, Débora, Ana Karolina, Symonna, Nilde, Sancler, Katrícia e Tayra certa de que nossa amizade é marcada pela continuação de uma trajetória de amor...

## RESUMO

O estudo da cidade perpassa pelo entendimento de uma diversidade de processos que envolvem o planejamento urbano tendo como principal instrumento da política urbana o Plano Diretor Municipal, também versa sobre a compreensão do modelo de desenvolvimento e das ações coletivas dos agentes sociais que influenciam na organização e na evolução do espaço urbano no qual a sociedade do século XXI está inserida em sua maior parcela. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em analisar os aspectos relacionados à ação coletiva no processo de construção do plano diretor de Oiapoque. A investigação da temática fundamentou-se em uma pesquisa descritiva e exploratória adotando como procedimento técnico as pesquisas bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, quanto à análise do conteúdo elegeram-se as análises qualitativa e quantitativa. Dentre os principais resultados alçados no estudo se apresentou a trajetória de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque como uma ação inacabada que se estende pelo período de onze anos de tentativas sem alcance de sucesso. Como evidências pontuou-se a ação coletiva descrevendo o perfil dos agentes que participam ou estão envolvidos com atividades dessa natureza em Oiapoque e que fizeram parte do processo de elaboração do plano, bem como se identificou que a ação coletiva no município enfrenta problemas relacionados à baixa articulação entre a administração municipal e a sociedade, fato resultante de uma relação permeada pela desconfiança entre tais atores, na qual os interesses coletivos são fragmentados e defendidos dentro de pequenos grupos sociais de forma isolada com interesses que se divergem de um grupo para o outro, aspecto este que figura o ponto central da fragilidade nas ações coletivas em Oiapoque.

**Palavras Chaves:** Desenvolvimento. Planejamento. Cidade.



## **ABSTRACT**

The study of the city encompasses the understanding of a diversity of processes that involve urban planning with the Municipal Policy Plan as the main urban policy instrument. It also deals with the understanding of the development model and the collective actions of social agents that influence the organization and in the evolution of the urban space in which the society of the 21st century is inserted in its greater part. In this sense, the objective of this work was to analyze the aspects related to the collective action in the process of construction of the master plan of Oiapoque. The investigation of the thematic was based on a descriptive and exploratory research adopting as technical procedure bibliographical, documentary and field research, as for the analysis of the content the qualitative and quantitative analyzes were chosen. Among the main results presented in the study was the trajectory of elaboration of the Master Plan of Oiapoque as an unfinished action that extends over the period of eleven years of unsuccessful attempts. With evidence the collective action was described describing the profile of the agents that participate or are involved with activities of this nature in Oiapoque and that were part of the plan elaboration process, as well as it was identified that the collective action in the municipality faces problems related to low articulation between the municipal administration and society, a fact that results from a relationship permeated by distrust among such actors, in which collective interests are fragmented and defended within small social groups in an isolated way with interests that diverge from one group to another, aspect which is the central point of fragility in collective actions in Oiapoque.

**Key Words:** Development. Planning. City.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Registro fotográfico I Seminário em Oiapoque, 2005.....	63
Fotografia 2	Participante do I Seminário em Oiapoque, 2005.....	63
Fotografia 3	II Seminário do Plano Diretor de Oiapoque, 2009.....	64
Fotografia 4	Formação da Força Tarefa Local em Oiapoque, 2009.....	64
Fotografia 5	III Seminário do Plano Diretor de Oiapoque, 2013.....	65
Fotografia 6	Representante da PMO e UNIFAP de Oiapoque, 2013.....	65
Fotografia 7	Proposta do Plano Diretor Participativo de Oiapoque “Leitura da Cidade” 2014.....	66
Fotografia 8	IV Seminário do Plano Diretor de Oiapoque, 2017.....	68
Fotografia 9	Participantes do IV Seminário de Oiapoque, 2017.....	68
Fotografia 10	Equipe Técnica da Prefeitura de Oiapoque, 2017.....	68
Fotografia 11	Execução do trabalho de campo em Oiapoque, 2017.....	68
Fotografia 12	Colaboradores (alunos) do IFAP de Oiapoque, 2017.....	69
Fotografia 13	Aplicação dos questionários em Oiapoque, 2017.....	69
Fotografia 14	Reunião na Comunidade Clevelândia do Norte de Oiapoque, 2017.....	69
Fotografia 15	Reunião na Comunidade Vila Velha do Cassiporé de Oiapoque, 2017.....	69
Fotografia 16	Reunião na Comunidade Primeiro do Cassiporé em Oiapoque, 2017.....	69
Fotografia 17	Vila Vitória em Oiapoque, 2017.....	69
Fotografia 18	Registro do V Seminário do plano diretor de Oiapoque, 2017.....	70
Fotografia 19	Apresentação do diagnóstico do plano diretor de Oiapoque, 2017.....	70
Fotografia 20	Trabalhos em grupo do plano diretor de Oiapoque, 2017.....	70
Fotografia 21	Orientação trabalhos em grupo do plano diretor de Oiapoque, 2017.....	70

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Amostra dos indivíduos que praticam atividade coletiva e fizeram parte da pesquisa em Oiapoque, 2017.....	22
Gráfico 2	Representação dos setores da economia do município de Oiapoque em 2011.....	36
Gráfico 3	Evolução da população de Oiapoque de 1991 a 2016.....	44
Gráfico 4	Evolução da população urbana e rural de 1991 a 2010.....	44
Gráfico 5	Gênero dos entrevistados, Oiapoque 2017.....	72
Gráfico 6	Faixa etária dos entrevistados por gênero, Oiapoque 2017.....	72
Gráfico 7	Escolaridade por gênero, Oiapoque 2017.....	72
Gráfico 8	Local de origem dos entrevistados, Oiapoque 2017.....	73
Gráfico 9	Tempo de residência no município de Oiapoque, 2017.....	74
Gráfico 10	Atividades desempenhadas pelos entrevistados, Oiapoque 2017...	75
Gráfico 11	Renda mensal dos entrevistados, Oiapoque 2017.....	75
Gráfico 12	Categorias ou grupos de ação coletiva dos quais fazem parte os entrevistados, Oiapoque 2017.....	76
Gráfico 13	Participação dos grupos de ação coletiva em reuniões do plano diretor de Oiapoque, 2017.....	78

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do município de Oiapoque, 2017.....	34
Mapa 2	Equipamentos de atendimento de saúde públicos existentes em Oiapoque, 2017.....	38
Mapa 3	Instituições públicas de ensino existentes em Oiapoque, 2017.....	39
Mapa 4	Fonte de abastecimento de água utilizado pela população de Oiapoque, 2017.....	40
Mapa 5	Formas de tratamento do esgoto sanitário de Oiapoque, 2017.....	41
Mapa 6	Identificação das principais áreas de risco para ocorrência de desastres ambientais, 2017.....	42
Mapa 7	Identificação das principais áreas com conflitos ambientais existentes em Oiapoque, 2017.....	43
Mapa 8	Expansão urbana de Oiapoque de 1924 a 2014.....	45
Mapa 9	Divisão do perímetro urbano de Oiapoque por bairro, 2017.....	46
Mapa 10	Principais formas de ocupação do espaço urbano de Oiapoque, 2017.....	47

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Documentos analisados no estudo de 1988 a 2016.....	21
Quadro 2	Agentes (chaves) selecionados para as entrevistas em Oiapoque, 2017.....	23
Quadro 3	Diretrizes para Elaboração e Aplicabilidade de Planos Diretores.....	31
Quadro 4	Ações Estratégicas previstas no PDLIS, 2000.....	49
Quadro 5	Prioridades elencadas na proposta do Plano Diretor Participativo de Oiapoque de 2014.....	56
Quadro 6	O senhor (a) poderia relatar quais foram as primeiras ações adotadas para elaboração do Plano Diretor de Oiapoque desde o ano de 2005?.....	79
Quadro 7	Quem eram as instituições envolvidas? Oiapoque, 2017.....	81
Quadro 8	Poderia relatar os problemas que ocorreram durante o processo de tentativas de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.....	82
Quadro 9	Quais as suas frustrações em relação ao projeto de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.....	83
Quadro 10	Em sua opinião, como você considera que deve ser organizada a execução do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.....	83
Quadro 11	Qual a sua real expectativa com a retomada em 2017 do projeto de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque?.....	85
Quadro 12	Que benefícios você vislumbra que poderiam ser alcançados com a elaboração do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.....	86
Quadro 13	Em sua opinião, qual a contribuição que a instituição ou entidade que você trabalha ou representa pode oferecer para projetos de natureza participativa a exemplo, a elaboração do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.....	87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Universo amostral da pesquisa do diagnóstico plano diretor de Oiapoque, 2017.....	21
Tabela 2	Média comparativa dos indicadores sociais entre Amazônia, Amapá e Oiapoque, 2015.....	40
Tabela 3	Entendimento dos entrevistados em relação à função do plano diretor de acordo com os grupos sociais das ações coletivas, Oiapoque 2017.....	77

## LISTA DE SIGLAS

ADAP	Agência de Desenvolvimento do Amapá
ARQUIED	Plano de Gestão Emergencial de Oiapoque
CAESA	Companhia Estadual de Abastecimento de Água e Esgoto
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PD	Plano Diretor
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDMO	Plano Diretor Municipal de Oiapoque
PDO	Plano Diretor de Oiapoque
PDUO	Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Oiapoque
PIB	Produto Interno Bruto
PSA	Plano de Saneamento Ambiental
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SEBRAE	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá
SETRAP	Secretaria de Estado de Transporte
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
2.1	Tipologia de pesquisa adotada no estudo.....	19
2.2	Técnica de coleta e análise dos dados.....	20
<b>3</b>	<b>PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>25</b>
3.1	A cidade como lócus do desenvolvimento.....	27
3.2	Plano diretor e desenvolvimento.....	30
<b>4</b>	<b>CARACTERIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE.....</b>	<b>34</b>
4.1	Localização.....	34
4.2	Origem do município de Oiapoque.....	35
4.3	Aspectos econômicos.....	36
4.4	Aspectos sociais.....	37
4.5	Aspectos ambientais.....	42
4.6	Evolução urbana.....	44
4.7	Propostas de planejamento pensadas para Oiapoque.....	48
<b>5</b>	<b>A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE.....</b>	<b>59</b>
5.1	Conceito de ação coletiva.....	59
5.2	Ação coletiva e a trajetória da construção do plano diretor de Oiapoque de 2005 a 2017.....	62
5.3	Os agentes da ação coletiva no contexto da elaboração do plano diretor de Oiapoque.....	71
5.3.1	O perfil dos grupos de ação coletiva de Oiapoque.....	71
5.3.2	Gestão pública municipal e lideranças envolvidas na ação coletiva para construção do Plano Diretor de Oiapoque.....	79
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>96</b>
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>97</b>
	<b>ANEXO A – CONVÊNIO UNIFAP E PREFEITURA DE OIAPOQUE.....</b>	<b>98</b>
	<b>ANEXO B – OFÍCIO DE FORMAÇÃO DA NOVA EQUIPE DE TRABALHO DO PLANO DIRETOR EM 2013.....</b>	<b>104</b>



<b>ANEXO C –</b>	<b>CARTA PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELA EMPREA MDL – AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO D –</b>	<b>OFÍCIO COM A DECISÃO DA NÃO APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DIRETOR “LEITURA DA CIDADE” DE 2014.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO E –</b>	<b>REGISTRO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA MIGUEL CAETANO DE ALMEIDA E RAIMUNDO AGNALDO CHAGAS DA ROCHA.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO F –</b>	<b>QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE 2017.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO G –</b>	<b>FORMULÁRIO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE 2017 – CONSULTA PÚBLICA.....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É certa a existência de uma relação de dependência entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Evidenciada no aspecto da sobrevivência do capitalismo está sujeita a um ciclo contínuo de fabricação de excedentes de produção exigidos pela urbanização ao mesmo tempo em que a própria urbanização absorve todo o excedente produzido pelo capitalismo e sua reprodução passa de diversos modos por processos de urbanização (HARVEY, 2014).

Em outros termos isso significa que o capitalismo não só domina os aparelhos de Estado como também é quem determina as condições sociais e infraestruturais das estruturas urbanas (HARVEY, 2014). Sendo a cidade o lugar de reprodução da vida comum é normal que existam interesses comuns e que devem ser trabalhos na lógica da ação coletiva seja pela administração pública, seja, pela ação da sociedade civil na defesa de seus proveitos coletivos. Aspectos importantes a serem avaliados na proposta de planejamento urbano para organização do Plano Diretor Municipal de Oiapoque (PDMO), experiência esta que será o cerne desta pesquisa.

As cidades brasileiras apresentam uma realidade complexa assinalada pela segregação do espaço que reproduziu a façanha capitalista e criou desigualdades regionais e sociais com dominantes e dominados. A região da Amazônia brasileira também se tornou o meio de reprodução do capital. A instalação de grandes empreendimentos econômicos e discurso desenvolvimentista do Estado fortaleceu uma política exógena que atraiu um número volumoso de imigrantes difundindo o crescimento acelerado das cidades (TOSTES, 2014).

Nesse contexto, o enfrentamento das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo é o principal problema a ser trabalhado no processo de reorganização do espaço urbano através de um planejamento sistêmico e participativo. Sendo as cidades os lugares da produção e distribuições de riqueza, estas devem ser vistas sob a ótica das funções estratégicas que desempenham múltiplas ações econômicas, sociais, políticas e culturais. No qual, o processo de desenvolvimento deve está associado a um contexto de integração impulsionado pela expansão da produção dada em escala global, porém com fortes impactos no desenvolvimento regional e local.

Tudo que o homem desenvolveu dentro do seu processo evolutivo ocorreu em determinado espaço territorial. Por isso com o progresso este adquiriu também a habilidade de selecionar dentre os modelos de desenvolvimento existentes aquele considerado o mais adequado quanto aos objetivos, necessidades e peculiaridades locais no que tange a organização do espaço neste caso específico o espaço urbano.

A ideia de desenvolvimento a ser trabalhada neste estudo é elaborada por Borba (2011) descrito na sua forma conceitual como um processo de aperfeiçoamento de um conjunto de valores, tomados como condições e/ou situações desejáveis pela sociedade. De modo que a aplicabilidade do desenvolvimento nessa perspectiva deve representar toda capacidade evolutiva da condição humana individual e coletiva de uma sociedade, ou seja, deve retratar em suas múltiplas dimensões o progresso dessa sociedade.

Nesse sentido a abordagem a respeito da ação coletiva deve ser analisada sob a ótica das transformações ocorridas nos grupos sociais estimuladas por suas características e comportamentos conjuntos e cooperativos. Isso significa que estudos a respeito da ação coletiva precisam pautar-se nas particularidades do comportamento coletivo e no entendimento da organização de grandes e pequenos grupos que buscam interesses comuns. Em se tratando de objetivos que envolvem benefícios econômicos e/ou sociais os grupos que possuem interesses comuns são os que despertam maior interesse para investigação dos fatores que geram a promoção de tais interesses coletivos (OLSON, 2015).

Isto posto, o estudo realizado teve por objetivo geral analisar os aspectos relacionados à ação coletiva no processo de construção do plano diretor de Oiapoque e específicos: 1) Fazer uma caracterização do município de Oiapoque e dos principais planos pensados para o referido espaço territorial, destacando a trajetória de 11 anos de tentativas para elaboração do Plano Diretor; 2) Apresentar o perfil dos indivíduos envolvidos com a ação coletiva e averiguar a participação dos gestores municipais e as lideranças comunitárias no processo de construção do Plano Diretor de Oiapoque.

Considerando a relevância da implementação do plano diretor municipal o problema identificado na pesquisa fundamentou-se na seguinte premissa: No município de Oiapoque as ações da gestão municipal, dos grupos sociais existentes

e demais agentes envolvidos no processo de construção do Plano Diretor não foram suficientes para alcançar o objetivo maior da ação coletiva que seria a concretização do Plano Diretor. Ainda o estudo foi direcionado pelas perguntas norteadoras: a) Qual a importância da ação coletiva para construção do plano diretor de Oiapoque? b) Quais os principais entraves para a construção do plano diretor de Oiapoque?

O estudo da ação coletiva na construção do plano diretor de Oiapoque se justifica por ser este um eixo temático que permite a construção de uma análise das especificidades e potencialidades do município, constituindo um elo entre as interpretações efetuadas pelo estudo com o princípio da eficiência da administração pública dentro de uma abordagem teórica da lógica da ação coletiva que pode ser alcançado por meio da associação de indivíduos que buscam atingir benefícios coletivos, os quais serão usufruídos por todos independentemente de sua atuação durante o processo para obtenção das vantagens finais. Portanto, tem-se uma pesquisa voltada para formação do conhecimento científico sobre os benefícios da ação coletiva para desenvolvimento do município de Oiapoque.

Assim, para melhor sistematização da apresentação do conteúdo deste estudo dividiu-se os eixos temáticos que se conectam com o objetivo da pesquisa da seguinte forma: 1ª parte corresponde aos procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa; 2ª parte abarca o conteúdo do planejamento urbano e desenvolvimento; 3ª parte apresenta a caracterização do município de Oiapoque; 4ª parte compreende a lógica da ação coletiva e o processo de construção do plano diretor de Oiapoque; a última parte corresponde às considerações finais do trabalho.

## **2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

### **2.1 Tipologia de pesquisa adotada no estudo**

Considerando o alcance do objetivo do estudo foi realizada pesquisa do tipo descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva se utiliza de técnicas padronizadas de coleta de dados com o objetivo de estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos ou de uma comunidade sem interferir neles, realizando levantamento de atividades específicas como entrevistas, aplicação de formulários e questionários, através de observação e registro. Os dados coletados nessa pesquisa retratam o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto (PRADANOV; FREITAS, 2013).

Por sua vez a pesquisa exploratória é a tipologia de pesquisa que viabiliza o estudo da temática sob diversos ângulos e aspectos, pois possui um planejamento flexível. Em geral, ela engloba o levantamento bibliográfico, a execução de entrevistas com pessoas que possuem experiências práticas com o problema pesquisado e possibilita a análise de exemplos que estimulam a compreensão do problema (PRADANOV; FREITAS, 2013).

Com base nos procedimentos técnicos para coleta de dados foram delineadas as pesquisas bibliográfica, documental e a pesquisa de campo. De acordo com Gil (2006) a pesquisa bibliográfica possibilita que se utilize de material já elaborado como livros, revistas e artigos científicos para montar o arcabouço teórico necessário ao desenvolvimento e fundamentação da discussão da temática pesquisada.

Em se tratando da pesquisa documental a diferença entre esta e a pesquisa bibliográfica é a natureza das fontes, pois na documental é feita a análise de documentos primários como arquivos, relatórios, banco de dados de instituições públicas ou privadas, a exemplo, sindicatos, igrejas, empresas, prefeituras, secretarias entre outros órgãos e a bibliográfica tem como fonte material científico publicado (GIL, 2008).

Por sua vez, a pesquisa de campo tem como objetivo, o levantamento de informações e conhecimentos a respeito de um problema para o qual se busca uma resposta, ainda, canaliza descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Constitui-se na observação de fatos e fenômenos, tal como ocorrem

espontaneamente na coleta de dados aos quais se referem e no registro de variáveis relevantes para análise (PRADANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à análise dos conteúdos foi feito tanto a análise qualitativa quanto a quantitativa. A qualitativa permite que o pesquisador mantenha contato direto tanto com o ambiente quanto com o objeto de estudo em questão, nesta é feita a descrição dos dados de modo a preocupa-se muito mais com o processo, aspectos e os valores relacionados do que com a vertente quantitativa dos dados. Utilizou-se de entrevistas abertas nessa análise. A quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (PRADANOV; FREITAS, 2013 p.69). Nesse caso, fez-se uso de recursos e de técnicas estatísticas.

## **2.2 Técnica de coleta e análise dos dados**

A pesquisa foi estruturada inicialmente a partir de fundamentação teórica com pesquisa bibliográfica, que buscou na literatura autores que faziam abordagem da temática do planejamento urbano e desenvolvimento com destaque para (HARVEY, 2014; MARICATO, 2002, 2003, 2015; MONTE-MÓR, 2007; ROLNIK, 2001; VILLAÇA; 1999). A cidade como locus do desenvolvimento os principais autores foram (BARQUERO, 2001; CORRÊA, 1989; LEFEBVRE, 2008; MABJAIA, 2005; MONTE-MÓR, 2006; SANTOS, 2003; SPOSITO, 2014).

Também foram relacionados trabalhos e obras referentes à análise do plano diretor e desenvolvimento, dentre o quais se incluem (BARROS; CARVALHO; MONTANDON, 2010; BORBA, 2011; DANTAS, 2006; MORRETI, 2007; PFEIFFER, 2000).

Na caracterização do município de Oiapoque foram utilizados diversos documentos de órgãos oficiais tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá (SEPLAN), Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e autores que desenvolveram pesquisas em Oiapoque (OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2013, 2014; TOSTES, 2012, 2014, 2016). Para o estudo sobre a lógica da ação coletiva os destaques foram (BECKER, 1997; GOHN, 2004; HAGUETTE, 2005; OLSON, 2015) entre outros.

No Quadro 1 lista-se os trabalhos que foram identificados e analisados a partir da pesquisa documental com foco para o acervo relacionado a trajetória da construção do plano diretor de Oiapoque e demais planos e projetos pensados para Oiapoque que podem ser considerados na proposta final do plano diretor.

Quadro 1 – Documentos analisados no estudo de 1988 a 2016.

<b>MAIS ATUAIS</b>	<b>MAIS ANTIGOS</b>
Material de acervo das tentativas de construção do plano diretor de Oiapoque e relatórios existentes (2005 a 2016).	Plano do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) Plano de Desenvolvimento urbano de Oiapoque (1988).
PEDIT- Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Roteiro Maracá Cunani (2010).	
PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Extremo Norte do Amapá (2011).	Plano da ARQUIED. Plano de Gestão Emergencial de Oiapoque (2002).
Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Oiapoque (2014).	
Plano Municipal de Saneamento de Oiapoque (2015).	Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Oiapoque (2000).
Projetos executivos de Mobilidade Urbana de Oiapoque (2015).	

Fonte: Autora (2017).

Na pesquisa de campo o banco de dados foi filtrado do trabalho de campo do diagnóstico para elaboração do Plano Diretor, realizada em outubro de 2017 que teve como universo amostral 1.323 indivíduos que representavam 30% dos domicílios de cada bairro do perímetro urbano de Oiapoque e das suas áreas distritais, as quais correspondem a Clevelândia do Norte, Vila Vitória, Vila Velha do Cassiporé e 1º do Cassiporé como pode ser visto na Tabela 1.

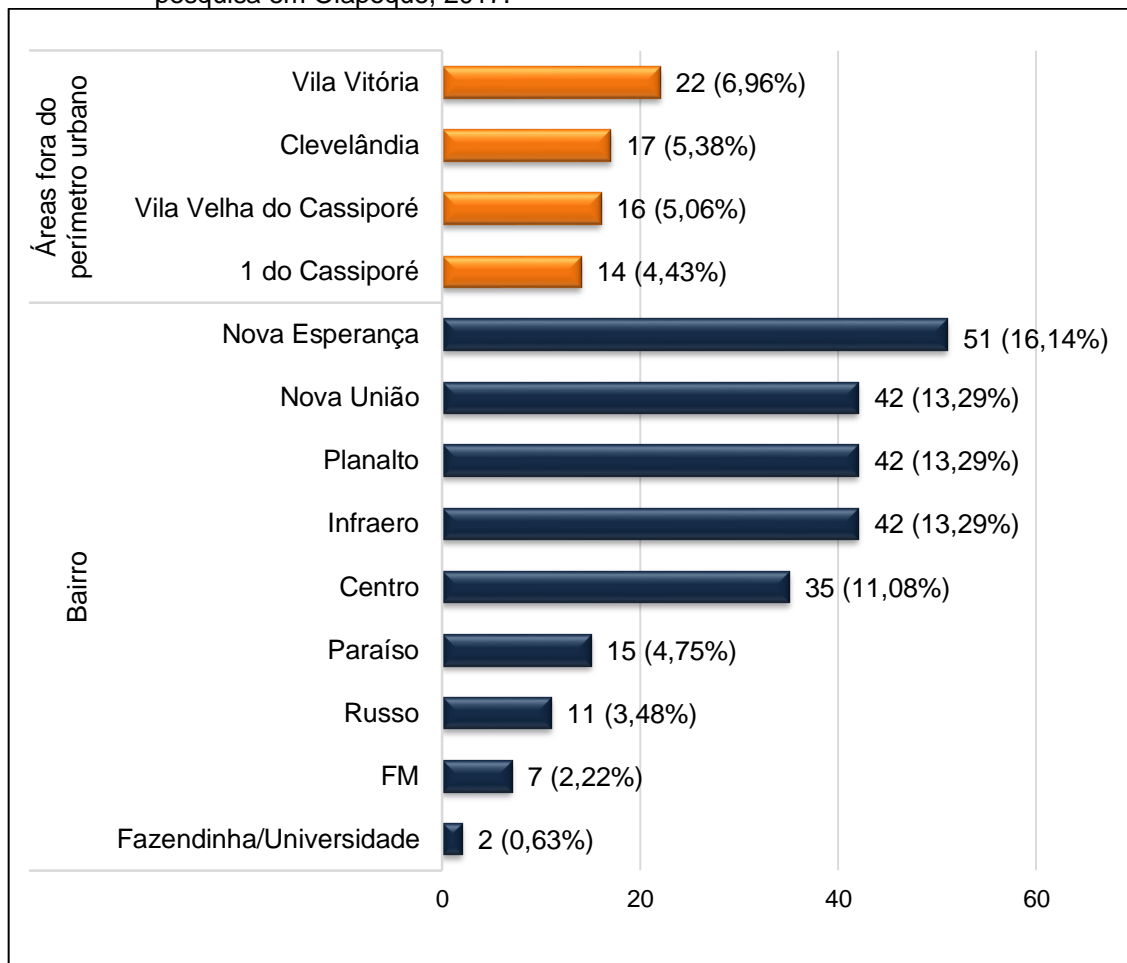
Tabela 1 – Universo amostral da pesquisa do diagnóstico plano diretor de Oiapoque, 2017.

<b>BAIRRO</b>	<b>NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS</b>
Nova Esperança	213
Planalto	201
Infraero	185
Nova União	172
Centro	142
Paraíso	67
FM	50
Russo	36
Fazendinha/Universidade	32
<b>DISTRITOS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS</b>
Vila Vitória	93
Clevelândia	66
Vila Velha do Cassiporé	40
1º do Cassiporé	26
<b>Total</b>	<b>1.323</b>

Fonte: Autora (2017).

Desse universo filtraram-se apenas os entrevistados que responderam sim para a pergunta se participavam de atividades coletivas restando um subconjunto de apenas 316 pessoas (Gráfico 1), o critério de seleção foi a participação do indivíduo em atividade de natureza coletiva. Da amostra foi feita a análise quantitativa dos dados para a descrição do perfil dos grupos sociais que participam de atividades coletivas em Oiapoque.

Gráfico1 – Amostra dos indivíduos que praticam atividade coletiva e fizeram parte da pesquisa em Oiapoque, 2017.



Fonte: Autora (2017).

A última etapa da coleta de dados decorreu da entrevista realizada com a utilização de um roteiro de perguntas abertas contendo 8 indagações (Apêndice A). O critério de seleção destes agentes foi possuir as seguintes características: exercer ou ter exercido função na administração durante o período construção do PDO, ser representante de bairro, associação ou cooperativa. Os indivíduos que foram entrevistados são elencados no Quadro 2.



Quadro 2 – Agentes (chaves) selecionados para as entrevistas em Oiapoque, 2017.

<b>AGENTES (CHAVES) SELECIONADOS PARA ENTREVISTA</b>	<b>ASPECTOS RELEVANTES PARA O CRITÉRIO DE SELEÇÃO</b>
Sr. Edson Lopes Maia	Ex-garimpeiro, Artista plástico, juiz de paz, diretor de obras da prefeitura de Oiapoque e comandante da força tarefa para construção do plano diretor de Oiapoque. Possui vasto conhecimento a respeito do Oiapoque. Já foi secretário de Obras e desde 2016 atua como técnico da prefeitura cargo de diretor da Defesa Civil.
Sr. Manoel Alício da Silva Sfair	Prefeito no mandato de <b>2004-2008</b> . Feito convênio para elaboração do plano diretor de Oiapoque.
Sr <sup>a</sup> . Maria Orlandina Marques Garcia	Prefeita eleita em <b>2016</b> e duas vezes presidente da Câmara Municipal de Oiapoque.
Sr. Erlís dos Santos Kariunas	Vice-Prefeito eleito em <b>2016</b> , representante do movimento indígena e luta em benefício dos indígenas de Oiapoque.
Sr <sup>a</sup> . Maria Eliabeth Silva Gorgonha	Presidente da Associação de Moradores de Clevelândia do Norte, professora e membro atuante nas lutas em prol da comunidade.
Sr <sup>a</sup> . Márcia da Silva Lopes	Presidente da Associação de Moradores de Vila Vitória do Norte, professora e membro atuante nas lutas em prol da comunidade.
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	Presidente da Associação de Moradores de Vila Velha do Cassiporé e presidente da Cooperativa Agrícola Cacau Cassiporé, está a muitos anos a frente das lutas em prol da comunidade.
Sr. José Ribamar de Souza Brito	Presidente da Associação dos Catraieiros de Oiapoque
Sr. Geovane Viana da Silva	Presidente da Associação de Moradores do Bairro Nova União Em exercício a 4 anos.

Fonte: Autora (2017).

Não foram entrevistados mais pessoas pelos seguintes fatores: 1) muitos bairros não possuem associação de moradores; 2) A maioria das associações procuradas estava em processo de transição (troca) do presidente e por isso não houve possibilidade de participar da pesquisa; 3) Houve número acentuado de recusa da pesquisa; e 4) Os ex-prefeitos Sr. Raimundo Agnaldo Chagas Rocha (Prefeito no mandato de 2008-2012) e Sr. Miguel Caetano de Almeida (Miguel do Posto) (Prefeito no Mandato de 2012-2016) não tiveram disponibilidade para participar da pesquisa.

Durante o processo de desenvolvimento das pesquisas foram feitas observações pela pesquisadora, bem como registro de tudo que foi relevante para o estudo, com a utilização de máquina fotográfica, gravador e caderno de anotação. Ressaltando que foi feita solicitação prévia para uso das ferramentas citadas a todos que fizeram parte da pesquisa.

Todos os dados levantados foram tabulados e registrados sistematicamente em planilhas eletrônicas do Excel. Também foi utilizado o programa *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS) versão 20.1, no qual foram gerados os dados para a construção de quadros, gráficos e tabelas para análise quali-quanti dos resultados.

As informações e dados levantados na pesquisa bibliográfica e documental, assim como as observações feitas em campo também passaram por tratamento conforme a necessidade de seleção do material que fundamentou todo arcabouço teórico e a análise qualitativa dos resultados da pesquisa.

### 3 PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO

Na concepção de Souza e Rodrigues (2004) planejamento urbano exprime uma atividade que remete sempre para o futuro, ou seja, representa a tentativa de prever a evolução de um fenômeno ou processo, e, dotado desse conhecimento, buscar se resguardar contra possíveis problemas e dificuldade e ainda procurar fazer o melhor aproveitamento dos benefícios disponíveis.

O conceito de planejamento urbano estabelecido no século XX, o definia como sendo a organização do espaço urbano aplicado ao plano de uma cidade e no Brasil este se constituiu a partir da década de 1950 na afirmação do discurso que pregava a necessidade de integração dos diversos objetivos de um plano urbano (VILLAÇA, 1999).

Durante o período militar (1964-1985) o planejamento urbano brasileiro se figurou em um planejamento autoritário-centralizado voltado para acumulação de capital por parte das elites dominantes (MARICATO, 2002). A realidade retratada no referido período descreve uma lógica de dominação e subordinação do planejamento aos interesses do capitalismo que criou estruturas urbanas para o atendimento de seus próprios interesses.

Foi nesse contexto que a sociedade brasileira experimentou uma intensa e rápida urbanização, pois a população urbana do país que era em 1960 de 44% em dez anos passa para 55,9% e em 2000 atinge 81,2%. Em números absolutos a crescimento da população urbana como um todo entre 1960 a 2000 dá um salto de 31 milhões para 137 milhões, isso representou um total de 106 milhões de novos moradores nas cidades (ROLNIK, 2001).

A urbanização acelerada teve consequências negativas para o planejamento urbano com a reprodução de cidades marcadas pela presença de assentamentos precários, caracterizados pela informalidade e ilegalidade fundiária; precárias condições de habitabilidade; precariedade de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

Maricato (2015, p. 17) ratifica que no “século XXI o mundo passou a ser predominantemente urbano, e essa crescente concentração de população nas cidades traz novas características para a sociedade e para a humanidade”.

Uma destas marcas é a transformação do espaço urbano em mercadoria que agora tem valor de troca e é notoriamente segregado, cheio de conflitos de natureza social, econômica e ambiental. Em síntese constitui um urbanismo com marcas da modernização, porém com aplicação do desenvolvimento do atraso (MARICATO, 2003).

Nota-se que a distribuição do espaço urbano em diversos momentos da história encontrou-se condicionado ao seu valor de troca e a revolução industrial marca a dominação do capital sobre tal espaço. É certa a existência de uma relação de dependência entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização, posto que a sobrevivência do capitalismo esteja sujeito a um ciclo contínuo de fabricação de excedentes de produção exigidos pela urbanização ao mesmo tempo em que a própria urbanização absorve todo o excedente produzido pelo capitalismo (HARVEY, 2014).

Tais características conduziram o Brasil a buscar no bojo das experiências capitalistas dos países desenvolvidos as soluções para os chamados “problemas urbanos” ocasionados pelo desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro (MONTE-MÓR, 2007).

Desse modo, diante das novas questões urbanas tornou-se mais que necessário à promoção de uma política urbana capaz de transformar o planejamento urbano no instrumento deveras promotor de desenvolvimento. Pois, conforme ressaltado por Jordão Filho e Oliveira (2013) o planejamento urbano é a ferramenta que reconhece e localiza as tendências ou propensões naturais para o desenvolvimento local ou regional.

A aprovação da Lei Federal do Desenvolvimento Urbano nº 10.257, de julho de 2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal relativos à política urbana, representou para planejamento e desenvolvimento urbano no Brasil o marco mais importante no que diz respeito à busca por uma urbanização inclusiva e democrática (LOBÃO, 2007).

Apesar da implementação da nova política urbana significar sem dúvida um avanço para o desenvolvimento urbano no Brasil é certo que isso não resolverá rapidamente todos os problemas urbanos enraizados e ainda fomentados pela adoção de um modelo de desenvolvimento desigual.

Portanto, é preciso reiterar a ideia do planejamento urbano integrado nos seus objetivos como defendido por Villaça (1999) e normatizado nos princípios do Estatuto da Cidade, ou seja, remodelar a forma de planejar o urbano entendendo à cidade como o lugar do desenvolvimento.

Desta forma, observa-se que a cidade possui o protagonismo quando se discute desenvolvimento e é por esse aspecto que o tópico a seguir propõem-se a elaborar uma narrativa da cidade como o espaço onde o desenvolvimento nasce, se fortalece e se mantém absoluto.

### **3.1 A cidade como locus do desenvolvimento**

Em épocas anteriores à industrialização as tipologias de cidades existentes conforme Lefebvre (2008) era: a cidade oriental vinculada ao modo de produção asiático; a cidade arcaica (grega ou romana) associada à posse de escravos; e a cidade medieval conectada a um sistema mais complexo das relações feudais, porém marcada pela luta contra o feudalismo da terra. As cidades oriental e arcaica eram substancialmente políticas, enquanto a cidade medieval além da essência política apresentava o desenvolvimento de atividade comercial, artesanal e bancária.

A cidade é um espaço marcado pela dominação e exercício do poder. Segundo Sposito (2014) as cidades antigas e a cidade mercantil representavam espaços de dominação e gestão do modo de produção, e foi durante o processo de estruturação do modo de produção capitalista que a cidade se tornou o espaço de sustentação da nova ordem econômica, social e política.

“Conceitos centrais da vida contemporânea, tais como, política, civilização e cidadania, derivam da forma e organização da cidade” (MONTE-MÓR, 2006, p.9).

[...] a cidade industrial era peça central da dinâmica capitalista, articulando-se com cidades comerciais e centros urbanos que canalizavam a produção para sua área de influência e controle. Era também nessas cidades, e apenas nelas, que se concentravam as possibilidades de acesso às facilidades da vida moderna, à cidadania, à urbanidade e à modernidade. (MONTE-MÓR, 2006, p.9).

Sobre essa ótica Le goff (1998) destaca a semelhança entre a cidade contemporânea com todos os seus aspectos de transformação a cidade medieval pela concentração de pequenos espaços, a produção e troca à implantação de uma economia monetária, com a valorização dinheiro, isto é a cidade na sua forma abundante do ponto de vista do crescimento econômico.

Com o processo de desenvolvimento industrial ergue-se a cidade industrial detentora do controle comercial e produtivo que organizou o espaço da cidade como locus privilegiado do excedente econômico. A nova ordem na qual se estruturou o espaço urbano foi definida pelos interesses do capital e este atribuiu à cidade as funções que lhes convinha. A respeito disso Sposito (2014, p. 63) relata que:

As cidades pós-Revolução Industrial desempenharam cada vez mais seus papéis a partir da posição que ocupavam na rede urbana, da magnitude de suas relações econômicas, da quantidade de capital ali acumulado (o que quer dizer, inclusive, da infra-estrutura ali existente para dar sustentação à reprodução deste capital), da sua condição ou não de centro de decisões numa economia que não tinha mais por base o espaço local ou regional, mas, ao contrário, propunha como meta romper as barreiras das fronteiras nacionais.

Nota-se que as cidades no contexto do desenvolvimento capitalista são hierarquizadas e consideram apenas a premissa da centralização econômica das quais eram dotadas, ou seja, fica a quem a perspectiva da cidade com sua própria forma de desenvolvimento, seja ele local, endógeno ou regional.

Tal pensamento é corroborado por Mabjaia (2005) que descreve a cidade como lugar onde se encontram diversas iniciativas de desenvolvimento o que lhes concede papel importante no desenvolvimento de um país. Portanto, cidades devem ser entendidas como os motores de mudanças positivas, no esforço para o alcance do desenvolvimento.

Nos registros históricos as cidades representam o espaço onde o processo de desenvolvimento se consolidou. Conforme esclarece Barquero (2001) foi na cidade que ocorreram as transformações do sistema econômico, produtivo e institucional, fato que caracterizou a cidade como o lugar estratégico tanto para o desenvolvimento econômico como para a evolução das sociedades. “As cidades propiciam a geração de externalidades, favorecem a diversidade da produção, fomentam a interação e a formação de redes, criam locais de encontro entre todos

os tipos de atores e incentivam os processos de inovação” (BARQUERO, 2001 p. 152).

A cidade é o espaço onde estão presentes os maiores investimentos em termos de capital financeiro e social, é também o lugar onde reside a maior parcela da população, esses fatores fazem com que o capitalismo seja o ator que determina como o espaço urbano vai se organizar em atendimento aos seus interesses.

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989, p.36).

Nessa lógica, Lefebvre (2008) descreve que as cidades no apogeu de seu desenvolvimento se tornam centralizadoras da riqueza, política e da vida social e assume uma orientação em direção do dinheiro, do comércio, das trocas e na direção dos produtos, com efeito, a cidade passa a ter valor de uso. O autor constrói a seguinte tese:

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-la a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2008, p.6).

Em vista disso o autor pontua a configuração da cidade capitalista onde há prevalência da lógica de produção do espaço urbano subordinada ao valor de uso e não mais o valor de troca. Nessa conjuntura, Santos (2003) reforça que a cidade em todo seu conteúdo e processo de transformação já experimentou períodos críticos de desestruturação e reestruturação.

Com relação à estruturação da cidade Seixas (2013) sustenta a ideia de cidade como uma estrutura humana e espacial o que a torna imprescindível ao desenvolvimento social, econômico e cultural de uma sociedade e por isso conhecer suas dinâmicas de forma aprofundada é essencial para o alcance do desenvolvimento nas suas facetas.

Dessa forma, fica evidente que o desenvolvimento da urbanização e a construção do espaço urbano sempre estiveram vinculados ou foram resultados do

processo de desenvolvimento econômico, social e político. Tal cenário nos remete a urgência em adotar melhores estratégias de desenvolvimento das cidades por estas continuarem sendo o espaço de consolidação e evolução da economia e da sociedade. Sendo as cidades o locus da produção e distribuições de riqueza estas devem ser vistas sob a ótica das funções estratégicas que desempenham multiplicas ações econômicas, sociais, políticas e culturais.

### **3.2 Plano diretor e desenvolvimento**

O Plano Diretor (PD) é definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana. Sendo o principal instrumento da Política Urbana o PD estabelece como cada trecho do território do município irá cumprir sua função social. Foi promulgado pela Constituição Federal de 1988, Art. 182-183 e ratificado no Estatuto da Cidade Lei 10.257/2001 (BARROS; CARVALHO; MONTANDON, 2010).

Dantas (2006) explica que o Plano Diretor é o instrumento que diz como os princípios do Estatuto da Cidade serão aplicados em cada município, devendo este ser elaborado com a participação de toda sociedade. O mesmo autor explica que o Plano Diretor tem sua formulação garantida pelo Estatuto da Cidade que elenca sua obrigatoriedade para os municípios que apresentam as seguintes características:

- Possui população com vinte mil (20.000) ou mais habitantes;
- Estão inseridos em regiões metropolitanas
- São turísticos
- Possui obras consideradas de significativo impacto ao meio ambiente que podem coloca-lo em risco ou ainda que possam mudar muito a região, a exemplo, a mineração, barragens ou hidrelétricas, gasoduto, aeroporto, rodovias e outras.

Ressalta-se que apesar de existirem os critérios de obrigatoriedade isso não impede que municípios que não apresentem tais características não possam elaborar seus planos diretores, ao contrário o ideal seria que todos o fizessem, pois os próprios atos da gestão pública induzem os municípios a fazerem uso desse instrumento quando restringem acesso a determinados recursos financeiros, planos e programas governamentais aos municípios que possuem planos diretores.



Desse modo, as perspectivas relacionadas às questões econômicas, utilização e conservação dos recursos naturais, melhoria do bem estar social e a efetividade dos princípios do direito à cidade estão intrinsicamente vinculadas à construção do plano diretor e por isso tais ações devem figurar todos os aspectos do município que possam ser transformados em melhorias para os seus habitantes. No âmbito da política urbana os municípios tem a importante tarefa de editar os planos diretores levando em consideração as características do lugar e suas reais necessidades.

A elaboração do Plano Diretor deve está focado nas metas reais para o desenvolvimento do território. A respeito disso, a resolução nº 34 de junho de 2005 do Conselho Nacional das cidades ordena que o PD abarque conteúdos diferenciados, reportando o porte do município, sua história e a região onde se insere. Moretti (2007) faz algumas recomendações a respeito disso, ilustradas no Quadro 3.

Quadro 3 – Diretrizes para Elaboração e Aplicabilidade de Planos Diretores.

✓ A elaboração dos planos diretores deve ser uma oportunidade para identificação de metas coletivas de melhoria das cidades, metas em torno das quais a população identifica a conveniência de se empenhar. Devem-se identificar os principais problemas e metas que o planejamento estará se propondo a tratar;
✓ Os planos precisam ter forte articulação com a capacidade de gestão e com a efetiva implementação das diretrizes dele emanadas. Deve ser feito o mapeamento da capacidade de gestão existente com relação aos problemas e metas elencados;
✓ O planos precisam ser simples, claros e sintéticos, como forma de facilitar o engajamento de todos com as metas estabelecidas e como forma de fiscalizar sua efetiva implementação, resultado de um processo coletivo. Deve priorizar um processo aberto, amplo e participativo;
✓ O plano deve avançar na construção de mecanismos de gestão democrática da cidade. Faz-se necessário que a gestão democrática se incorpore na gestão do município e seja regulamentada pelo Plano Diretor.

Fonte: Adaptado de Moretti (2007, pp. 265-267).

Depreende-se do Quadro 3 que as ações para elaboração do PD estão vinculadas ao processo democrático, ação coletiva com a garantia da participação popular. Assim, uma série de benefícios coletivos passa a ser fixado quando se institui o plano diretor e ordena-se à cidade.

Sendo o PD o conjunto de normas integradoras e norteadoras de processo de planejamento municipal a serem consideradas para efeitos da organização das atividades tanto por parte do poder público quanto das pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público, sua implementação torna-se indispensável ao se pensar ações voltadas para o desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, é claro que no plano ideal todas as cidades teriam seus processos de desenvolvimento fomentados estrategicamente pelo plano diretor, porém sabe-se que na realidade esta é uma expectativa que na maioria das vezes não se concretiza.

Pfeiffer (2000) vincula essa adversidade ao fato do plano diretor permanecer um instrumento primordialmente político, ao passo que o desenvolvimento das cidades ocorre de forma apartada dele. Isso incorre devido a fatores limitantes à aplicação do PD como longo espaço temporal entre a elaboração e aprovação do instrumento tornando as informações nele contidas defasadas. Ainda, apesar de seu caráter extremamente normativo o PD tem necessidades de orientações mais tangíveis para deliberar sobre o que fazer e como fazer.

O desenvolvimento ao qual se faz menção apoia-se no entendimento de Borba (2011) descrito na sua forma conceitual como um processo de aperfeiçoamento de um conjunto de valores, tomados como condições e/ou situações desejáveis pela sociedade. De modo que a aplicabilidade do desenvolvimento nessa perspectiva deve representar toda capacidade evolutiva da condição humana individual e coletiva de uma sociedade, ou seja, deve retratar em suas múltiplas dimensões o progresso dessa sociedade.

Um exemplo de que com planejamento de qualidade pautado em diretrizes de um plano diretor de fato participativo que reduz a desigualdade sócio espacial e garante mais qualidade de vida a população pode ser observado na experiência de Medellín a segunda maior cidade da Colômbia que em meados de 1970 era considerada a cidade mais violenta do mundo e em 2013 foi eleita pela BBC como a mais criativa em arquitetura e urbanismo (CAU/BR, 2015).

A metodologia adotada no planejamento de Medellín teve como plataforma principal o foco no social às ações compreendem antes de qualquer decisão política ouvir e dialogar com a população na busca da conciliação dos objetivos garantindo desse modo à participação do cidadão que dentro dessa metodologia assume o

papel de gestor do seu desenvolvimento pessoal e coletivo, estas ações viabilizaram a implementação de um plano de desenvolvimento de fato integrado (CAU/BR, 2015).

O ponto chave dos bons exemplos empregados na cidade de Medellín é primeiramente a consideração dos aspectos qualitativos (sociais) ao executar projetos que correspondem aos desejos e necessidades da população conforme suas especificidades, a continuidade por parte da administração pública dos projetos independente de quem esteja à frente de sua administração e as parcerias que se firmam entre a administração pública e privada e contam com a colaboração da sociedade civil cumprindo com suas responsabilidades e exercendo sua cidadania.

Isto posto, acredita-se que PD com enfoque para o desenvolvimento precisa estabelecer diretrizes que possam garantir melhorias coletivas contínuas. Para que isso aconteça é essencial incluir ao processo questões subjetivas, a exemplo, a avaliação do capital social mensurado por meio de parâmetros qualitativos do desenvolvimento humano.

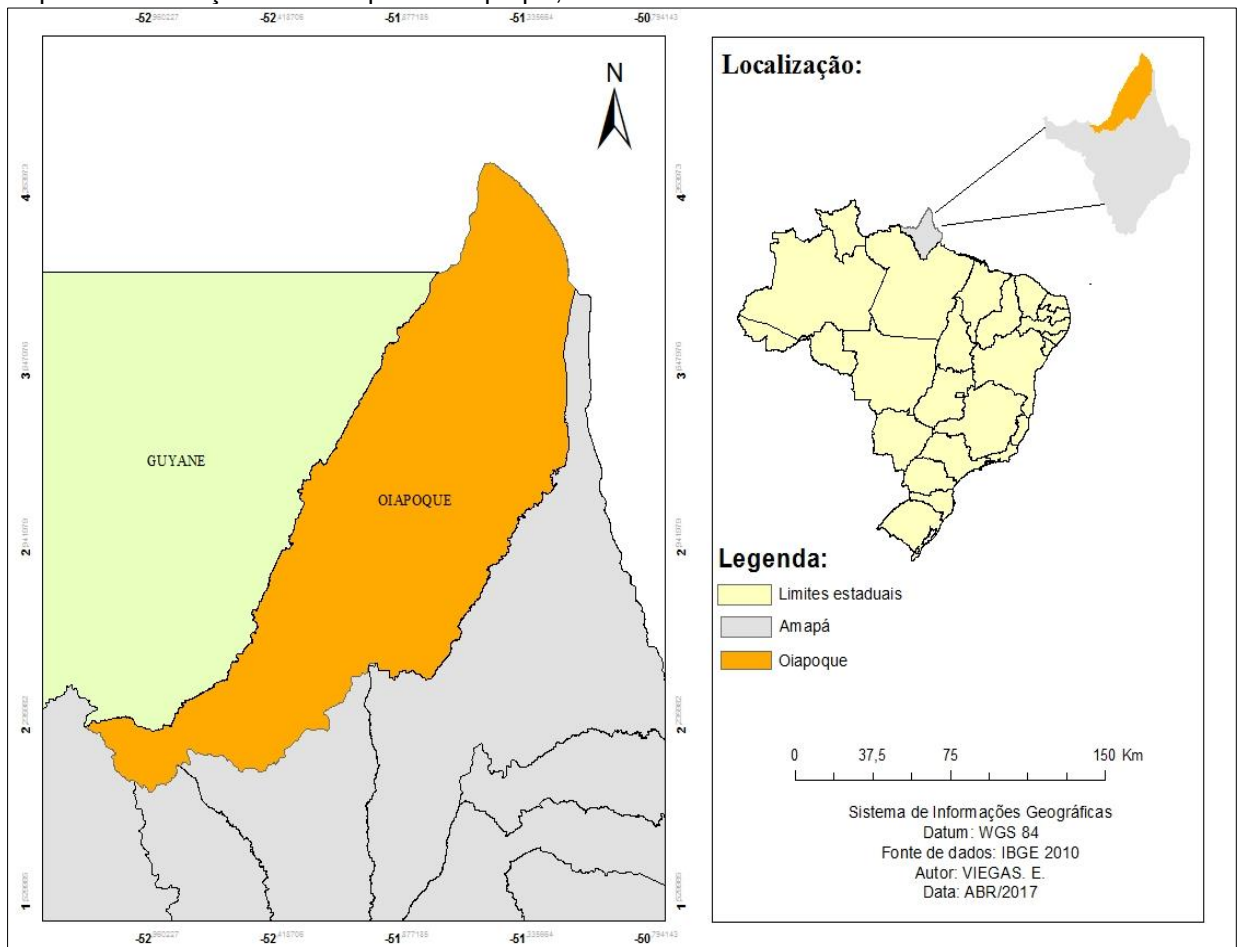
Por esse ponto de vista os objetivos do desenvolvimento aplicados à elaboração e implementação do plano diretor se traduzem nas intervenções voltadas para a melhoria das condições e relações humanas presentes no território, pois é essa conjuntura que influencia em todas as demais formas de desenvolvimento econômico, local, endógeno, regional e sustentável.

## 4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

### 4.1 Localização

A área de estudo compreende o município de Oiapoque. Segundo informações do IBGE<sup>1</sup> no ranking do número de população o município ocupa 4ª posição entre os 16 municípios do Estado do Amapá. Em comparação com outros municípios do Brasil, fica na posição 1594 em níveis populacionais dentre os 5570. Sua densidade demográfica é de 0.91 habitantes por quilometro quadrado, colocando-o na posição 12º nesse aspecto em relação aos demais municípios do Amapá. Quando comparado o mesmo item com outros municípios no Brasil, fica na posição 5494 de 5570. O mapa 1 retrata a localização do Município.

Mapa 1 - Localização do município de Oiapoque, 2017.



Fonte: IBGE (2010). Créditos elaboração: Viegas (2017).

<sup>1</sup> Informações disponíveis no portal Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidade. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ap/oiapoque/panorama>>. Acesso em: 08 abr.2017.

Oiapoque localiza-se na fronteira setentrional brasileira, com distância aproximada de 600 quilômetros da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, faz limite com os respectivos municípios amapaenses: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari. Na sua porção Leste limita-se com Oceano Atlântico e a Oeste possui cerca de 650 km de limite internacional com a Guiana Francesa (SILVA, 2014).

A forma de acesso mais comum ao município se dá pela rodovia BR 156, a qual possui 60% de seu curso asfaltado (OLIVEIRA, 2011). Essa pavimentação se limita ao município de Calçoene, e esse trecho entre Calçoene e Oiapoque, que não possui asfalto (173 km) dificulta o traslado dos veículos até o município de Macapá, encarecendo de forma expressiva o valor dos produtos obtidos em Macapá que serão comercializados em Oiapoque (SILVA, 2014).

## **4.2 Origem do Município de Oiapoque**

Durante o período colonial, o município de Oiapoque era parte da Capitania do Cabo Norte. A origem do município de Oiapoque esteve atrelada a intensas disputas que remetiam a diversas tentativas de ocupação e colonização por parte de holandeses, ingleses e franceses contra os brasileiros. Os primeiros habitantes de Oiapoque foram o francês Émile Martinique e seus familiares, que posteriormente deu origem ao nome da cidade, sendo chamada de Martinica do Oiapoque em homenagem aos portugueses (OLIVEIRA, 2011; TOSTES, 2012).

Através do desbravador Cândido Rondon, em 1927 a Vila de Martinique passa a se chamar Vila do Espírito Santo, deixando de possuir esse nome apenas no dia 13 de maio de 1945, através do Decreto-Lei nº 7.578, quando deixa de ser vila e passa a ser município de Oiapoque (COSTA, 2010). Em consonância com a descrição do histórico do município a palavra Oiapoque tem origem tupi-guarany, sendo uma derivação do termo oyapoca, que significa casa dos Waiãpi<sup>2</sup>.

Além da sede, o município constitui-se da Vila Velha do Cassiporé, Taperebá e o distrito Militar de Clevelândia do Norte. Sendo que a maioria de suas terras é ocupada por áreas de conservação ou terras indígenas como: Uaçá, Galibí e Juminã (NASCIMENTO, 2009).

---

<sup>2</sup> Informação retiradas do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amapa/oiapoque.pdf> > Acesso em: 30 nov.2017.

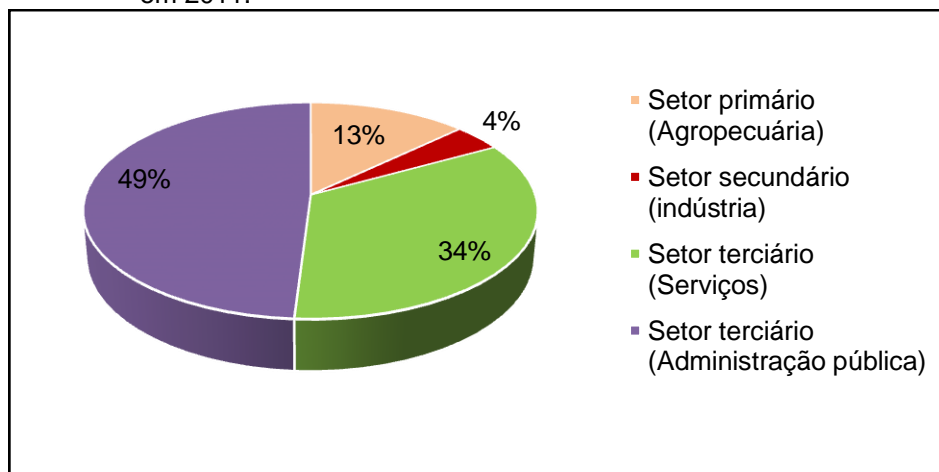
### 4.3 Aspectos econômicos

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Oiapoque no ano de 2015 correspondeu a R\$ 12.404,06 reais, ocupando em nível de país a 3187ª posição, no Estado a 8ª e por micro região o 2º lugar (IBGE, 2017).

No período de 2010 a 2013 ocupou a 5ª posição no Ranking entre os municípios em termos de PIB com o valor em 2010 de R\$ 192.414 aumentando em 2013 para R\$ 287.572. A respeito da participação por setor produtivo houve redução em alguns setores na comparação entre 2012 e 2013. No ano de 2012 o valor para o setor primário foi de 6,7%, secundário 4,8% e terciário 88,5%. Já em 2013 o primário passou a representar 5,9%, secundário 5,9% e terciário 88,3% (SEPLAN, 2015).

A participação dos setores no PIB do município de Oiapoque tinha como destaque no ano de 2011, o setor de serviço, mais especificamente a administração pública (Gráfico 2), situação esta vivenciada em todo o país, embora, o estado do Amapá seja o que apresente maior intervenção do Estado sobre sua economia (SILVA, 2014).

Gráfico 2 - Representação dos setores da economia do município de Oiapoque em 2011.



Fonte: Adaptado de Chelala et al. (2015).

Em termos de participação econômica nota-se que houve uma ampliação dos setores primário e secundário comparando os quantitativos de 2011 com os dos períodos de 2012 e 2013.

De acordo com o INCRA (2013) o setor primário do município de Oiapoque tem como atividades a cultura de laranja, mandioca, cana de açúcar; a criação de gados (bovinos e bubalinos), suínos, além da pesca. E no setor secundário concentram-se a extração de ouro, o artesanato, assim como a fabricação de joias luxuosas em ouro.

Importante ressaltar, que a economia do município está atrelada as interações da zona de fronteira, com ênfase as atividades relacionadas ao garimpo e ao comércio bilateral que tem como influência o valor que a moeda francesa possui (NASCIMENTO, 2009).

Sobre o salário mensal dos trabalhadores formais, a média no ano de 2015 foi de 1,9 salários, que comparado a outros Estados do país ocupou a 2.500<sup>o</sup> posição e em nível de Estado o 10<sup>o</sup> lugar (IBGE, 2017). Possui 1.506 pessoas ocupadas, com um percentual de 6,2% da população ocupada e em 2010 apresentou 42,5% da população que possui um rendimento mensal de até ½ salário mínimo.

No Geral os aspectos econômicos do município não estão entre os piores do Estado, mas também isso não significa um cenário econômico positivo, pois como mostra os dados anteriormente apresentados os setores produtivos do município são fracos em relação à magnitude do setor terciário e o PIB torna-se insuficiente diante de todas as demandas do município que acaba ficando a mercê da dependência de recursos do fundo de participação municipal.

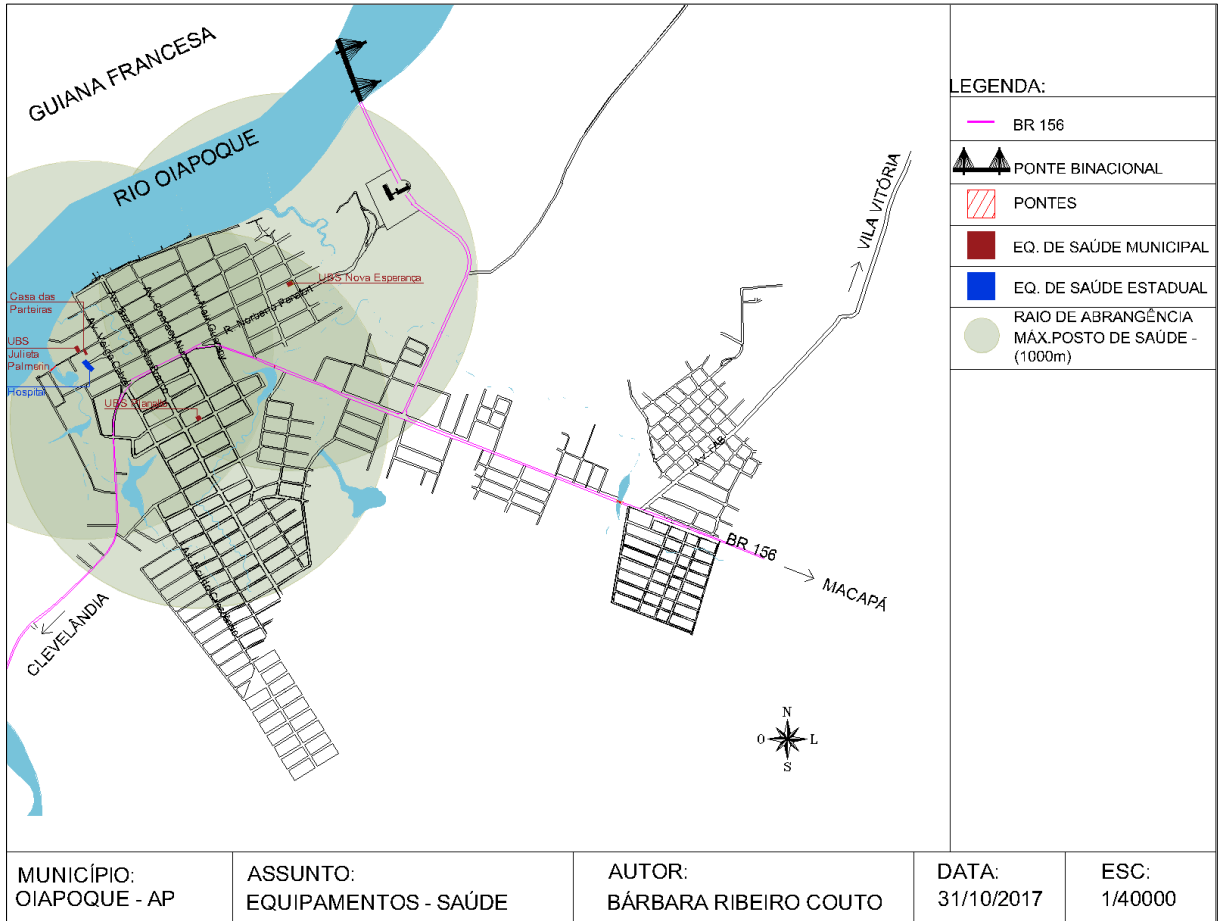
#### **4.4 Aspectos sociais**

O município de Oiapoque possui uma população na ordem de 20.509 pessoas (4<sup>o</sup> município mais populoso do Estado), distribuídas em uma área correspondente a 22.625,286 Km<sup>2</sup>, o que se refere a uma densidade demográfica de 0,91 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2017).

Fundamentado nos dados do IBGE, Silva (2013) aponta que a população deste município possui uma parcela significativa de jovens e um índice de natalidade tão alto quanto; assim como apresenta uma parcela pequena de idosos, o que pode sugerir uma baixa expectativa de vida para a população oiapoquense. O município de Oiapoque conta com 23 estabelecimentos de saúde SUS IBGE (2017), evidenciando-se uma clínica de reabilitação e fisioterapia, uma casa de parto

natural, um hospital estadual e seis unidades de apoio ao Programa Estratégia Saúde da Família (CHELALA et al., 2015). O Mapa 2 demonstra a distribuição desses equipamentos dentro do perímetro urbano.

Mapa 2 – Equipamentos de atendimento de saúde públicos existentes em Oiapoque, 2017.



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

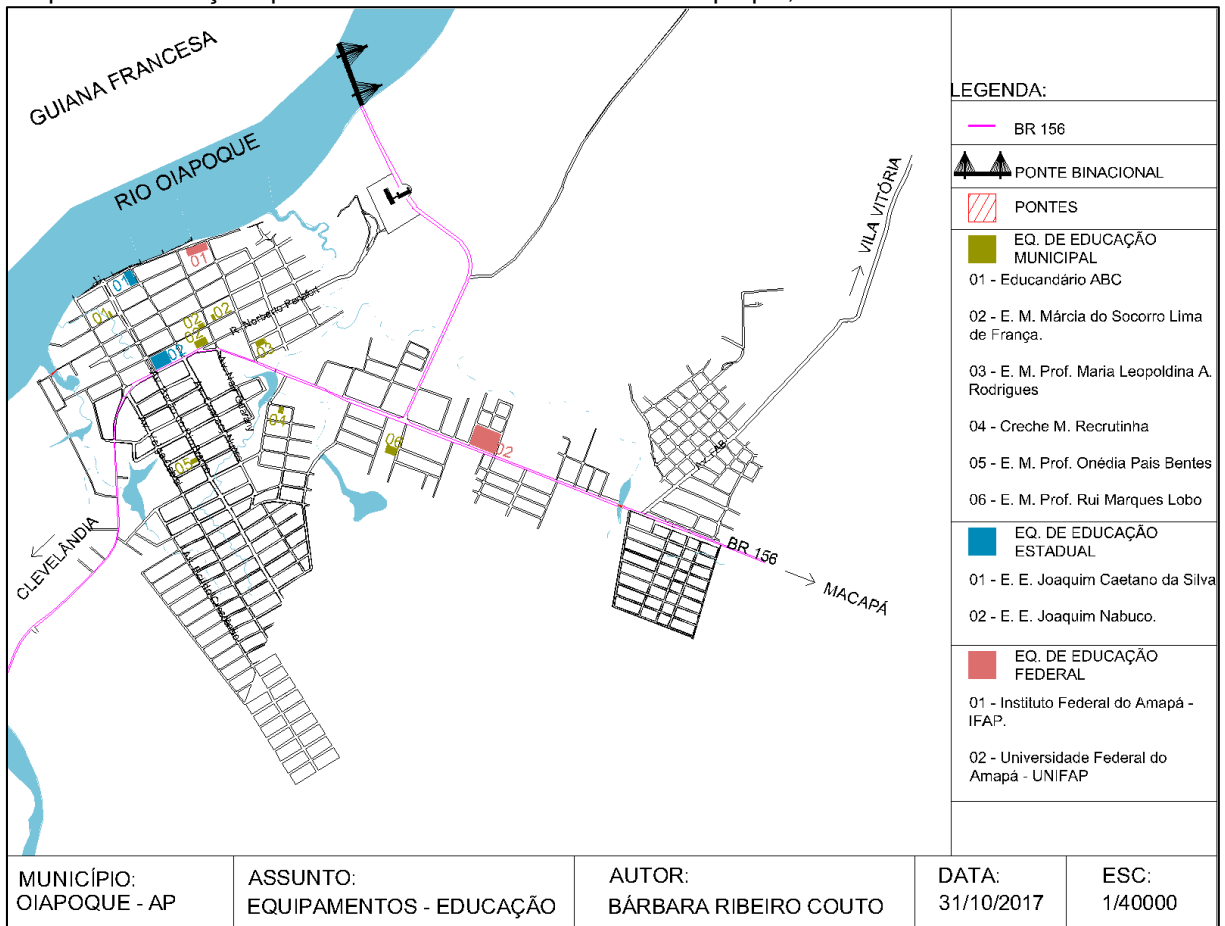
Conforme pode ser observado, a oferta do serviço de saúde se concentra nos bairros centrais da cidade quanto ao raio de abrangência existe uma sobreposição dos equipamentos que deveriam estar mais bem distribuídos no espaço urbano, desse modo garantindo a oferta do serviço na mesma proporção a todos os seus habitantes.

Quanto à escolaridade, Oiapoque concentra 46 instituições de ensino, as quais tinham matriculados no ano de 2015, no pré-escolar 1.002 alunos, 5.035 no ensino fundamental e 1.326 no ensino médio (IBGE, 2017). O perímetro urbano concentra 10 instituições públicas de ensino dentre as quais 6 são da educação municipal (creches e educação básica), 2 estaduais (ensino fundamental e médio) e



2 federais (ensino médio/técnico e superior/graduação) como pode ser analisada no Mapa 3.

Mapa 3 – Instituições públicas de ensino existentes em Oiapoque, 2017.



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

Em comparação à média da região amazônica nos itens saúde e educação (Tabela 2), o município de Oiapoque apresenta um desempenho superior, o que não acontece com os setores de habitação e cultura. Comparando com a média do Amapá a diferença para os critérios de saúde e educação é mínima (0,011) (CHELALA et al., 2015).

Tabela 2 – Média comparativa dos indicadores sociais entre Amazônia, Amapá e Oiapoque, 2015.

Local	Saúde		Educação		Habitação	Cultura
	Longevidade	Mortalidade infantil	Escolaridade	Qualidade do ensino	Políticas habitacionais	Infraestrutura cultural
<b>Amazônia</b>	0,283	0,331	0,287	0,352	0,420	0,358
<b>Amapá</b>	0,301	0,388	0,361	0,328	0,266	0,388
<b>Oiapoque</b>	0,290	0,385	0,42	0,366	0,000	0,310

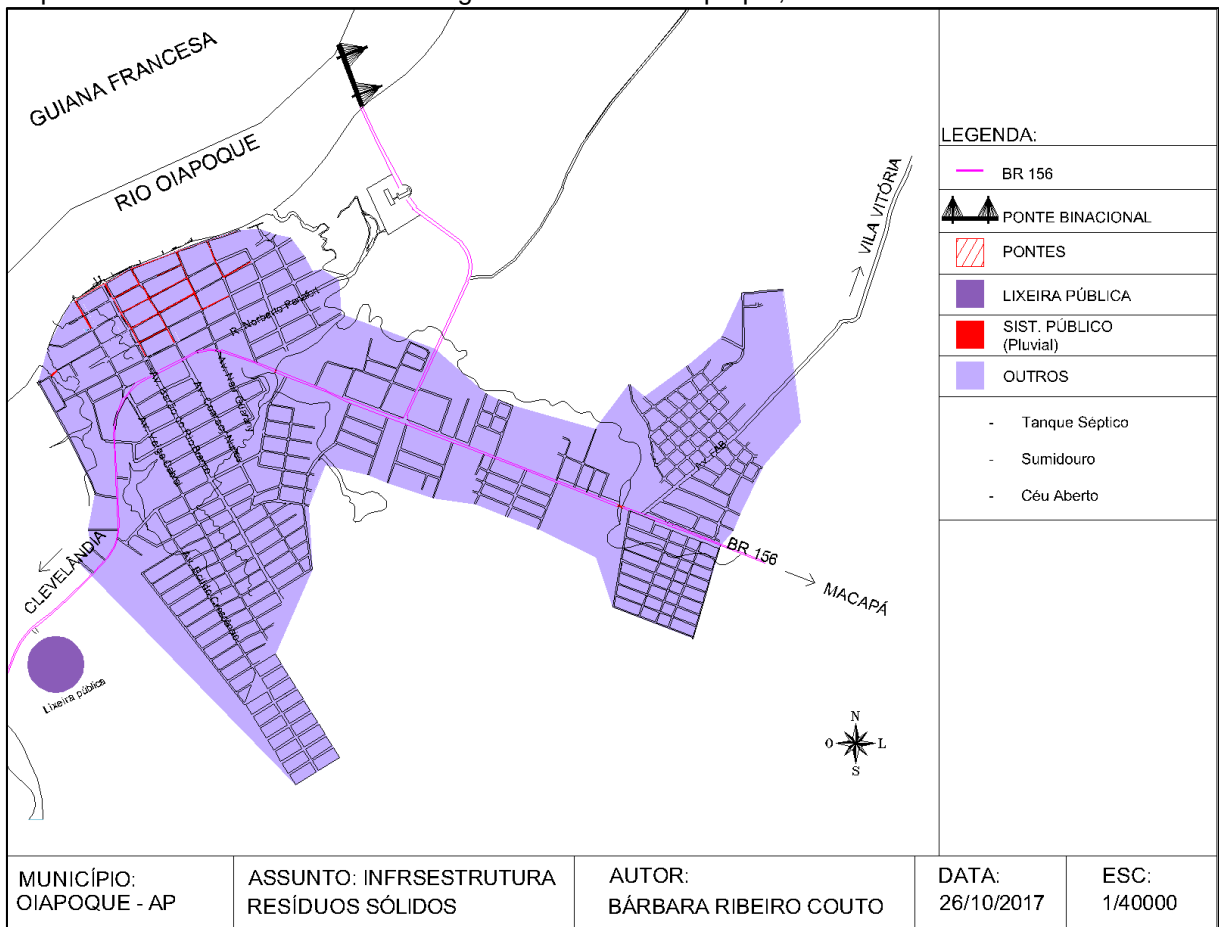
Fonte: Adaptado de Chelala et al. (2015).



nos olhos, esquistossomose, dengue; elefantíase; hepatite viral do tipo A e E, leptospirose e doença de chagas (LAZZARETTI, 2012; RIBEIRO; ROOKE, 2010).

O tratamento de esgoto sanitário apresenta uma realidade semelhante ao abastecimento de água, atendimento somente no bairro Central, demais formas adotados pela população para destinação do esgoto são tanque séptico, sumidouro e descarte a céu aberto como ilustra o Mapa 5.

Mapa 5 – Formas de tratamento do esgoto sanitário de Oiapoque, 2017.



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

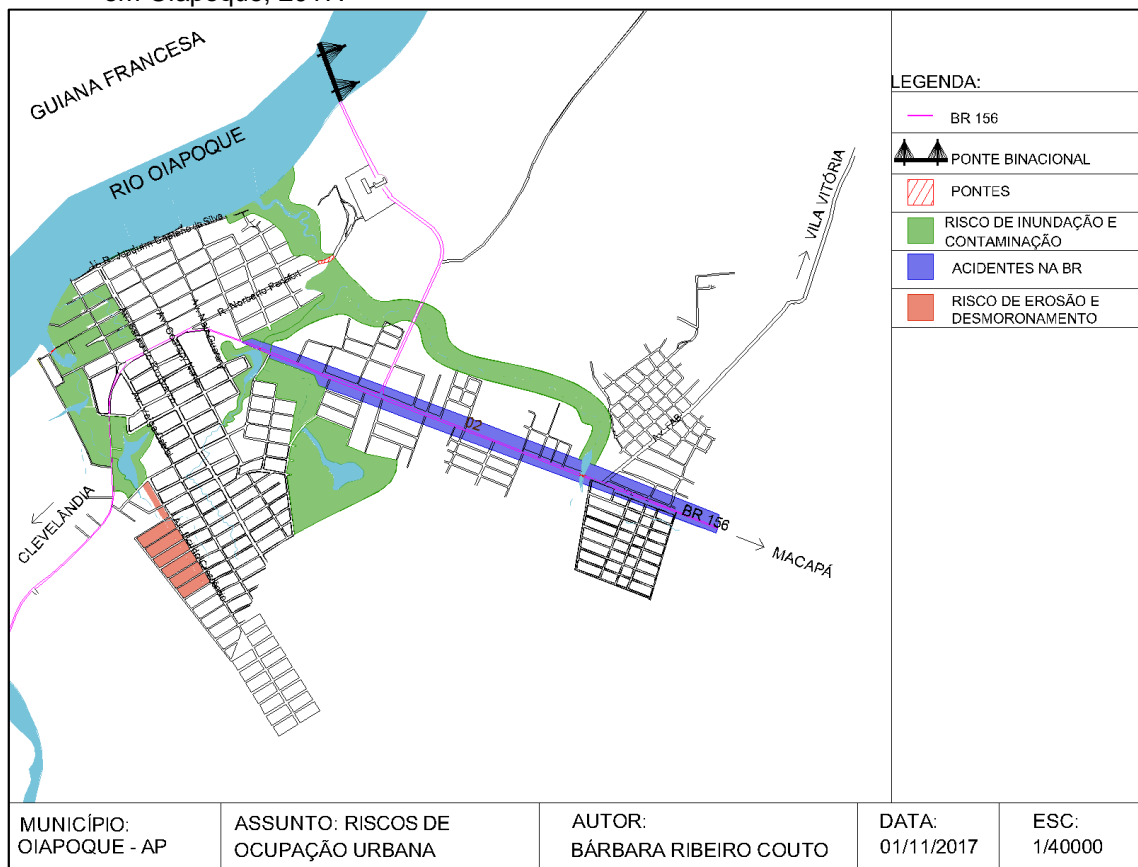
É preocupante o atual cenário de oferta do serviço de tratamento de esgoto em Oiapoque, pois os riscos relacionados à contaminação hídrica e do solo causando desequilíbrio entre as interações ecológicas e pondo em risco a saúde do homem e do meio ambiente são altos.

#### 4.5 Aspectos ambientais

A maior parte do município de Oiapoque é ocupada pela floresta densa de terra firme 18.206,23 km<sup>2</sup> sendo a principal ocorrência para a tipologia de floresta densa de baixos platôs seguida por submontanhas. Os ambientes que se destacam nesse domínio são os litorâneos caracterizados pelos manguezais, áreas de várzeas, com predominância dos campos inundáveis (PTDRS, 2011).

A característica do ambiente associada à ocupação inadequada dessas áreas que sofrem influência do regime de marés e que também funcionam ecologicamente como bacias de escoamentos de águas pluviais deixam alguns pontos da cidade sujeitas a risco de inundação, erosão e desmoronamento conforme demonstra o Mapa 6.

Mapa 6 – Identificação das principais áreas de risco para ocorrência de desastres ambientais em Oiapoque, 2017.



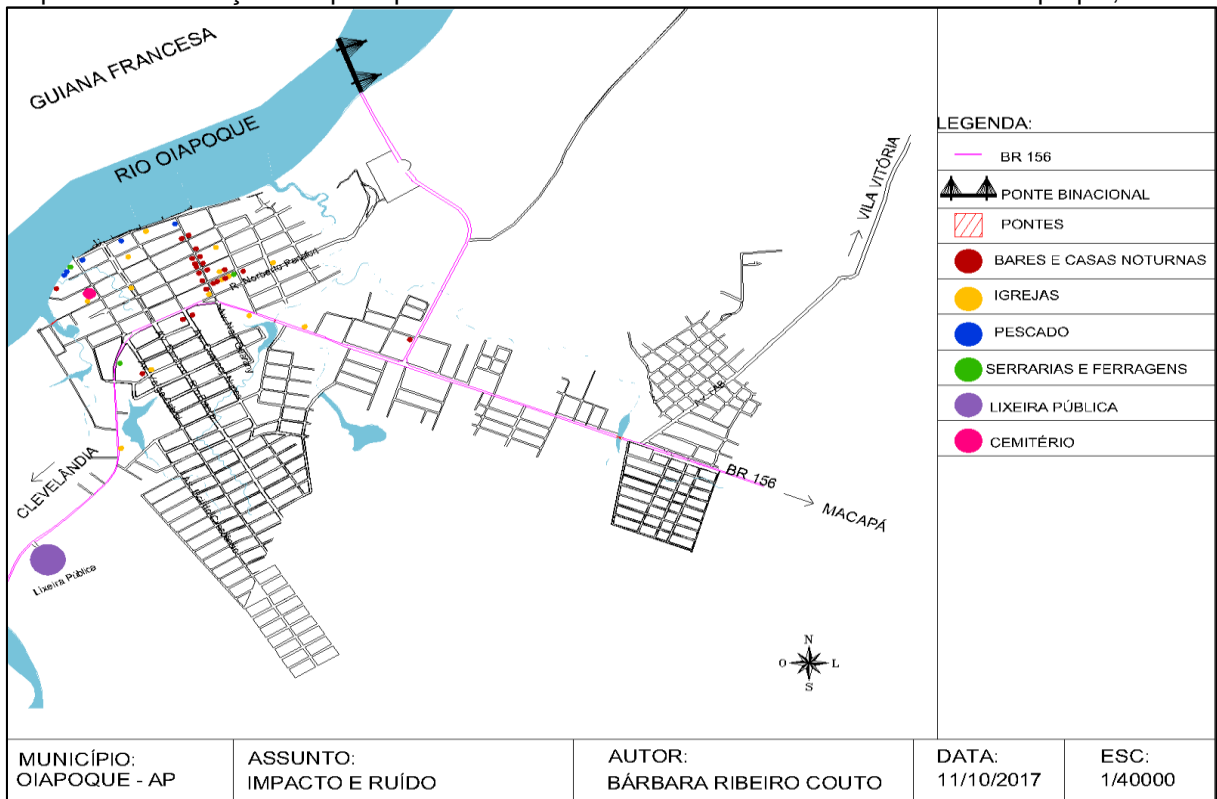
Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

Em referência aos conflitos ambientais presentes no perímetro urbano de Oiapoque o Mapa 7 identifica os principais, como a poluição sonora gerada por bares, casas noturnas e igrejas que estão dispostos em áreas próximas ou vizinhas e que por terem finalidades diferenciadas (bar, casa noturna ≠ igrejas) entram em

conflito de interesses. A área de pescada também é um gerador de conflito ambiental com produção de resíduos orgânicos geradores de odores, sua disposição na área da orla diverge dos projetos que incluem a orla como área de interesse turístico da cidade.

Além do mais, existem serrarias e oficinas de ferragens construídas em área inconveniente. A lixeira pública no local onde esta lograda é um incômodo para os moradores de Clevelândia e não menos importante o cemitério figura a maior preocupação dos moradores por conta de sua localização muito próxima ao rio e com residências no entorno que utilizam poço amazonas o que gera temor quanto à contaminação do rio, solo e o lençol freático, ainda versam a lotação e impossibilidade de ampliação do cemitério fomentando a demanda pela construção de um novo cemitério no município.

Mapa 7 – Identificação das principais áreas com conflitos ambientais existentes em Oiapoque, 2017.



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

Do exposto nota-se uma série de equívocos no processo de organização do espaço urbano do município de Oiapoque que afeta a qualidade de vida da população. Nesse contexto, Tostes (2016) enfatiza que os problemas urbanos das cidades bem como os existentes em Oiapoque podem ser solucionados quando

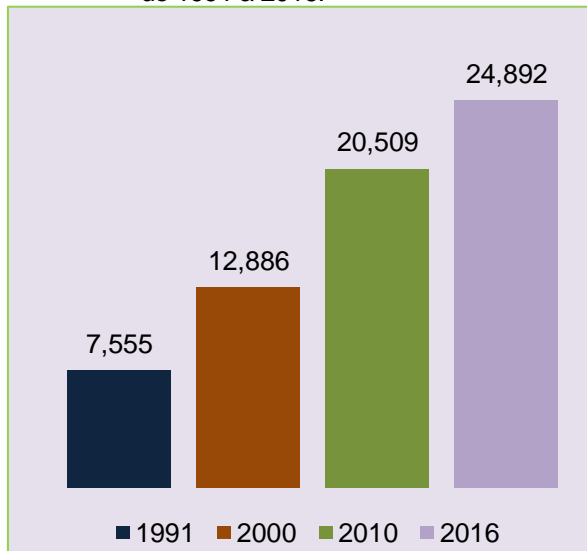
houver uma real ligação entre os processos de planejamento e a valorização da participação social subsidiando seus próprios interesses.

#### 4.6 Evolução urbana

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1991 a população de Oiapoque era de 7.555 habitantes. Nove anos depois já em 2000 atingiu 12.866, no Censo 2010 esse número sofreu um boom e chegou a 20.509 habitantes e em 2016 estima-se uma população em torno de 24.892, ou seja, existe uma evolução em termos de crescimento populacional ocorrendo em um curto espaço de tempo de forma acelerada como ilustra o Gráfico 3.

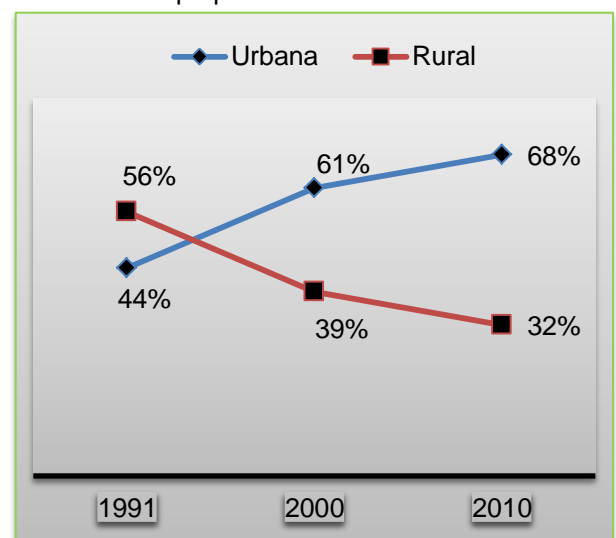
Em se tratado da ocupação espacial também houve uma significativa mudança de uma população que em 1991 tinha 56% da população residindo na área rural e em 2000 houve uma transição passando o espaço urbano a comportar 68% no registro de 2010 como retrata o Gráfico 4.

Gráfico 3 - Evolução da população de Oiapoque de 1991 a 2016.



Fonte: Adaptado de estatística IBGE (2017).

Gráfico 4 - Evolução da população urbana e rural de Oiapoque de 1991 a 2010.



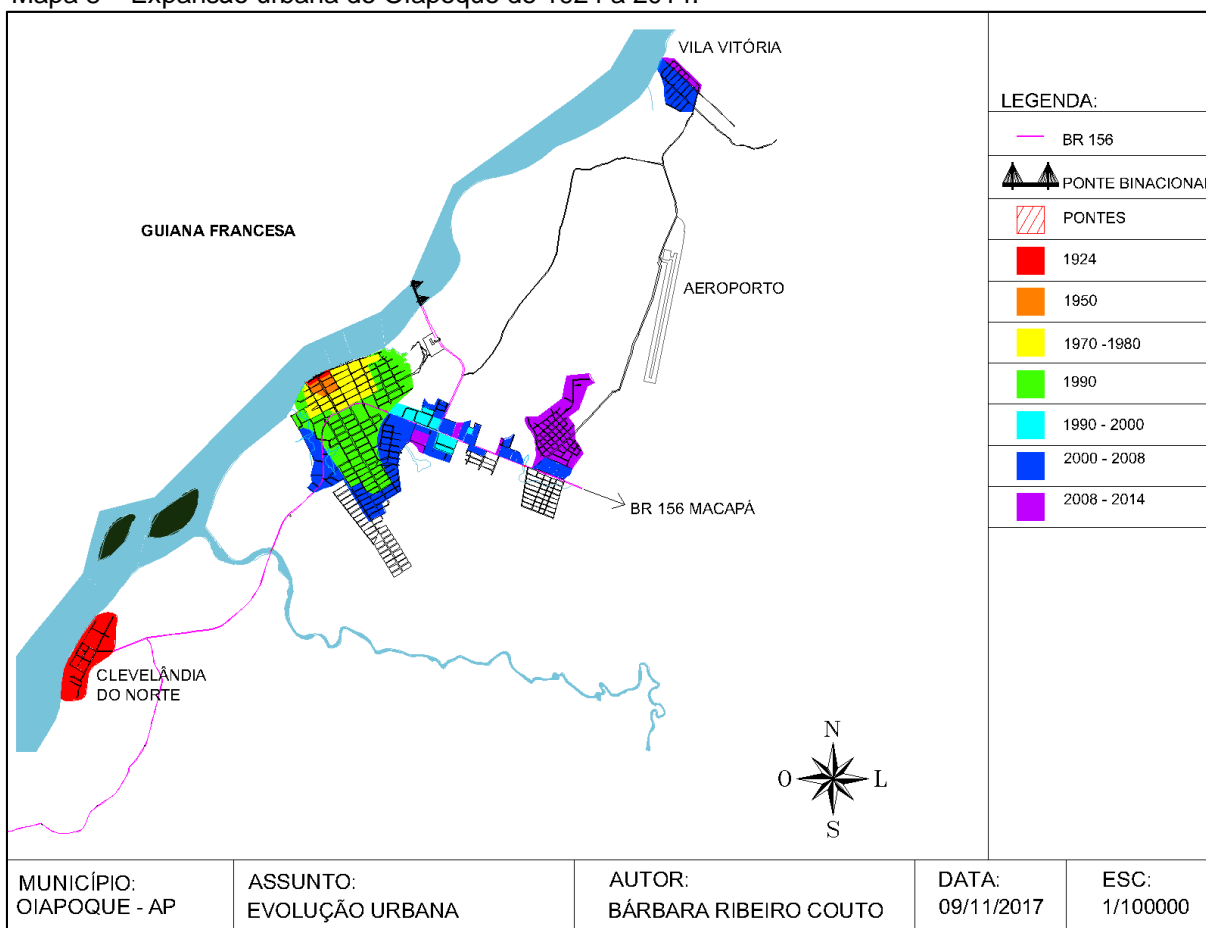
Fonte: Adaptado de estatística IBGE (2017).

Esse cenário evolutivo da população torna-se complexo quando se observa uma série de déficits e carência de infraestrutura relacionada a questões fundiárias, pois a maior quantidade de terras do Oiapoque encontra-se no domínio da União, saneamento básico é precário, ocupação do espaço é desordenada, prevalência de

déficit habitacional e a não conclusão do asfaltamento da BR-156 (SILVA, 2013, 2014; TOSTES, 2012, 2014, 2016).

A respeito do asfaltamento da BR-156 Porto (2002) ressalta que dentre as principais ações para organização do espaço amapaense (1985-1987) no caso de Oiapoque a ação era justamente a construção da BR-156 tendo por objetivo ampliar o acesso às áreas com potencial agrícola do norte amapaense e incentivar o comércio com a região do Caribe. Por sua vez a expansão urbana de Oiapoque formou-se em maior parte em decorrência do crescimento da população como mostra o Mapa 8.

Mapa 8 – Expansão urbana de Oiapoque de 1924 a 2014.

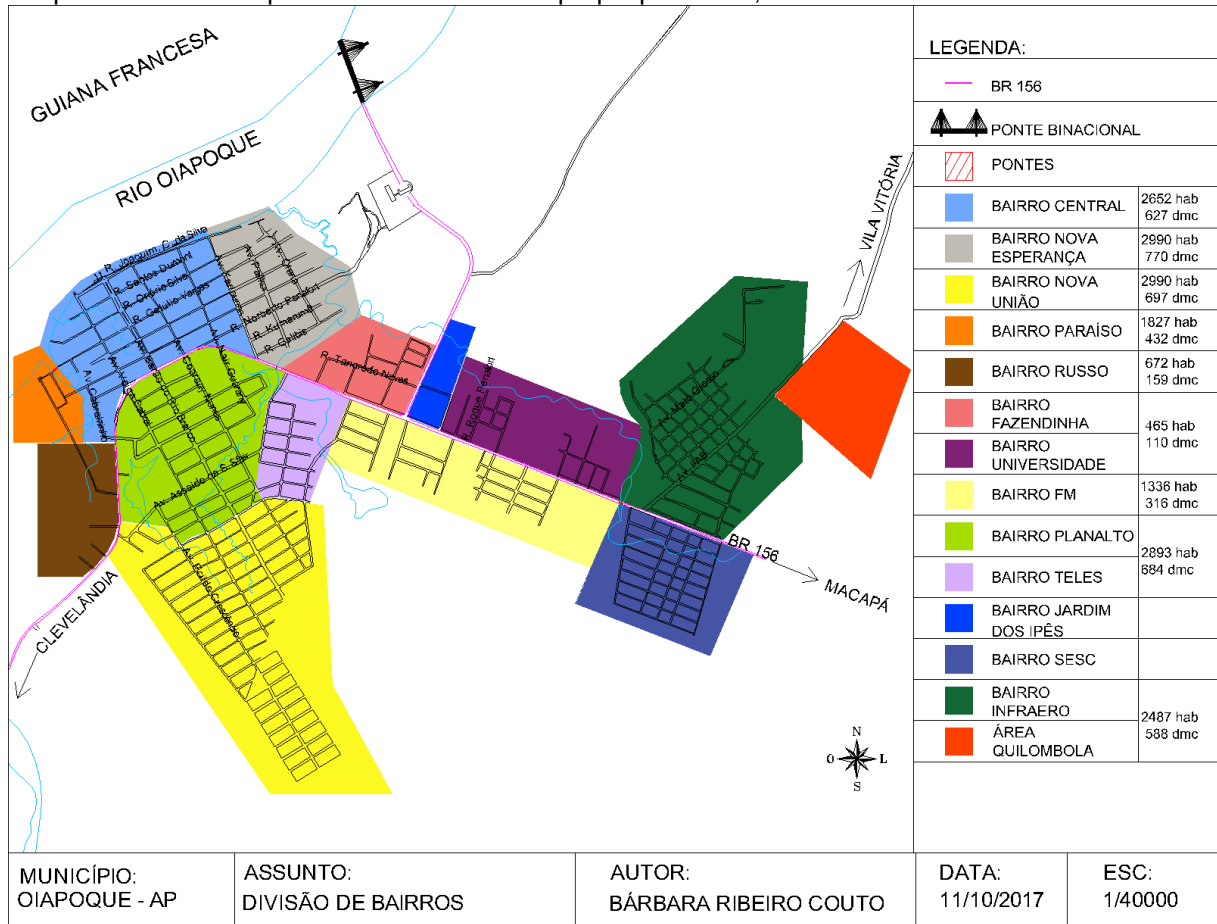


Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

Um aspecto interessante é o período de boom populacional (2000 a 2010) ser o mesmo período no qual a cidade se expandiu de forma rápida com destaque para o ano de 2008 com a ocupação irregular da área da Infraero (cor lilás) que deu origem ao bairro Infraero o qual se tornou área de conflito fundiário e disputa pela

posse da terra entre a União e o Município. O bairro Infraero em 2017 está entre os seis bairros mais populosos de Oiapoque fato que pode ser posteriormente observado no Mapa 9.

Mapa 9 – Divisão do perímetro urbano de Oiapoque por bairro, 2017.



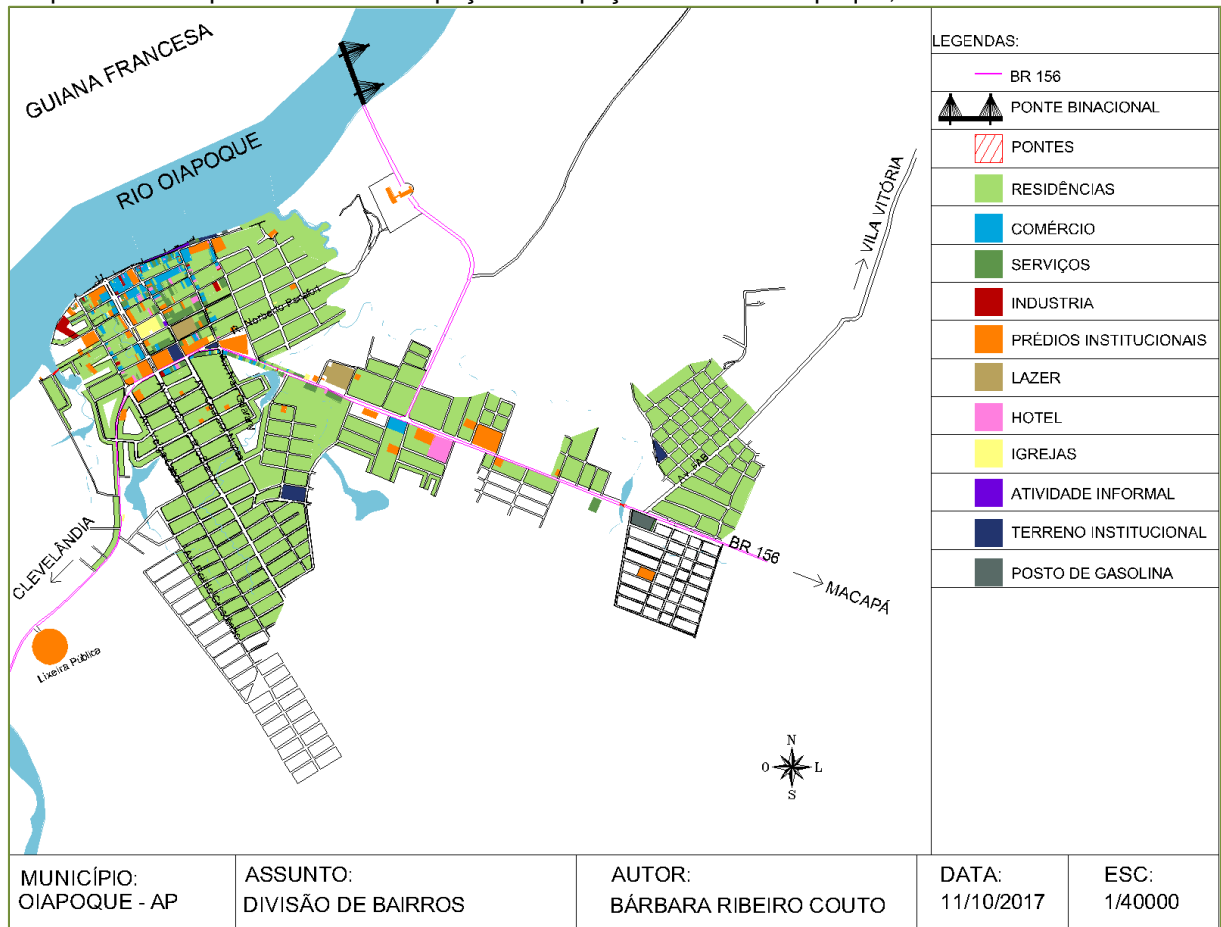
Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

A atual configuração do perímetro urbano de Oiapoque referente ao ano de 2017 mostra a divisão de 13 bairros e mais Vila Vitória e Clevelândia que apesar da proximidade com núcleo urbano do município estão fora dos limites do perímetro urbano. Os bairros com maior quantitativo populacional e número de domicílios são o Central, Nova Esperança, Nova União, Planalto, Infraero e Paraíso.

Quanto à forma de ocupação do espaço maior parcela destinada a residências com exceção do bairro central que dispõe da área comercial com a presença da maioria dos estabelecimentos do comércio, serviços, prédios institucionais e atividades informais. Já em se tratando de espaços de lazer nota-se que há em Oiapoque o espaço mínimo destinado a essa finalidade como pode ser visto no Mapa 10.



Mapa 10 - Principais formas de ocupação do espaço urbano de Oiapoque, 2017.



Fonte: Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (2017).

A lei Federal nº 6766 de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano ao fixar os requisitos urbanísticos no Art 4º, inciso I “(...) a implantação de equipamentos urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para gleba (...)”. A deficiência na oferta de espaço de convivência e lazer a população de Oiapoque fere o disposto na referida Lei.

Também a Lei Orgânica do Município de Oiapoque de 1993 faz menção em seu paragrafo 6º à seguridade do direito ao lazer juntamente com os demais direitos sociais, no art.136 paragrafo único elenca o lazer como um direito social. No art.150 menciona a competência do município em fomentar as práticas de lazer da comunidade como um direito de cada cidadão. Portanto, da interpretação das normativas com análise da realidade posta no espaço urbano, pontua-se uma falha quanto à garantia do direito ao lazer, pois no atual contexto os moradores de

Oiapoque não dispõem das áreas que necessitam para o desenvolvimento de suas atividades de recreação e divertimento.

#### **4.7 Propostas de planejamento pensadas para Oiapoque**

A partir da pesquisa bibliográfica e documental, percebe-se que a prática de planejamento em Oiapoque já apresenta várias iniciativas na construção de projetos e planos setoriais. No entanto, não obtém êxito, devido a fatores relacionados à indiferença dos governos locais tratam a região de fronteira, conforme apontado por Tostes (2016). Os primeiros registros sobre a paisagem urbana de Oiapoque remetem a iniciativa, em 1988, pelo Governo do Antigo Território Federal do Amapá, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), por meio do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Oiapoque (PDUO).

Para o IBAM, os planos urbanísticos são condições estratégicas de desenvolvimento, contribuindo para a construção do futuro do Amapá. No documento, o município de Oiapoque, dentre as cidades do interior do Amapá, era o que apresentava maior vitalidade, com uma economia mais diversificada e grande riqueza cultural. No documento, também tem indicações do potencial turístico, contexto que justificativa a melhoria do padrão urbanístico da cidade, já dando indicativo para possibilidade futura de construção de uma ponte interligando Brasil à Guiana.

Segundo o IBAM (1988) a falta de mapas confiáveis do sítio, indicando dados sobre a topografia, rio, igarapés, vegetação e outros elementos físicos dificultavam a projeto do arruamento, ou seja, o plano urbanístico. Na percepção de Tostes (2016) este plano urbanístico é um bom exemplo de que não faltaram à cidade de Oiapoque alternativas de planejamento urbano.

O referido autor frisa que do plano, muito pouco foi absorvido, apesar de ser um estudo técnico bem desenvolvido baseado em princípios pertinentes em relação às características morfológicas do lugar. Das várias previsões feitas pelo IBAM, muitas foram confirmadas posteriormente, em especial no que tange o desenvolvimento da cidade. Passados quase 30 anos da descrição da paisagem

urbana da época, a intervenção proposta no Plano Urbanístico é um importante legado que serve de referência.

Em 2000, o município desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Oiapoque, para ser inicialmente executado no período de 2000 a 2002. O arcabouço do plano é composto de cinco capítulos contendo caracterização do Município de Oiapoque e a proposta de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Estando contemplados os programas, resultado das discussões e consensos apresentados pela comunidade local e suas organizações, e finalmente a sugestão de um modelo de gestão.

Conforme propõem o plano, para que o mesmo obtivesse êxito, seria necessário a adoção de um modelo de gestão democrático com base nos princípios de cidadania e participação. Quanto aos programas e ações estratégicas traçados para o município, estes foram separados de acordo com as dimensões. Em síntese, no Quadro 4, estão destacados os principais pontos.

Quadro 4 – Ações Estratégicas previstas no PDLIS, 2000.

<b>Dimensão Econômica</b>	<b>Dimensão Social</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incentivar a produção de hortifrutigranjeiros;</li> <li>✓ Incentivar a ovinocultura, a caprinocultura e a avinocultura;</li> <li>✓ Intensificar a apicultura, a piscicultura e a suinocultura;</li> <li>✓ Construção de armazéns comunitários;</li> <li>✓ Melhorar o sistema de escoamento da produção;</li> <li>✓ Construção de feiras para comercialização de produtos diversos;</li> <li>✓ Instalação de frigoríficos comunitários;</li> <li>✓ Fortalecer e modernizar os subsetores de hospedarias, bares; restaurantes; agências de viagens e transporte turístico;</li> <li>✓ Elaborar diagnóstico do setor de turismo;</li> <li>✓ Incentivar novas estratégias de comercialização dos produtos;</li> <li>✓ Pavimentação da BR 156;</li> <li>✓ Implantar fonte de energia alternativa para as comunidades rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Construção de novas escolas na sede do município, zona rural e área indígena;</li> <li>✓ Capacitação de professores e técnicos na área da educação;</li> <li>✓ Criação de uma biblioteca pública;</li> <li>✓ Criação de acervo bibliográfico;</li> <li>✓ Construção de uma sala para ensino especial;</li> <li>✓ Reforma geral da Unidade Mista de Saúde de Oiapoque;</li> <li>✓ Criação de banco de sangue e leite materno;</li> <li>✓ Construção de um laboratório equipado e especializado;</li> <li>✓ Equipar as ambulâncias para atender a área ribeirinha do município.</li> </ul>
<b>Dimensão Ambiental e Cultura</b>	<b>Dimensão Político Institucional</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantação do Batalhão de Polícia Ambiental;</li> <li>✓ Programa de Educação Ambiental nas escolas e associações direcionado a sensibilização e recuperação de áreas degradadas;</li> <li>✓ Criação de um programa de guia turístico;</li> <li>✓ Criação do Museu dos Povos Indígenas;</li> <li>✓ Construção de praças e quadras poliesportivas;</li> <li>✓ Promoções de festivais: música, dança, teatro e poesia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Executar políticas de ambientais propostas pelo Zoneamento Ecológico Econômico;</li> <li>✓ Implantar o Plano de Gerenciamento Costeiro;</li> <li>✓ Incentivar linhas de créditos;</li> <li>✓ Incentivar a criação de associações e cooperativas;</li> <li>✓ Promover mecanismos de pesquisa, extensão, fomento, crédito, armazenamento e comercialização de forma a viabilizar a implantação de uma política de educação, saúde e organização dos produtores rurais.</li> </ul>

Fonte: Adaptado do PDLIS (2000).

Elaborado pela ARQUIED, o Plano Emergencial de Gestão Urbana para Oiapoque, proposto em 2002, tinha por finalidade levantar as demandas prioritárias relacionadas ao desenvolvimento urbanístico da cidade abrangendo aos aspectos ecológicos, físico-territoriais, econômicos, sociais e administrativos.

O documento elenca uma breve síntese dos dados denominados de circunstanciais como quantitativo populacional, atividades econômicas, aspectos fundiários, infraestrutura básica e, equipamentos urbanos e comunitários. Segundo a análise crítica presente no plano, são recomendados que o planejamento urbano da cidade estivesse direcionado as transformações decorrentes das intervenções previstas pela pavimentação da BR 156 e a construção da ponte Binacional. Outro fator foi à criação do Parque Nacional do Tumucumaque, que abarcou significativa quantidade de terras do município.

No que se refere ao sítio urbano, o plano acentua que a topografia é bastante irregular, com ondulações acentuadas situação que deve ser considerada nos planos de desenvolvimento. As tendências de crescimento indicam que devem seguir para Leste e Sudeste ao longo da BR 156; para Oeste e Sudeste a expansão poderá ocorrer pela ligação com Clevelândia do Norte; para o Sul em direção ao ramal de acesso à Ponte Binacional.

O Plano de Gestão Urbana enumera diversas propostas de projetos urgentes ao município, como:

1. Atualização do Plano de Desenvolvimento Urbanístico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) em 1988;
2. Complementação do Levantamento Planialtimétrico da Área Urbana;
3. Ação de Acompanhamento junto ao INCRA do processo de concessão do domínio público da área urbana e de expansão urbana;
4. Elaboração da Planta Genérica de Valores de Terrenos Urbanos;
5. Projetos de Loteamentos Urbanizados, para atender o déficit habitacional de quase 2000 pedidos de terrenos protocolado na Prefeitura Municipal;
6. Projeto para coleta e disposição final dos resíduos sólidos;
7. Projeto de Urbanização e Paisagismo da Beira-Rio, para criar um “novo cartão postal” na orla da cidade;
8. Projeto de Ampliação e Reforma da Praça Ecildo Crescêndio Rodrigues;
9. Projeto de Reforma e Ampliação da Unidade Mista de Saúde do Estado;

10. Projeto de Canalização, retificação e limpeza do Igarapé da Palha e outras áreas definidas como endêmicas de malária;
11. Projetos para construção de escolas de ensino fundamental e ensino médio;
12. Criação do Horto Municipal;
13. Projetos para construção da Feira Popular do Agricultor e da Feira do Pescador;
14. Projeto para Construção de um ginásio multiuso;
15. Projeto para construção de um Matadouro Municipal;
16. Projeto para Reforma e Ampliação do Presídio Municipal;
17. Projeto para Reforma e Adaptações da Estação de passageiros do Aeroporto de Oiapoque;
18. Projeto para Construção da nova Câmara de Vereadores;
19. Projeto para Reforma e Ampliação do Prédio da Prefeitura Municipal de Oiapoque;
20. Projeto de um sistema de Esgotamento Sanitário para a área urbana;
21. Para o setor do turismo: construção de centros de Atendimento ao Turista, Manifestações Culturais e Folclóricas, Capacitação Turística e Praças de Eventos.

Das ações indicadas pelo plano de gestão urbana, em 2002, intervenções como a ampliação e reforma da única praça pública e urbanização e paisagismo da orla da cidade são projetos que foi iniciado e não foram concluídos até o momento (ano de 2017) por motivo de superfaturamento e desvios de recursos públicos.

No ano de 2011, os governos estadual e municipal contrataram a elaboração do Projeto de Melhoria e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na sede do município de Oiapoque. O projeto possuía como previsão orçamentária do Plano de Aceleração do Crescimento 2 e de dois convênios Prefeitura/Governo do Estado/FUNASA, descritos sob Convênio 0031/2007 e 1.3050/2007.

Conforme apresentado no projeto, o sistema de infraestrutura urbana do sistema de abastecimento de água, em todas as suas unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição) estão deficitárias, onde não se justificava uma reforma e sim uma urgente substituição. Desse modo optou-se, a partir do consenso entre concessionária CAESA, a concedente FUNASA e o

responsável pelo projeto Ângelo Oliveira, por instalar um novo sistema de abastecimento de água.

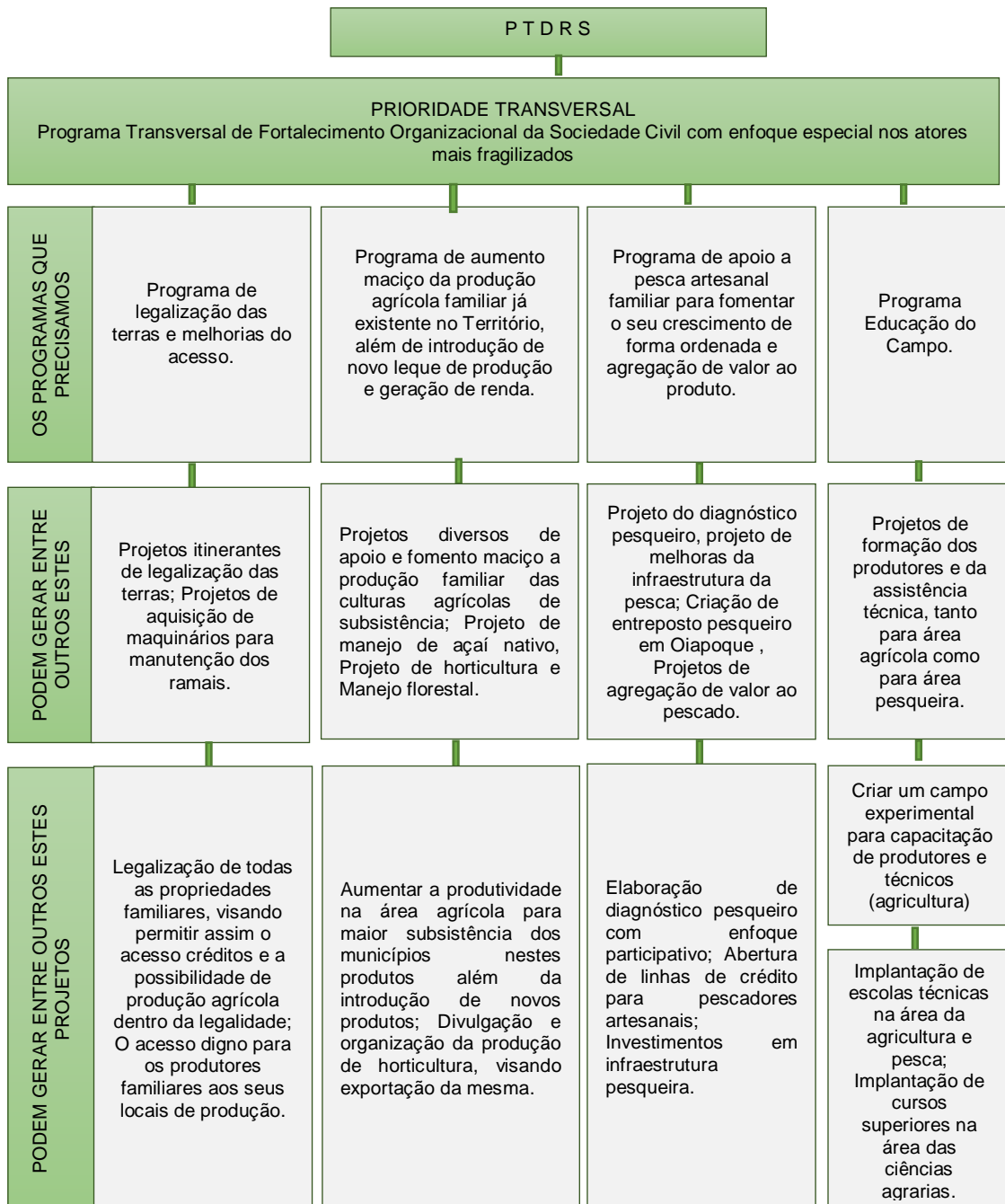
Em um horizonte de projeto de 20 anos, a ampliação do sistema beneficiaria uma população final estimada em 47.383 habitantes, com uma taxa de crescimento de 6,39%, tendo um consumo médio per capita de 250l/hab/dia. Apesar da grandiosidade do projeto e seu relevante impacto em melhorias sociais, nada foi materializado, tendo inclusive desvios de recursos (TOSTES, 2016).

Ainda em 2011, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), classificou o município de Oiapoque como Território Extremo Norte, composto de pelo referido município juntamente com Calçoene. O PTDRS elenca uma série de sugestões compensações que poderiam ser implementadas pelo poder público, como:

- ✓ Manejo Florestal;
- ✓ Ressarcimento por hectare protegido (sistema de remuneração) aos produtores (PSA);
- ✓ Inclusão das reservas legais dos terrenos de reforma agrária e reservas extrativistas na área do parque;
- ✓ Bolsa floresta (PSA);
- ✓ Promoção de cursos de qualificação sobre manejo de açaí;
- ✓ Instalação de viveiros com hortaliças;
- ✓ Cursos na área de artesanato para aproveitamento de recursos não florestais;
- ✓ Capacitação de agentes ambientais comunitários;
- ✓ Implantação de energia solar;
- ✓ Implantação de bibliotecas ambientais.

Segundo o referido plano, no que tange a infraestrutura, as duas prioridades seriam a reforma agrária e implantação e recuperação de estradas e vias de acesso (Esquema 1). Quanto os aspectos ambientais, o olhar se assenta sobre o elevado quantitativo de áreas protegidas presente no território, que impactam diretamente na dinâmica social e econômica da população local.

Esquema 1 – Programas Estratégicos formulados para o Território Extremo Norte (Calçoene e Oiapoque) 2011.



Fonte: Adaptado de PTDRS (2011).

As sugestões levantadas buscavam promover uma discussão sobre como inserir tais demandas no planejamento governamental de modo a gerar de fato benefícios às comunidades do território. No resumo presente no PTDRS a efetiva transformação das possibilidades em oportunidades de negócios sustentáveis depende da capacidade dos agentes públicos e privados que atuam no processo de desenvolvimento regional em construir arranjos institucionais fortes e capazes de

mobilizar cooperações visando à superação dos desafios inerentes a região com tantas características e suas complexidades.

Diante dos diversos diagnósticos que apontam as potencialidades turísticas existentes em Oiapoque, o município foi incluído na área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo/Roteiro Maracá-Cunani, que inclui no total 12 municípios. Elaborado por meio de contrato entre Governo do Estado do Amapá – Fundação Marco Zero, com financiamento do Ministério do Turismo, o plano objetivava ser o principal instrumento norteador do turismo conforme sua área de abrangência, tendo metas definidas com reais perspectivas de desenvolvimento.

O diagnóstico feito pelo PDITS evidenciou a situação estrutural da atividade turística em relação à oferta turística, a infraestrutura básica, aspectos institucionais e problemas socioambientais para o desenvolvimento do turismo para o Polo/Roteiro Maracá-Cunani. As informações oriundas desse trabalho técnico permitiriam conhecer as condições competitivas relativa no mercado turístico, em relação aos consumidores e competidores; conhecimento sobre estratégia de ação; identificação das ações recomendadas e investimentos necessários; monitoramento e avaliação, das ações propostas e implementadas.

Em Oiapoque, dentre os atrativos ecoturísticos destacados na região pelo PDITS, estão: a Cachoeira Marripá localizado no rio Oiapoque, em direção ao distrito de Clevelândia do Norte, com potencial as práticas de pesca e trilhas; Festividade do Turé realizado nas aldeias indígenas; Parque Nacional do Cabo Orange com finalidade para atividades turísticas e pesquisas científicas. Em ambos os casos, todos os atrativos necessitam de infraestrutura e estudo específicos da capacidade de atendimento ao público visitante.

No diagnóstico, os cursos sugeridos pelas comunidades do Polo/Roteiro Maracá-Cunani para o município foram: hotelaria; padeiro; cozinheiro; idiomas: francês, espanhol e inglês; guia de turismo; relações humanas; curso de turismo receptivo para: taxista, moto taxista, catraieiro; meio ambiente e turismo; eletricidade; mecânico de automóveis; mecânica em geral; refrigeração; condutor turístico.

Como demonstra no Plano direcionado ao turismo na região que insere o Oiapoque, evidencia um amplo potencial para o desenvolvimento da atividade, pois



o município, assim como as demais cidade localizadas na rota Maracá-Cunani reúne condições para se transformar em uma referência, entretanto, devem ser solucionados alguns pontos, pois os estudos técnicos ratificaram que diversos investimentos são prioritários, sobretudo os relacionados a infraestrutura básica, bem como a questão institucional e socioambiental é outro gargalo enfrentado.

Já em 2014, ocorreu a proposição do Plano Diretor Participativo do Município de Oiapoque. No referido documento, não constam como partiu a iniciativa, tão pouco os responsáveis pela elaboração e condução das atividades inerentes a formulação de tal plano, muito menos a condução metodológica adotada. Na proposta do plano, há o registro da constituição de um Núcleo Gestor, que conduziu as assembleias populares. Junto à proposta do Plano Diretor, estão as Atas da I e II Assembleia Popular para a construção do Plano Diretor de Oiapoque, datadas nos dias 15 e 22 de março de 2014, respectivamente, sendo transcritos pelos senhores Beethoven Cesar D. Nogueira e Ivan Machado de Vasconcelos.

Vale pontuar a maneira, um tanto incomum na escrita da trajetória dos eventos e participação popular, conforme se demonstra na seguinte citação PDPO (2014, p. 09):

Dos camaradas que entenderam a importância do PDP para o, dentre as secretarias, se destacam poucos. São 64 funcionários entre secretários, diretores e coordenadores das muitas pastas, mas por volta de dez tiveram envolvimento. É fato sabido que temos uma grave ineficiência e irresponsabilidade dos mais diversos setores da Prefeitura, seja por falta de formação ou como em sua maioria; por descaso com a própria função. Contudo, isso não foi empecilho para a conclusão do PDP.

Dos poucos pontos interessantes, cabe ressaltar, o levantamento das prioridades das comunidades, que foram divididas, segundo critérios de localização, ficando assim classificadas: Comunidades Urbanas Próximas, Comunidade Urbanas Afastadas, Comunidades Rurais e Ribeirinhas e Comunidades Indígenas. No Quadro 5 estão descritos as prioridades conforme a comunidade consultada.

Quadro 5 - Prioridades elencadas na proposta do Plano Diretor Participativo de Oiapoque de 2014.

Comunidades Urbanas Próximas	Prioridades Gerais e Comuns
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro;</li> <li>• Fazendinha;</li> <li>• FM;</li> <li>• Nova Esperança;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Área de risco.</li> <li>2. Energia/ Iluminação.</li> <li>3. Lixão /saneamento básico/ coleta de lixo/ rede de esgoto e tratamento.</li> <li>4. Abertura de ruas/ asfalto/ ponte/ calçada.</li> <li>5. Escola.</li> </ol>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nova União, Paraíso;</li> <li>• Pertinho do Céu;</li> <li>• Planalto;</li> <li>• Russo;</li> <li>• Universidade</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>6. Segurança;</li> <li>7. Água.</li> <li>8. Posto de Saúde.</li> <li>9. Creche.</li> <li>10. Área de lazer e praça de esporte.</li> <li>11. Revitalização dos alagados e igarapés.</li> <li>12. Regularização fundiária</li> <li>13. Ciclovias</li> <li>14. Comunicação</li> </ol>
<b>Comunidades Urbanas Afastadas</b>	<b>Prioridades Gerais e Comuns</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Areial/São Miguel;</li> <li>• Infraero;</li> <li>• Prainha e Matinha de Clevelândia;</li> <li>• V. Vitóri</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Regularização Fundiária.</li> <li>2.Escolas e Creche;</li> <li>3.Posto de Saúde e Policial;</li> <li>4.Transporte;</li> <li>5.Saneamento básico e limpeza pública;</li> <li>6.Praça/área de lazer e esporte</li> <li>7.Zona industrial/área comercial</li> <li>8.Cursos técnicos profissionalizantes</li> <li>9.Cemitério</li> </ol>
<b>Comunidades Rurais e Ribeirinhas</b>	<b>Prioridades Gerais e Comuns</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Igarapé Grande;</li> <li>• Ilha Bela;</li> <li>• Prainha do Cassiporé;</li> <li>• Primeiro do Cassiporé;</li> <li>• Vila Brasil;</li> <li>• Vila Taparabú;</li> <li>• Vila Velha</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Posto de saúde/ambulância;</li> <li>2.Energia/Iluminação;</li> <li>3.Escolas;</li> <li>4.Melhorias nas vias de acessos/pavimentação e transportes fluvial e terrestre;</li> <li>5.Regularização fundiária/Licenciamento ambiental;</li> <li>6.Saneamento básico/Resíduos sólidos;</li> <li>7.Assistência técnica na agricultura familiar;</li> <li>8.Investimentos na produção/escoamento da farinha;</li> <li>9. Plano Habitacional;</li> <li>10.Esporte e lazer;</li> <li>11.Projetos sociais</li> <li>12.Cemitério</li> </ol>
<b>Aldeias Indígenas da BR</b>	<b>Prioridades Gerais e Comuns</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aldeia Anawera;</li> <li>• Aldeia Arumã;</li> <li>• Aldeia Curipi;</li> <li>• Aldeia Estrela;</li> <li>• Aldeia Ywauka;</li> <li>• Aldeia Kariá;</li> <li>• Aldeia Kuahi;</li> <li>• Aldeia Piquiá;</li> <li>• Aldeia Samaúma;</li> <li>• Aldeia Tukay</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Energia;</li> <li>2.Comunicação;</li> <li>3.Licença ambiental;</li> <li>4.Posto de saúde, medicamentos e ambulância;</li> <li>5.Transporte escolar;</li> <li>6. Escolas de ensino fundamental e médio, com alojamento para professores;</li> <li>7.Escoamento da produção;</li> <li>8.Esporte e lazer;</li> <li>9.Construção de infraestruturas: ramais, moradias, tratamento e abastecimento de água, rede elétrica, transporte coletivo, pavimentação, centro comunitário;</li> <li>10. Proteção, reflorestamento dos mananciais;</li> <li>11. Melhoria dos jogos indígenas;</li> <li>12.Oficinas de reciclagem e artesanato</li> </ol>
<b>Comunidades Indígenas dos rios Urucaua, Curipi e Uaçá</b>	<b>Prioridades Gerais e Comuns</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aldeia Flecha;</li> <li>• Aldeia Tauarí;</li> <li>• Aldeia Kamayá;</li> <li>• Aldeia Kumenen;</li> <li>• Aldeia Açaizal;</li> <li>• Aldeia Benoá;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Manutenção dos ramais Kumenen, Japin;</li> <li>2.Construção de passarelas de acesso para todas as comunidades;</li> <li>3.Reforma da escola do Açaizal;</li> <li>4. Transporte Fluvial;</li> <li>5. Gestão dos Resíduos sólidos;</li> </ol>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aldeia Japin;</li> <li>• Aldeia Zacarias (2 famílias);</li> <li>• Aldeia Urubú;</li> <li>• Aldeia Mangue I;</li> <li>• Aldeia Puwaytinetete;</li> <li>• Aldeia Kuikwi;</li> <li>• Aldeia Amowin</li> </ul>	6. Posto de saúde/ambulância fluvial;
<b>Comunidades Indígenas do Rio Oiapoque</b>	<b>Prioridades Gerais e Comuns</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aldeia Kunanã;</li> <li>• Aldeia Uahá;</li> <li>• Aldeia Ariramba;</li> <li>• Aldeia Galibi;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Limpeza e manutenção dos igarapés;</li> <li>2.Manutenção de geradores;</li> <li>3.Cota mensal de combustível;</li> <li>4. Transporte fluvial para escoamento da produção;</li> <li>5.construção da casa de Farinha;</li> <li>6.Saúde/ambulância fluvial;</li> <li>7.Transporte coletivo fluvial;</li> <li>8.Expansão da rede elétrica;</li> <li>9.construção/reformas de passarelas;</li> <li>10.Tratamento de água e esgoto;</li> <li>11. Aterro sanitário.</li> </ol>

Fonte: Adaptado da Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Oiapoque (2014).

Em tratando de planos mais específicos, em 2015 ocorreu à elaboração do Projeto Executivo de Mobilidade Urbana de Oiapoque<sup>3</sup>, proposto pela Secretaria de Estado de Transporte (SETRAP). Na análise do documento, trata-se do projeto de execução, onde se descreve as informações referentes aos projetos geométricos, terraplenagem, pavimentação, drenagem e obras de arte correntes, sinalização e obras complementares. Caracteriza-se por ser um estudo altamente técnico em dados sobre engenharia necessária a execução das obras.

Nota-se que a proposição do Projeto de Mobilidade, busca cumprir as exigências da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012), que estabelece como instrumento o Plano de Mobilidade, o qual é obrigatório a elaboração á todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. Para Oppermann et al. (2017) o plano de mobilidade deve ser reconhecido como um instrumento fundamental para melhorar as condições de mobilidade na cidade e não apenas como um requisito legal.

Para isso, é essencial um plano de ação exequível que considere a realidade local, as demandas da população e as possibilidades de investimento e financiamento. No entanto, a ausência de dados confiáveis e de recursos humanos e financeiros é uma grande barreira para a elaboração dos Planos pelos municípios

<sup>3</sup> Documento disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Oiapoque, em setembro de 2017.

(OPPERMANN et al., 2017). Por esse motivo, muitos municípios não deram início ao processo de elaboração do Plano de Mobilidade, apesar da exigência da lei.

No que diz respeito ao saneamento, em 2015 efetuou-se o planejamento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Oiapoque. Os recursos financeiros foram oriundos do convênio firmado entre o município e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. O plano contempla um horizonte de 20 anos de planejamento, possuindo área de abrangência todo o território do município (localidades urbanas e rurais) envolvendo os sistemas de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

É válido destacar que tanto o Plano de Mobilidade quanto o Plano de Saneamento proposto para o município, deveriam ser construídos e apreciados após a finalização e aprovação do Plano Diretor, uma vez que são planejamentos setoriais que devem estar alinhado dentro da política urbana municipal. Essa medida se faz importante, pois na hierarquia, o Plano Diretor é o instrumento máximo em nível local, e os demais planos e projetos devem atendê-los eficientemente, de modo a evitar quaisquer divergências entre os instrumentos urbanos.

Em suma, os dados apresentados anteriormente subsidiam o percurso histórico em relação às experiências de planejamento urbano no município, e compreensão das dificuldades de execução, que pouco resultou em benefícios à população. Das inúmeras ações propostas feitas em quase duas décadas, predominam as que não saíram do campo teóricas, a exemplo estratégias elencadas no Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, em 2000, que já apontavam a urgência da conclusão da pavimentação da BR 156, construção de feiras do pescado e da agricultura. Tais fatos legitimam a falta de credibilidade atribuída às ações do poder público.

## **5 A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE**

### **5.1 Conceito de ação coletiva**

Apesar de termos nossa vida diariamente envolvida em ações de natureza coletiva de forma direta ou indireta, dificilmente se analisa e compreende o que de fato é uma ação coletiva e o quanto estar envolvido ou não com a defesa de interesses comuns pode afetar ou interferir positiva ou negativamente na realidade social na qual estamos inseridos.

Comportamentos coletivos representam a intencionalidade dos indivíduos envolvidos no processo de ações em grupo e se traduzem por meio das diferentes relações sociais e interesses existentes entre as pessoas. Em outros termos a ação coletiva se conecta somente com o campo da ação o que significa estar sempre se relacionando a um determinado grupo local ou de interesse ligando-se a ação a partir de questões próprias que culminam na demanda por articulações de estratégias distintas por parte dos grupos envolvidos no enfrentamento de situações nas quais se encontram inseridos (HAGUETTE, 2005).

Para Poteete, Ostrom e Janssen (2011, p. 234) “a investigação sobre como pode surgir à cooperação em situações de dilema social constitui um estudo clássico iniciados com uso de modelos baseados em agentes”. Melo Júnior (2007) corrobora que os primeiros estudos sobre as teorias de ação coletiva surgiram nos Estados Unidos, no entanto a referida produção intelectual não ficou limitada as academias americanas apesar de este ter sido o seu espaço de amadurecimento.

De acordo com Gohn (2004) foi no início do século XX que se construiu a primeira teoria sobre ações coletivas, inaugurada pela Escola de Chicago tendo por fundamento o interacionismo simbólico de Hebert Blumer. A segunda linha da teoria coletiva surgiu no final de 1940 com a construção das teorias a respeito das sociedades de massa idealizadoras dos movimentos sociais como formas irracionais do comportamento coletivo.

A terceira fase do pensamento coletivo teve predomínio no ano de 1950 e caracterizava-se pela articulação entre classe e relações sociais de produção. A quarta corrente teórica da ação coletiva apresenta uma abordagem que incorpora a teoria da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons (GOHN, 2004).

Segundo a mesma autora foi Mancur Olson o grande protagonista responsável pelas mudanças interpretativas da ação coletiva, em sua teoria denominada de mobilização de recursos o autor defende que a ação coletiva não se define por uma identidade irracional do interesse coletivo como concebido pelo

interacionismo simbólico. Ao analisar a lógica da ação coletiva Olson (2015) contrapõem estudos a respeito das particularidades do comportamento coletivo na formulação de sua teoria sobre a organização de grandes grupos que buscam interesses comuns.

Segundo Olson (2015) a ideia mais disseminada sobre a teoria dos grupos sociais se firma na premissa de que os grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente tendem a promover esses interesses coletivos quando há objetivos econômicos envolvidos. Porém em sua teoria Olson entende que um indivíduo não agirá para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que seja coagido ou forçado a fazê-lo ou a menos que receba um incentivo a parte, pois diferente da realização do objetivo comum ou em grupo, seja ofertado ao indivíduo do grupo de forma individual as condições de que ele ajude a arcar com custos e ônus envolvidos no alcance desses objetivos grupais.

Nesse ponto de vista o autor ratifica que na ação coletiva os indivíduos de uma organização ou um grupo possuem simultaneamente interesses comuns e individuais, ou seja, apesar de agir em prol do objetivo comum figura-se também a centralidade nos seus próprios interesses, isto significa que os membros de um grupo agem por interesse puramente pessoais e individuais. Olson (2015, p. 14) explica que:

A ideia de que os grupos tendem a agir em favor de seus interesses grupais é concebida como uma extensão lógica dessa premissa amplamente aceita do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. Em outras palavras, geralmente se deduz que se um membro de um determinado grupo têm um interesse ou objetivo comum, e se eles ficarem em melhor situação se esse objetivo fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas no próprio interesse, agir para atingir esse objetivo.

O debate da existência do interesse particular como fator motivador do indivíduo na ação coletiva polemizou a teoria de Olson por levantar a questão da associação de uma pessoa a determinado grupo está vinculado à expectativa de atingir benefício próprio através do grupo, Olson defende que diferente de uma ação individual independente é na ação coletiva que o indivíduo encontra a forma mais eficiente para defender seus interesses próprios mesmo dentro de uma ação em grupo. A respeito disso Pinto (2013, p.166) esclarece que:

A Teoria da Escolha Racional, de Mancur Olson, é aplicada a pequenos e, também, aos grandes grupos e pressupõe que nem sempre a presença de indivíduos com interesses semelhantes levará todos a agir da mesma forma para atingir um fim comum, pois os seres humanos são dotados de razão e agirão estrategicamente para melhor adequar os seus meios aos fins, resultando em menores prejuízos e maiores lucros individuais.

Em se tratando do tamanho de um grupo surge à dificuldade quanto à análise entre o tamanho do grupo e o comportamento do indivíduo dentro desse grupo, tal complexidade pode associar-se em partes ao fato de que cada pessoa do grupo pode conceder um valor diferente ao benefício almejado por seu grupo (OLSON, 2015). Referente ao estudo do tamanho do grupo o autor discorre que:

[...] o ponto mais importante no que se refere aos grupos pequenos no presente contexto é que eles podem ser perfeitamente capazes de proverem-se de um benefício coletivo pura e simplesmente por causa da atração individual que o benefício tem para cada um de seus membros. Nisso os grupos pequenos diferem dos grandes. Quanto maior for o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo e menos provável será que ele aja para obter até mesmo uma quantidade mínima desse benefício. Em síntese, quanto maior for o grupo, menos ele proverá seus interesses comuns. [...] Quanto maior for o grupo, mais ele precisará de acordo e organização, e quanto maior o grupo, maior o número de membros que por via de regras terão de ser incluídos no acordo ou organização grupal. Pode não ser necessário que o grupo inteiro esteja organizado, já que uma subparte do grupo total pode ter condições de prover o benefício coletivo (OLSON, 2015, p. 48-59).

Conforme expõe Olson o tamanho de um grupo torna-se um fator determinante para definir se é ou não possível que a busca racional e voluntária de uma conveniência pessoal gere comportamento coletivo. Portanto, o número de membros de um grupo poderá sim influenciar na obtenção de proventos coletivos, pois esse número a depender do contexto pode ter efeitos sobre o ônus e ganhos a serem compartilhados pelo grupo. Nessa perspectiva, o estudioso explica que a busca pelo interesse coletivo tende a falhar nas situações em que o grupo não apresenta características muito específicas, a exemplo da maior diversidade que ocorre em grupos grandes.

Entendendo que o desenvolvimento pode ser o objeto da ação coletiva de um grupo seja ele pequeno ou grande, observar-se que a sua efetividade está condicionado tanto ao interesse do particular quanto do conjunto. À vista disso, Marangoni (2009, p. 5) enfatiza que o “desenvolvimento depende de vontade coletiva, da identificação de quem seriam seus agentes e sua base social”. Nesse

sentido o autor ressalta a importância de se saber a quem interessa os objetivos e o modelo de desenvolvimento a ser adotado e quem são os atores sociais que devem ser levados em consideração ao se traçar estratégias de desenvolvimento.

A ação coletiva conforme as ideias do economista e cientista social Mancur Olson engloba a perspectiva da adoção de estratégias que consideram interesses e interessados no alcance de objetivos comuns. Portanto, o desenvolvimento como objetivo de uma ação coletiva apesar da complexidade em se chegar a um consenso pode sim figurar um processo de transformação social onde todos os agentes envolvidos partilhem dos benefícios alcançados.

## **5.2 Ação coletiva e a trajetória da construção do plano diretor de Oiapoque de 2005 a 2017**

A construção do plano diretor, instrumento maior da política urbana estabelecida na Constituição Federal de 1988 Art. 182-183 e ratificada no Estatuto da Cidade Lei 10.257/2001, é uma exigência para todos os municípios com mais de vinte mil habitantes, como é o caso de Oiapoque, e a sua existência é condição básica para acessar um número diverso de recursos da União ou mesmo de outras fontes (instituições privadas, ONG'S, projetos internacionais e institucionais). Visando seguir as diretrizes preconizadas pelo Ministério das Cidades, e para assim reparar o atraso na elaboração do Plano Diretor, em dezembro de 2005, iniciam tentativas para construí-los.

Em 2005, a Prefeitura do Município de Oiapoque e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), através do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, firmaram um compromisso de elaborar o Plano Diretor (Anexo A). De início, o convênio teria duração de três anos, com termino em 2008. Sendo assim, a primeira experiência na cidade de Oiapoque, feita ainda em dezembro de 2005, reuniu uma equipe multidisciplinar de pesquisadores de várias áreas: Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Geografia, da área Ambiental e Sociologica.

Denominado de **“I Seminário de preparação para elaboração do Plano Diretor Participativo de Oiapoque”**, o evento promoveu uma série de palestras sobre o município de Oiapoque, ilustrado nas Fotografias 1 e 2. A finalidade era



apresentar um diagnóstico técnico preliminar sobre a situação física, econômica, ambiental e social daquele município.

Fotografia 1 – Registro do I Seminário em Oiapoque, 2005.



Fotografia 2 – Participantes do I Seminário em Oiapoque, 2005.



Fonte: Acervo pessoal José Alberto Tostes (2005). Fonte: Acervo pessoal José Alberto Tostes (2005).

Foi contabilizada a participação de mais de 210 cidadãos oiapoquenses, que se demonstraram bastante interessados em contribuir para o desenvolvimento do município. De modo geral, na programação montada para o seminário, se evidenciou as principais dificuldades do município, como problemas relacionados ao acesso provocado pela BR 156. Tostes (2016) menciona que o resultado do evento foi à composição de uma força tarefa local para desenvolver os trabalhos no município, tendo como responsável o senhor Edson Maia, profundo conhecedor das realidades locais, com vasta experiência, pois trabalhou e integrou diversas equipes da gestão municipal.

Concomitantemente, se desencadeou um intenso processo de interpretação da leitura da cidade com a realização de oficinas preparatórias. No entanto, os momentos posteriores ao seminário, foram marcados por muitas adversidades (TOSTES, 2016). Com o aumento dos impasses institucionais, em maio de 2006, ocorreu o rompimento dos trabalhos, pois a prefeitura deixou de apoiar o andamento das atividades, com isso os trabalhos passaram a ser conduzidos de modo fragmentado. A interrupção das atividades permaneceu de 2006 até terceira semana de 2009.

Em 2009, durante o exercício da gestão do prefeito Raimundo Agnaldo Chagas Rocha, realizou-se o 2º Seminário do Plano Diretor (Fotografias 3 e 4).

Nesta versão mais expandida, estiveram presentes diversas instituições do estado do Amapá, como: Caixa Econômica Federal, ADAP, UNIFAP, Associação Comercial, SEBRAE e outros, não há registros do quantitativo, mas os cidadãos de Oiapoque também tiveram participação no evento. A Intenção era dar seguimento aos trabalhos para geração de resultados palpáveis. Na ocasião, foram firmados acordos para aplicação do trabalho de diagnóstico da situação de todo o núcleo urbano da cidade e questionários socioeconômicos.

Fotografia 3 – II Seminário do Plano Diretor de Oiapoque, 2009.



Fotografia 4 – Formação da Força Tarefa Local em Oiapoque, 2009.



Fonte: Acervo pessoal José Alberto Tostes (2009). Fonte: Acervo pessoal José Alberto Tostes (2009).

Segundo a proposta de execução das atividades, o prazo estimado no cronograma, seria de oito meses, com o estabelecimento de metas, em conformidade à metodologia do Ministério das Cidades. O planejamento traçado no 2º seminário amparou-se na utilização das ferramentas de geoprocessamento, para melhor compreender os conflitos fundiários no município, para que fosse evitado qualquer inconsistência em relação às terras sob jurisdição federal.

Até o referido ano, tudo aparentava estar bem encaminhado para finalização do Plano a ser concluído em dezembro de 2009. Todavia, mais uma vez, a Prefeitura do Oiapoque negligenciou quanto a sua responsabilidade em solucionar os entraves na condução do trabalho e novamente foi paralisado o andamento do Plano Diretor. E apesar dos obstáculos, muitos materiais acadêmicos e científicos sobre o município foram publicados, o que de certo modo, ajudou no entendimento da realidade da região.

Conforme Tostes (2016) de 2009 até 2013 muitos episódios auxiliaram no amadurecimento e compreensão do fato que o Plano em si não é a solução das inúmeras diversidades complexas existentes no município. Contudo, uma cidade

com tantas peculiaridades, como Oiapoque não pode ser mantida e administrada sem um ordenamento territorial.

Segundo Tostes (2016) ao final do ano de 2013, permanecia o grande desafio para 2014, à conclusão do Plano Diretor do município. Neste período, ocorreu um novo diálogo institucional com gestores em exercício, entre vice-prefeita Maria da Luz de Souza e o prefeito Miguel Caetano de Almeida, durante o 3º Seminário de Elaboração do Plano Diretor (Fotografias 5 e 6), a fim de definir os objetivos para 2014.

Fotografia 5 - III Seminário do Plano Diretor de Oiapoque, 2013.



Fotografia 6 – Representante da PMO e UNIFAP de Oiapoque, 2013.



Fonte: Acervo pessoal José Alberto Tostes (2013). Fonte: Acervo pessoal José Alberto Tostes (2013).

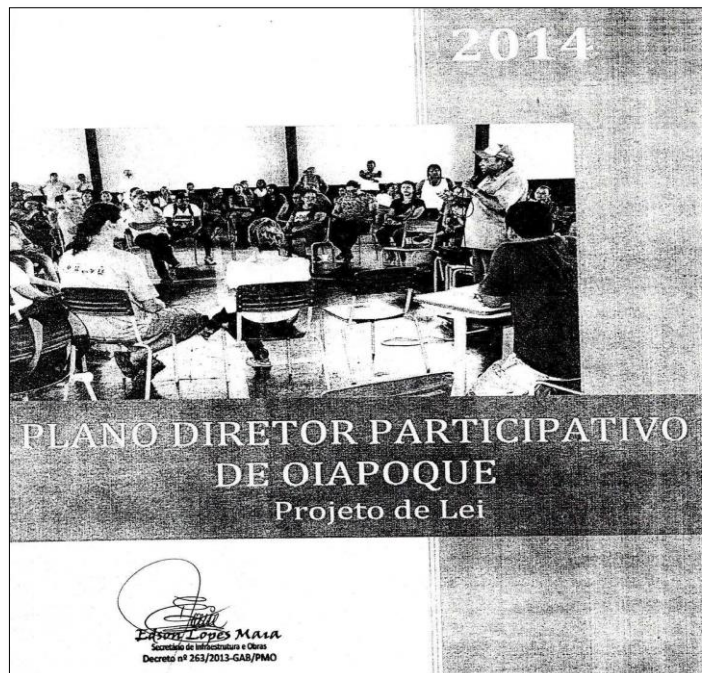
Dentre as numerosas demandas, destacava-se a necessidade de elaborar a cartografia da cidade. Fazendo uma síntese dos episódios, que explicavam os motivos da descontinuidade dos trabalhos do plano, Tostes (2016, p. 63) diz:

Sobre as idas e vindas do trabalho do Plano Diretor, é válido salientar que dentre as dificuldades que contribuíram para paralisar os trabalhos por diversas vezes, destaca-se a responsabilidade (ou irresponsabilidade?) dos atores envolvidos. A Prefeitura do Município de Oiapoque é o principal ator de todo esse processo; a UNIFAP é uma instituição parceira, que entrou com o apoio técnico e acadêmico, porém, nunca coube a universidade à responsabilidade de ser a condutora deste trabalho.

Em consulta aos documentos da prefeitura, há o registro que em 11 de outubro de 2013 (Anexo B), houve a ação de retomar os trabalhos do Plano Diretor, por iniciativa do então Secretário de Infraestrutura e Obras o Sr. Edson Lopes Maia e a Vice-prefeita Sra. Maria da Luz. Os trabalhos seriam conduzidos por uma equipe técnica compostas por profissionais locais. Dessa mobilização interna, resultou, em 2014, a proposição do Plano Diretor Participativo de Oiapoque, ilustrado na

Fotografia 7. A proposta de plano chegou a ser submetido à apreciação na câmara legislativa, mas não obteve aprovação (Anexo D). Vale ressaltar que a Universidade Federal do Amapá não teve participação nesta etapa.

Fotografia 7 – Proposta do Plano Diretor Participativo de Oiaoque “Leitura da Cidade” 2014.



Fonte: Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Oiaoque (2014).

Durante a pesquisa documental, verificou-se que em fevereiro de 2015, a Prefeitura Municipal recebeu uma Carta Proposta Técnica e Comercial de Prestação de Serviços, por parte da empresa MDL Ambiental Consultoria, para elaborar o Plano Diretor (Anexo C). A referida proposta, orçada em R\$ 296.768,00 reais, incluía a prestação dos serviços:

- Visitas técnicas e de acompanhamento da execução da proposta;
- Coleta de informações da atual situação de elaboração do Plano Diretor e Levantamento de Campo;
- Elaboração do Plano Diretor e Planos Setoriais conforme legislação pertinente; e
- Anotações de Responsabilidade Técnica.

O cronograma de trabalho descrito na carta proposta indicava que o início dos trabalhos estaria previsto para março de 2015, sendo estimado o prazo para

conclusão de seis meses para entrega do produto final, que seria o diagnóstico do plano diretor, a proposta de zoneamento do município e a redação normativa da lei municipal do PDP.

Por não haver, outros registros sobre uma possível resposta dada pela prefeitura de Oiapoque à proposta da empresa MDL Ambiental fica subtendido que não foi dado andamento as negociações entre a empresa e a prefeitura. Portanto, não houve a prestação de serviço por parte da MDL.

Exposto todos os eventos que integram a trajetória de construção do Plano Diretor, e das inúmeras diversidades enfrentadas na condução dos trabalhos, em 2016, o Ministério Público solicitou esclarecimentos aos gestores municipais sobre o Plano Diretor do Município de Oiapoque e as justificativas para sua não execução até presente momento, pois como estabelece o Estatuto da Cidade este deveria ter sido elaborado em 2008.

No referido ano, o Ministério público da 1ª Vara da Comarca de Oiapoque instaurou uma Ação Civil Pública (Anexo E), contra os ex- prefeitos Miguel Caetano de Almeida e Raimundo Agnaldo Chagas da Rocha, que passaram a responder por improbidade administrativa por não cumprimento das diretrizes da política urbana quanto à elaboração do Plano Diretor de Oiapoque.

Uma nova tentativa de reestabelecer as atividades do plano, em setembro de 2017, ocorreu 4º seminário do plano diretor, onde estiveram presentes: representantes do corpo técnico da Prefeitura de Oiapoque e os secretários municipais, o vice-prefeito, representantes do Ministério Público, ICMBio, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro, algumas lideranças comunitárias e comunidade civil em geral. No evento, se apresentou todos os procedimentos que antecederam o ano de 2017, ou seja, trouxe a trajetória desde 2005, sendo relatado pelo professor Dr. José Alberto Tostes todos os eventos ocorridos até o ano de 2017 (Fotografias 8 e 9).

Fotografia 8 - IV Seminário do Plano Diretor de Oiapoque, 2017.

Fotografia 9 - Participantes do IV Seminário do Plano Diretor de Oiapoque, 2017.



Fonte: Acervo da Autora (2017).



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Na ocasião foi informado ao público presente, que as atividades referentes à elaboração do plano não seriam iniciadas do “zero”, mas sim haveria uma retomada das ações do ponto que foi paralisado. Na mesma data, foi apresentado aos participantes a proposta do Diagnóstico e seu respectivo instrumento de coleta de dados (Anexo F). Posteriormente todas as proposições feitas ao público ficaram abertas a apreciação dos participantes para possíveis sugestões e adaptações.

Em outubro de 2017, é iniciado o trabalho de campo, com aplicação 1.323 questionários, abrangendo todo o perímetro urbano e as áreas distritais. Nesta etapa, além da equipe técnica do Plano Diretor contou-se com a ajuda dos alunos do IFAP campus Oiapoque (Fotografias 10, 11, 12 e 13).

Fotografia 10 – Equipe Técnica da Prefeitura de Oiapoque, 2017.



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Fotografia 11 – Execução do trabalho de campo em Oiapoque, 2017.



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Fotografia 12 – Colaboradores (alunos) do IFAP de Oiapoque, 2017.



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Fotografia 13 – Aplicação dos questionários em Oiapoque, 2017.



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Simultaneamente, ocorram reuniões comunitárias nos distritos de: Clevelândia do Norte, Vila Velha do Cassiporé e Primeiro do Cassiporé. Vale ressaltar, que apesar da mobilização, na comunidade Vila Vitória não houve reunião devido a não participação popular (Fotografias 14,15, 16 e 17).

Fotografia 14 – Reunião na Comunidade Clevelândia do Norte de Oiapoque, 2017.



Fotografia 16 – Reunião na Comunidade Primeiro do Cassiporé em Oiapoque, 2017.



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Fotografia 15 – Reunião na Comunidade Vila Velha do Cassiporé de Oiapoque, 2017.



Fotografia 17 – Vila Vitória em Oiapoque, 2017.



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Após a conclusão do levantamento de dados, elaborou-se o relatório do diagnóstico, etapa fundamental para subsidiar a proposta do Plano Diretor Participativo. Na realização do 5ª Seminário foram apresentados os resultados preliminares do diagnóstico (Fotografias 18 e 19). Também foi exposto uma sugestão para o zoneamento do perímetro urbano. Em seguida, houve uma consulta pública com os cidadãos presentes (Fotografias 20 e 21), que organizados em grupos, cada indivíduo recebeu um formulário (Anexo G) com finalidade de avaliar diversos aspectos a serem considerados na elaboração da proposta do Plano Diretor.

Fotografia 18 – Registro do V. Seminário do plano diretor de Oiapoque, 2017.



Fotografia 19 – Apresentação do diagnóstico do plano diretor de Oiapoque, 2017.



Fotografia 20 – Trabalhos em grupo do plano diretor de Oiapoque, 2017.



Fotografia 21 – Orientação trabalhos em grupo do plano diretor de Oiapoque, 2017.



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Fonte: Acervo da Autora (2017).



Quanto às próximas etapas a serem cumpridas, necessárias para finalização do Plano Diretor, deverá acontecer a: 1) Execução de Audiência Pública com a finalidade de expor todo o processo metodológico adotado na elaboração do Plano Diretor; 2) Apresentação do conteúdo da proposta do Plano, considerando as diversas contribuições da comunidade rural e urbana; 3) Submissão da proposta do plano à apreciação da plenária, para receber possíveis contribuições e correções caso necessárias; 4) Consolidação da proposta de Plano Diretor; e 5) Encaminhamento à Câmara Municipal em forma de anteprojeto de Lei, para aprovação.

Em toda trajetória de construção do PDO nota-se que os agentes envolvidos nesta ação coletiva que deveriam ter por interesse comum à conclusão do plano fracassam justamente por que seus interesses particulares divergiam quanto o entendimento da importância do PDO para o desenvolvimento de Oiapoque e do que isso representaria em termos de benefício individual e coletivo.

Outro ponto importante é o perfil dos agentes envolvidos com atividades coletivas em Oiapoque, pois a depender da característica do grupo atingir o consenso comum em um grupo pequeno pode ser possível e inviável quando esses pequenos grupos se tornam um grupo maior conforme será analisado a seguir na seção 5.3.

### **5.3 Os agentes da ação coletiva no contexto da elaboração do plano diretor de Oiapoque**

#### **5.3.1 O perfil dos grupos de ação coletiva de Oiapoque**

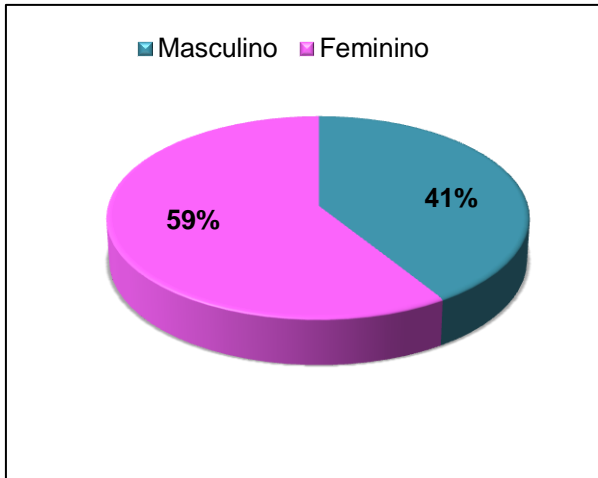
A análise do perfil dos moradores do município de Oiapoque envolvido com ação coletiva exposto neste tópico é importante, pois tais informações servem como base para sabermos quem são os indivíduos que agem em prol do interesse coletivo no referido território.

Com a identificação das características dos munícipes encontram-se aspectos que ao serem correlacionados com outros indicadores, exemplo, categorias de grupos coletivos e sua efetiva participação na construção do plano diretor de Oiapoque possibilitam compreender com maior clareza quais fatores determinaram e

ainda estão determinando a configuração do espaço urbano sob a lógica da ação coletiva.

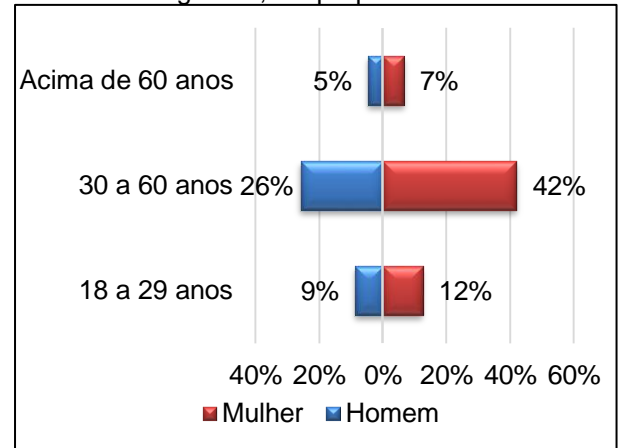
Em se tratando de gênero 59% dos indivíduos envolvidos com ação de natureza coletiva em Oiapoque é feminino e 41% masculino (Gráfico 5). A maioria dos entrevistados está na faixa etária de 30 a 60 anos, tanto os do sexo feminino quanto do masculino conforme ilustra o Gráfico 6.

Gráfico 5 - Gênero dos entrevistados, Oiapoque 2017.



Fonte: Autora (2017).

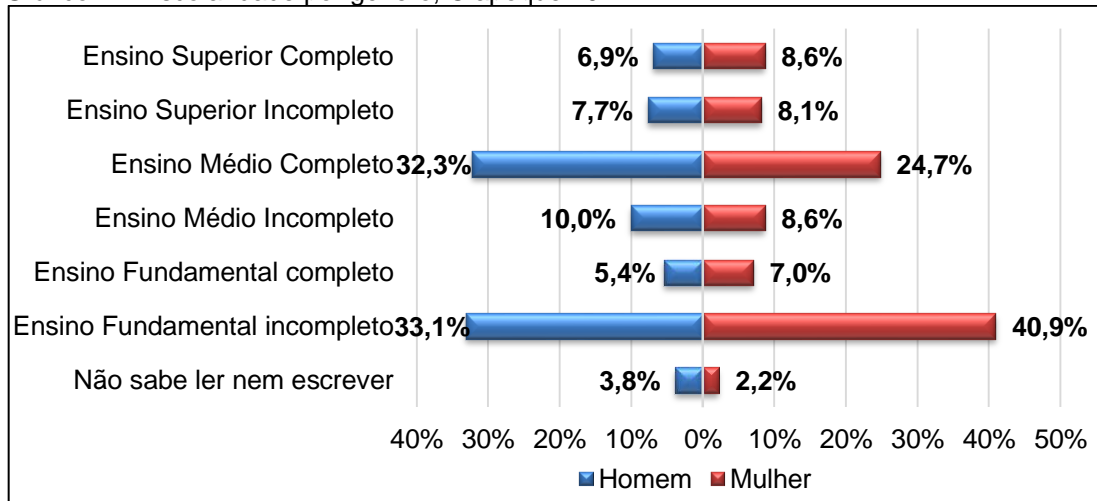
Gráfico 6 - Faixa etária dos entrevistados por gênero, Oiapoque 2017.



Fonte: Autora (2017).

Quanto à escolaridade dos entrevistados, destacam-se o ensino fundamental incompleto com 40,9% e o ensino médio completo com 24,7% para as mulheres. Para os homens, o ensino fundamental incompleto com 33,1% e o ensino médio completo com 32,3% (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Escolaridade por gênero, Oiapoque 2017.



Fonte: Autora (2017).

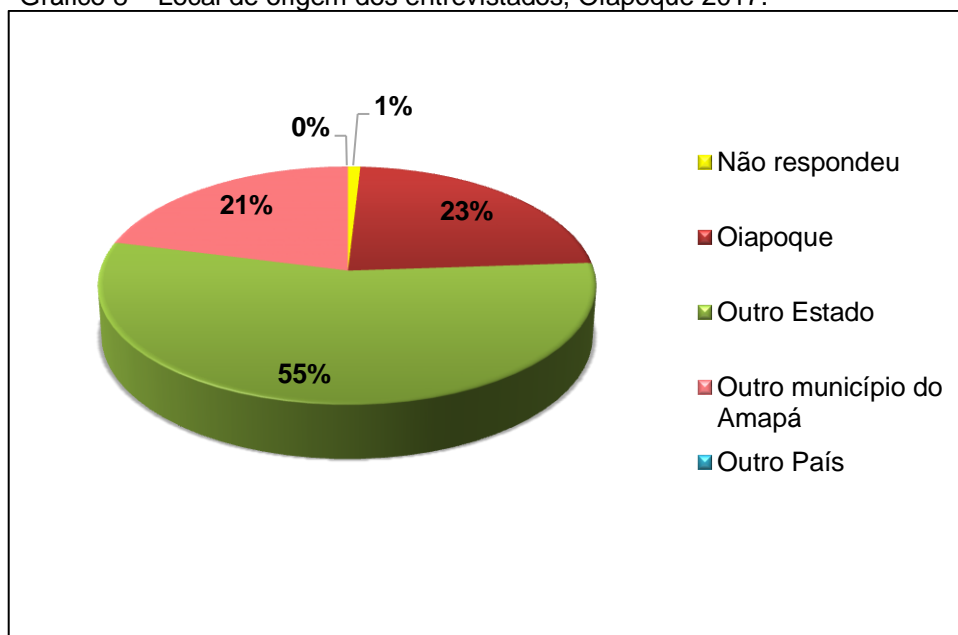
Nota-se, portanto que existe certo equilíbrio no nível de escolaridade entre homens e mulheres. E que a parcela correspondente a atuação da juventude em atividade coletivas apresenta um resultado preocupante, já que os dados apontam para uma participação pouco efetiva do jovens.

Considerando o contexto nacional, Machado (2014) relata que existem no entorno de 208 mil pessoas envolvidas em trabalhos de natureza voluntária em prol do coletivo, parcela que corresponde a 0,17% da população em idade entre 15 e 64 anos, as quais em sua maioria são mulheres, com nível de escolaridade alto.

Outro fator importante desta análise refere-se à participação significativa das mulheres em atividades coletivas, uma vez que está realidade faz parte de um contexto contemporâneo, no qual Campos (2017) atribui esse cenário as lutas constantes vivenciadas pelas mulheres na busca por reconhecimento, mais igualdade e transformações sociais. Tais aspectos são evidentes na atuação da ação coletiva por parte das mulheres analisadas no contexto do município de Oiapoque.

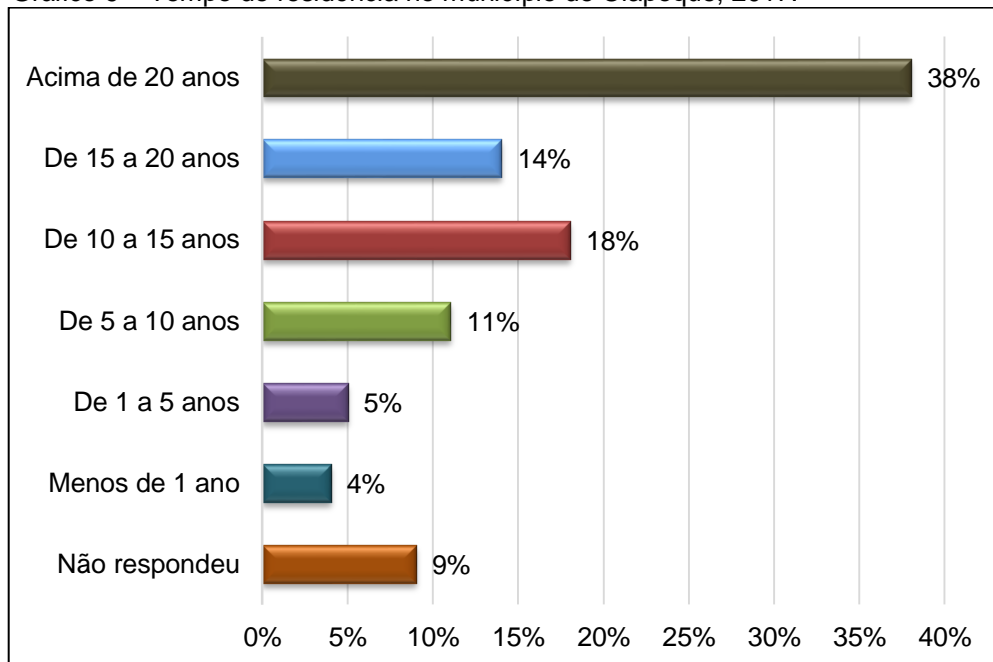
No que se refere ao local de origem 55% dos entrevistados pertencem a outros estados, seguindo por Oiapoque que corrobora com 23% (Gráfico 8). Com relação ao tempo de residência no município, 38% dos entrevistados moram na cidade a mais de 20 anos e 18% de 10 a 15 anos (Gráfico 9).

Gráfico 8 – Local de origem dos entrevistados, Oiapoque 2017.



Fonte: Autora (2017).

Gráfico 9 – Tempo de residência no município de Oiapoque, 2017.



Fonte: Autora (2017).

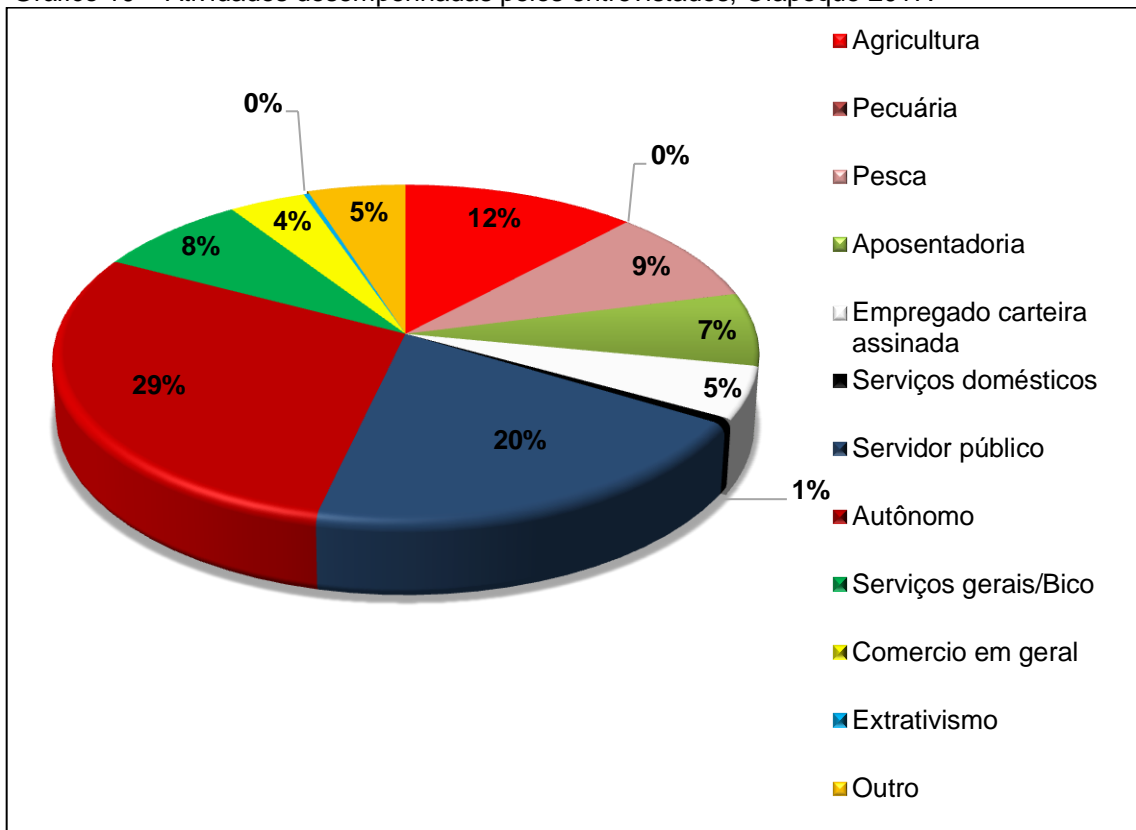
O fato da população de Oiapoque ser em suma de outros Estados da federação, não exprime uma realidade apenas de Oiapoque, mas do estado do Amapá como um todo. Conforme evidenciado por Silva, Silva-Filho e Cavalcanti (2016) o Amapá apresenta uma taxa de 19,90% de não migrantes contra 80,10% da população corresponde aos migrantes tanto da própria região Norte, quanto das outras regiões do Brasil.

Este autor ainda enfatiza que o tempo de migração no caso do estado do Amapá perpassa tanto por aqueles migrantes recentes, quanto se destaca por apresentar migração em todos os tempos, ou seja, as recentes, em curto prazo, médio prazo e longo prazo.

Nesse sentido observou-se que o aspecto migração não tem influencia na atuação dos agentes e não comprometeu o sentimento de pertencimento em relação ao lugar. As falhas das ações coletivas para elaboração do PDO não se devem a este aspecto.

As atividades desenvolvidas pelos entrevistados com maior percentual se referem aos autônomos com 29% representando os indivíduos que desenvolvem atividades informais, servidores públicos com 20% e aos empregados de carteira assinada com 12% (Gráfico 10).

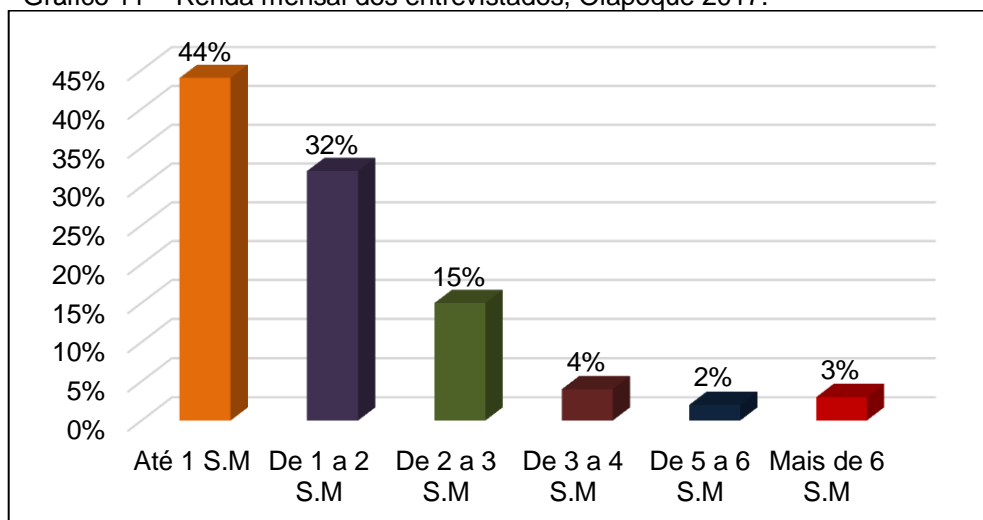
Gráfico 10 – Atividades desempenhadas pelos entrevistados, Oiapoque 2017.



Fonte: Autora (2017).

Os entrevistados em sua maioria recebem até um salário mínimo (44%), seguido por aqueles que ganham de um a dois salários mínimos (32%) Sendo importante destacar que apesar de ter obtido um percentual baixo, as pessoas que recebem mais de 6 salários mínimos não ocuparam a última posição (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Renda mensal dos entrevistados, Oiapoque 2017.



Fonte: Autora (2017).

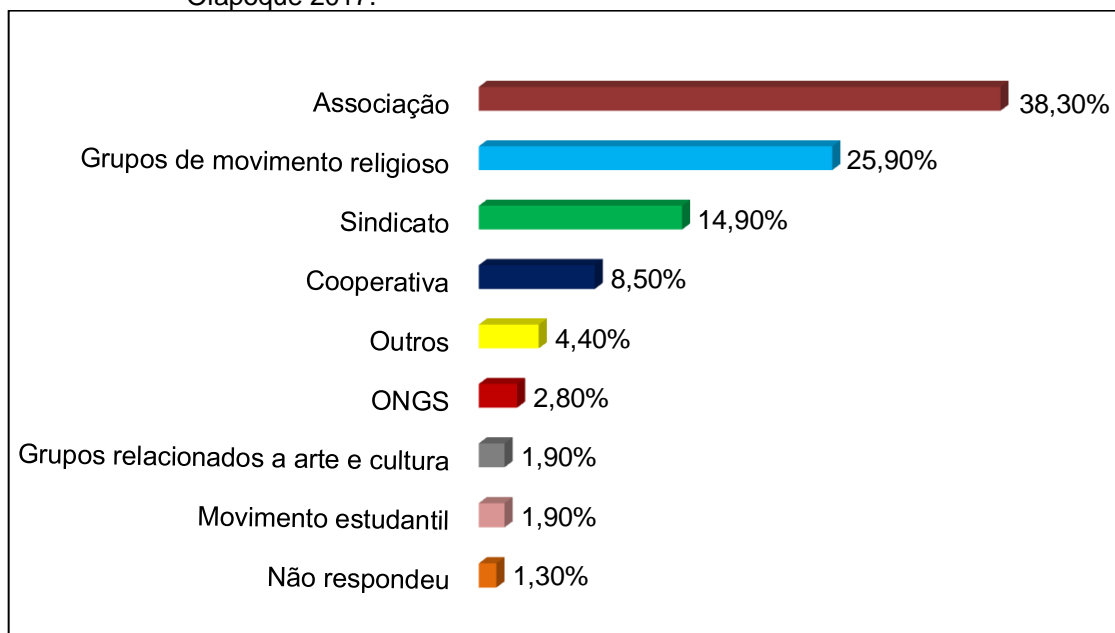
Os indicadores de renda demonstram a fragilidade econômica do município no quesito de geração de renda. Os dados corroboram a existência de uma baixa produtividade financeira explicada pela falta de capital decorrente da baixa capacidade de acumulação de riquezas, consequência da baixa renda da população.

Conforme exposto nos dados em Oiapoque prevalece uma população pobre com renda muito baixa de até 1 salário mínimo por família, em maior parcela a renda é oriunda de atividades autônomas onde geralmente há prevalência do caráter da informalidade e todos esses fatores têm consequências nocivas para o desenvolvimento do município.

Esses aspectos sim geram conflitos de objetivos na ação coletiva para criação do PDO, pois a depender da situação econômica de cada indivíduo e a atividade exercida por ele a busca por objetivos comuns torna-se ainda mais difícil de conciliar, a exemplo quem é vendedor ambulante (informal) tem interesses diferentes de quem é pescador, agricultor, catraieiro ou mesmo do empreendedor que é formalizado.

Das categorias ou grupos de ação coletiva existentes em Oiapoque a Associação foi a mais representativa, com um percentual de 38,30%. Na sequência ficaram os Grupos de movimento religioso e o Sindicato (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Categorias ou grupos de ação coletiva dos quais fazem parte os entrevistados, Oiapoque 2017.



Fonte: Autora (2017).

Todos os entrevistados citaram como função do plano diretor “Melhorar a cidade”, o outro ponto evidenciado por eles, com exceção do movimento estudantil foi “Melhorar a qualidade de vida da população”, e por último o quesito mais votados foi “Desenvolver o município”, com exceção dos Grupos relacionados à arte e cultura (Tabela 3).

Tabela 3 – Entendimento dos entrevistados em relação à função do plano diretor de acordo com os grupos sociais das ações coletivas, Oiapoque 2017.

	Sindicato	Associação	Cooperativa	ONGS	Movimento estudantil	Grupos de movimento religioso	Grupos relacionados arte e cultura	Outros
Melhorar a cidade	32%	27%	15%	11%	17%	24%	17%	43%
Organizar os bairros	2%	6%	7%	-	-	10%	-	7%
Obter condições de financiamento	4%	6%	-	-	-	-	-	-
Integrar as políticas para o município	-	2%	-	-	-	-	-	-
Melhorar a qualidade de vida da população	11%	15%	7%	11%	-	7%	17%	7%
Criar regras para regulamentar à cidade	4%	-	4%	11%	-	1%	-	-
Solucionar os problemas da cidade	6%	2%	11%	-	-	5%	-	7%
Orientar as ações da gestão municipal	4%	2%	7%	22%	-	-	-	-
Desenvolver o município	9%	7%	4%	22%	17%	4%	-	-

Fonte: Autora (2017).

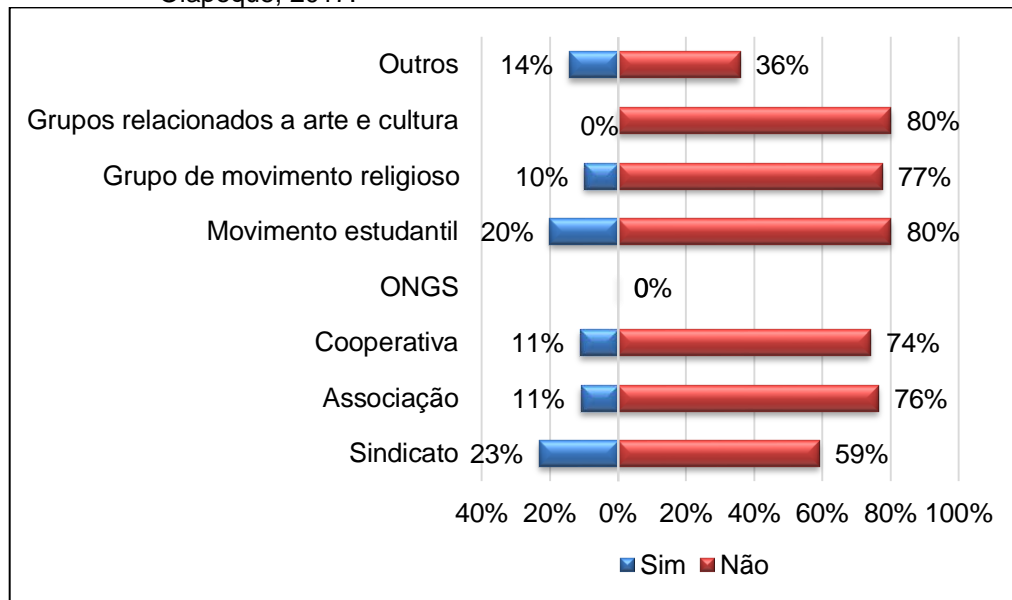
A partir da análise dos dados, constatou-se que a população possui conhecimento acerca das diretrizes que regem o plano diretor, ou seja, a população entende para que serve o plano diretor, qual sua funcionalidade. Nessa perspectiva, Muchinelli e Barbosa (2015) evidenciam exatamente a necessidade da comunidade ser bem informada e preparada, pois o contrário disso expressar-se-á, apenas em

um simples cumprimento de metas, sem maiores consequências no desenvolvimento social deste município.

Para ação coletiva a compressão da finalidade do PDO é fundamental para que os grupos envolvidos consigam enxergar na construção do PDO os benéficos comuns que podem ser usufruídos individual e coletivamente por todos os munícipes.

A categoria que mais teve participantes em reuniões do plano diretor foi o Sindicato com 23% e o Movimento estudantil com 20%. No entanto, no geral o índice de participação foi muito baixo (Gráfico 13).

Gráfico 13– Participação dos grupos de ação coletiva em reuniões do plano diretor de Oiapoque, 2017.



Fonte: Autora (2017).

No geral o índice de participação em reuniões para tratar de assuntos referentes à elaboração do plano diretor de Oiapoque foi baixo, situação essa que pode ter relação na análise feita por Rocha e Bursztyn (2005) os quais acreditam que a falta de interesse da população na obtenção de seus direitos estão associadas na ausência de credibilidade nos governantes e na não aplicabilidade das políticas sociais, fato que pode ser revertido com adoção de medidas simples como: transparência, diálogo e cooperação entre os atores sociais e as instituições envolvidas na ação.

Sobre os grupo sociais é importante refletir que o seu enfraquecimento representa perdas para toda sociedade, pois é na ação coletiva que o cidadão



encontra sua melhor estratégia para vencer grandes obstáculos e alcançar benefícios comuns a todos. Portanto, uma comunidade organizada e legalmente instituída seja na forma de sindicato, associação ou cooperativa tem maior autonomia na hora de defender ou exigir direitos coletivos ao mesmo tempo em que pode ser a instituição democrática que irá apontar as soluções mais justas mediante a prevalência do interesse coletivo.

### 5.3.2 Gestão pública municipal e lideranças envolvidas na ação coletiva para construção do Plano Diretor de Oiapoque

Conforme relato dos entrevistados apresentado no Quadro 6 de fato o processo de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque (PDO) teve início em 2005 e desse ano até 2017 foram inúmeras tentativas interrompidas, ocorrências de situações adversas que inviabilizaram a execução de determinadas etapas para finalização do PDO.

Quadro 6 – O senhor(a) poderia relatar quais foram as primeiras ações adotadas para elaboração do Plano Diretor de Oiapoque desde o ano de 2005?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Edson Lopes Maia	“2005 começou com assinatura do termo com a UNIFAP, no mesmo ano em dezembro houve a primeira reunião com os munícipes com a presença de 250 pessoas, o professor Tostes eram quem estava a frente dos trabalhos representando a universidade. Eu era o diretor do plano diretor representando a prefeitura. Foram feitas varias reunião com a comunidade em diversos locais, por exemplo, no Museu Kuahí. O prefeito Manoel Alício deixou de se comunicar com a equipe do plano diretor por conta disso a equipe da UNIFAP que estava em Oiapoque um engenheiro e um economista, foram embora por falta de condições de dar continuidade ao trabalho e assim, foi paralisada a parceria. Com o novo prefeito Raimundo Agnaldo Chagas da Rocha a parceria também fracassou. O prefeito que o sucedeu Miguel Caetano de Almeida que procurou o professor Tostes e novamente não deu certo, pois o Ferreira que era o arquiteto da prefeitura na época disse que faria o plano em pouco tempo descartaram o professor Tostes, depois chegou duas pessoas do Sul um advogado e um historiador e propuseram fazer o plano diretor o prefeito aceitou eles foram fazer a “leitura da cidade” foi apresentado a câmara dos vereadores e o material foi a aprovado, mas a proposta final do plano não foi aceito e esse foi o ultimo desfecho da gestão do prefeito Miguel Caetano”.
Sr. Manoel Alício da Silva Sfair	“Só posso falar da minha gestão teve a parceria com a UNIFAP que eu tinha vontade de fazer o plano cumprir a lei, mas por falta de recurso não teve como”.
Srª. Maria Orlandina Marques Garcia	“Isso começou desde a gestão do Manoel Alício foram várias tentativas e nunca deu certo”.
Sr. Erlís dos Santos Karipunás	“Não acompanhei desde o início, mas na nossa comunidade indígena do Manga recebemos a equipe do plano diretor para a leitura da comunidade”.

Quadro 6 – O senhor(a) poderia relatar quais foram as primeiras ações adotadas para elaboração do Plano Diretor de Oiapoque desde o ano de 2005?		Conclusão
ENTREVISTADO	RESPOSTA	
Sr <sup>a</sup> . Maria Eliabeth Silva Gorgonha	Faz bastante tempo com reuniões e varias tentativas que não deu certo.	
Sr <sup>a</sup> . Márcia da Silva Lopes	“Todas as vezes que começa a historia de plano diretor a comunidade participa vem o pessoal foram três etapas teve reunião na comunidade só que a coisa para e a comunidade é descartada e depois querem começar tudo de novo”.	
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	“Agente recebeu aqui uma equipe do plano diretor, mas faz tempo não me lembro da data certa quando foi isso”.	
Sr. José Ribamar de Souza Brito	“Só sei que foi reunião e mais reunião que não deu em nada”.	
Sr. Geovane Viana da Silva	“Tanto a associação do bairro Nova União quanto do Infraero tiveram participação na primeira etapa de elaboração do plano participamos de duas reuniões. Depois todo mundo sumiu e a coisa parou”.	

Fonte: Autora (2017).

As situações descritas pelos entrevistados mostra que não foi o aspecto participação da população que comprometeu o processo de elaboração do PDO. As falhas na sequência das etapas do plano são de reponsabilidade da gestão municipal que se equivocou por diversas vezes como foi apontada no depoimento dos participantes da pesquisa que não tiveram medo de apontar tais falhas da gestão.

Na verdade o que se identifica é o enfraquecimento das ações de cunho coletivo devido ao sentimento de desconfiança entre a comunidade e a gestão municipal, ademais fica evidente a existência de pequenos grupos que defendem seus interesses de forma isolada dos outros grupos e esse é ponto fraco do processo de ação coletiva em Oiapoque.

Mediante tal situação Dias (2016) explica que somente o processo de redemocratização é capaz de fortalecer os novos atores sociais e propiciar que novos grupos organizados da sociedade possam se expressar de maneira aberta o seu descontentamento com o poder público. Essa é uma ação que se faz necessária entre os grupos sociais do município de Oiapoque.

A Universidade Federal do Amapá foi à instituição mencionada pelos entrevistados como a principal instituição envolvida no processo juntamente com a prefeitura de Oiapoque, também fica evidenciado a participação da comunidade em todo território municipal, no entanto a não lembrança de alguns líderes figura um espaço temporal longo e cheio de desgastes como mostra o Quadro 7.

Quadro 7 – Quem eram as instituições envolvidas? Oiapoque, 2017.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Edson Lopes Maia	“Em todo processo teve muitos envolvidos, as associações, rádios, comerciantes, indígenas, UNIFAP, equipe da prefeitura, muitas comunidades tiveram participação das áreas distritais até as mais distantes Vila Brasil, Taparabu e Vila Velha do Cassiporé”.
Sr. Manoel Alício da Silva Sfair	“Prefeitura de Oiapoque e UNIFAP.”
Sr <sup>a</sup> . Maria Orlandina Marques Garcia	“A prefeitura, a UNIFAP na pessoa do professor Tostes, a Câmara dos vereadores”.
Sr. Erlís dos Santos Karipunas	“Prefeitura, UNIFAP e as comunidades indígenas participavam”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Eliabeth Silva Gorgonha	“A prefeitura de Oiapoque e a UNIFAP que estava envolvida”
Sr <sup>a</sup> . Márcia da Silva Lopes	“Todas as secretárias da Prefeitura, mas de fora eu não lembro, foi mencionado a UNIFAP, mas na ultima reunião não tinha representante”.
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	“Só sei que faz tempo que começou esse plano diretor, mas não lembro das pessoas”.
Sr. José Ribamar de Souza Brito	“A prefeitura que eu me lembro”.
Sr. Geovane Viana da Silva	“Não lembro, faz muito tempo”.

Fonte: Autora (2017).

A prefeitura de Oiapoque teve dificuldade de manter a única instituição parceira (UNIFAP) para elaboração do PDO, fato que demonstra a existência de um indicador de articulação baixo por parte dos gestores que não enxergam o envolvimento dos diversos agentes na ação coletiva como um instrumento fundamental para município de Oiapoque.

Nesse sentido compreende-se que os atores da ação coletiva entes públicos ou privados e os cidadãos devem juntos vivenciar o processo de aprendizagem social focado nas dinâmicas conjuntas, emancipação individual e coletiva.

O sentimento de desconfiança em relação à gestão pública municipal foi exposta na colocação da responsabilidade de não execução do PDO por negligência, irresponsabilidade, falta de organização e preocupação com a população por parte dos gestores da prefeitura de Oiapoque, como descrito no Quadro 8.

Quadro 8 – Poderia relatar os problemas que ocorreram durante o processo de tentativas de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Edson Lopes Maia	Negligência dos gestores tanto do Manoel Alício quanto do Agnaldo Rocha no caso do Miguel Caetano ele se deixou enganar por pessoas que não tinham capacidade de elaborar o plano e o prefeito estava no final da gestão e não conseguiu.
Sr. Manoel Alício da Silva Sfair	Falta de recurso e parceria do governo não teve apoio nenhum para financiar a elaboração do plano e a UNIFAP fez uma proposta que a prefeitura não tinha condições de executar.
Srª. Maria Orlandina Marques Garcia	“Irresponsabilidade dos gestores anteriores”.
Sr. Erlís dos Santos Karipunas	“Sobre isso eu não sei informar”.
Srª. Maria Eliabeth Silva Gorgonha	“Faltou responsabilidade dos gestores”.
Srª. Márcia da Silva Lopes	“Problemas logísticos para reunir a comunidade. Falta de comunicação, falta de gestão e organização de quem estava executando os trabalhos”.
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	“Como sempre só promessa que não é cumprida”.
Sr. José Ribamar de Souza Brito	“A falta de preocupação com a população esses políticos não ligam pro que o povo precisa”.
Sr. Geovane Viana da Silva	“Eu creio que foi falta de apoio, não por parte das associações porque nós fizemos o que podíamos participamos, mas depois o povo sumiu nem sei o que realmente aconteceu.”

Fonte: Autora (2017).

Para ação coletiva a desconfiança compromete o objetivo final da ação conjunta que seria a finalização do PDO. Na análise da ação coletiva Olson (2015) a provisão do bem coletivo tende a falhar quando o grupo interessado em atingi-lo não tem como fator motivador perspectivas e benefícios individual na ação em grupo no âmbito do esforço e organização em torno do objetivo comum.

A frustração dos gestores e lideranças envolvidas no processo de elaboração do Plano ficou evidente na fala dos entrevistados principalmente em se tratando da decepção da comunidade que não recebe uma satisfação do que de fato impossibilitou a conclusão do PDO e isso gera revolta e descrença da população como pode ser analisado no Quadro 9.

Quadro 9 – Quais as suas frustrações em relação ao projeto de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Edson Lopes Maia	“É um descredito total tenho 34 anos de Oiapoque e 20 de trabalho com a prefeitura e nunca sofri tanto desrespeito quanto passei na elaboração desse plano quando saio na rua de novo com a tentativa de elaborar o plano por que o povo não acredita mais isso é muito difícil é muita rejeição ninguém crê mais nisso. Eu sofro tenho que ouvi muita coisa até hoje”.
Sr. Manoel Alcício da Silva Sfair	“Me sinto triste por não ter conseguido fazer o plano”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Orlandina Marques Garcia	“Indignada por que esse plano deveria ter sido feito desde 2008”.
Sr. Erlís dos Santos Karipunas	“A gente fica triste com isso”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Eliabeth Silva Gorgonha	“Frustração por que a gente se esforça e quando não da certo fica complicado.”
Sr <sup>a</sup> . Márcia da Silva Lopes	“Estamos sem crença já por que toda vez a elaboração do plano nunca chega até o fim a comunidade fica desacreditada e fica com uma frustração muito grande com tudo isso é muito esforço para no fim não receber nenhum tipo de satisfação e o esforço da comunidade é em vão”.
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	“Chateado quando não da certo”
Sr. José Ribamar de Souza Brito	“Revoltado sinceramente porque parece que somos palhaços aqui”.
Sr. Geovane Viana da Silva	“O plano diretor esta igual promessa que sempre nos fazem falam agente repassa pra comunidade e todos ficam ansiosos fazemos reunião e mais reunião e tudo acaba dando em nada, isso nos deixa triste por que sempre gera uma expectativa de melhora e como sempre nunca vai pra frente”.

Fonte: Autora (2017).

Ressalta-se como ponto importante mencionado pelos entrevistados o envolvimento e participação efetiva das comunidades no processo de elaboração do plano, bem como a citação a exemplo do que foi realizado na experiência participativa do município de Laranjal do Jarí (Quadro 10).

Quadro 10 – Em sua opinião, como você considera que deve ser organizada a execução do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Edson Lopes Maia	“É preciso retomar a parceria com a UNIFAP através do trabalho do professor Tostes, pois ele é o maior estudioso do Oiapoque sabe como elaborar o plano participativo por que já fez no Jarí. A prefeitura tem que fazer sua parte é preciso fazer o diagnóstico”.

Quadro 10 – Em sua opinião, como você considera que deve ser organizada a execução do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.	
Conclusão	
ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Manoel Alício da Silva Sfair	“De um jeito que desse mesmo certo eu torço pelo Oiapoque sou dessa terra”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Orlandina Marques Garcia	“Junto do povo com a parceria com a UNIFAP e o professor Tostes”.
Sr. Erlís dos Santos Karipunas	“Com os povos indígenas sendo ouvido e participando”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Eliabeth Silva Gorgonha	As comunidades do entorno como Clevelândia não sejam deixadas de fora e nossas necessidades sejam atendidas.
Sr <sup>a</sup> . Márcia da Silva Lopes	“Interesse e apoio verdadeiro da prefeitura porque não é a primeira nem a segunda e nem terceira vez que isso não se conclui e dessa vez espero que seja a última”.
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	“As comunidades rurais que ficam distantes como a nossa não podem ser esquecidas”.
Sr. José Ribamar de Souza Brito	“Os trabalhadores é que devem ser ouvidos e não tratados como sempre deixados de lado ninguém se importa”.
Sr. Geovane Viana da Silva	“Tinha que ter uma comissão para ouvir e saber dos problemas da comunidade”.

Fonte: Autora (2017).

A participação popular foi defendida como sendo a principal condicionante para a forma correta de execução do PDO. Em se tratando de participação popular Dias (2016) defende que esta significa dividir responsabilidades e questionar a condução da coisa pública, assim como tomar parte no governo da sociedade fiscalizando a elaboração de políticas públicas e as atividades do poder público.

A participação também representa um dos dez princípios para gestão municipal eficaz segundo Barreto, Souza e Santos (2012) a legitimidade das políticas públicas direcionadas a atender as demandas sociais locais passou a ter na participação popular a condição especial para gestão organizada dos negócios públicos.

Trindade (2012) alega que o direito à cidade inclui a participação da sociedade organizada na gestão e na administração municipal como sendo o princípio fundamental para a construção de um modelo de cidade democrática e justa pautada na defesa dos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais.

Também Souza e Rodrigues (2004, p. 18) argumentam que “(...) o ato (processo) de se planejar uma cidade deve ser algo essencialmente distinto: os próprios cidadãos devem poder decidir sobre os destinos dos espaços em que vivem, por meio de debates livres, abertos e transparentes”.

Quanto às expectativas com a retomada do processo de elaboração do PDO em 2017 nota-se a descrença das lideranças que tem pouca esperança de que o trabalho será mesmo finalizado como pode ser visto no Quadro 11.

Quadro 11 – Qual a sua real expectativa com a retomada em 2017 do projeto de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Edson Lopes Maia	OBS: Optou por não responder.
Sr. Manoel Alício da Silva Sfair	“Que essa gestão consiga eu torço pela Maria Orlandina”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Orlandina Marques Garcia	“As melhores, vamos consegui vai ser um sucesso a maior felicidade desse povo com esse plano feito definitivo”.
Sr. Erlís dos Santos Karipunas	“Penso que o plano vai ser feito”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Eliabeth Silva Gorgonha	“É difícil por que depois de tanta decepção a gente fica meio sem acreditar”.
Sr <sup>a</sup> . Márcia da Silva Lopes	“Tenho esperança que se conclua mesmo o plano que a nossa comunidade possa se beneficiar com isso”.
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	“Espero que façam”.
Sr. José Ribamar de Souza Brito	“Não tenho certeza se dessa vez vai ou fica como das outras”.
Sr. Geovane Viana da Silva	“Acho uma boa se for levado a serio e não for largado pela metade como das outras vezes seria uma coisa muito boa para o município de Oiapoque”.

Fonte: Autora (2017).

Tostes (2009) pontua que mediar à desconfiança com quem está desconfiado perpassa pela análise de quem são os atores envolvidos no processo, entender o porquê agem com desconfiança e por fim observar como o seu comportamento interfere ou não na formatação da realidade na qual os indivíduos estão inseridos.

Vinculando tal questão ao desenvolvimento com base em Bandeira (1999) registra-se que a transparência das ações públicas se fundamenta na vitalidade da atuação de uma sociedade participativa na busca de consensos e propensões entre os atores sociais. Nesse contexto a questão da desconfiança passa ser um entrave à ação coletiva por tornar imprecisa ideia do interesse comum e com isso distanciar a atuação dos diversos agentes sociais que praticam a ação modeladora de determinado espaço territorial.

A melhoria da cidade, o desenvolvimento de Oiapoque são os principais benefícios vislumbrados pelos entrevistados também a possibilidade de atingir direitos sociais com a implantação do PDO conforme descrito no Quadro 12.

Quadro 12 – Que benefícios você vislumbra que poderiam ser alcançados com a elaboração do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Edson Lopes Maia	“Pelo exemplo do que foi feito no Jarí sabemos que o município com toda certeza iria se desenvolver caso a gestão faça seu trabalho, o Jarí acessou muitos recursos por conta da conclusão do Plano Diretor. As portas Federais e Estaduais não se abrem para Oiapoque pela falta do plano todos nos sabemos disso, os benefícios virão com a conclusão do plano sem duvida alguma. Na organização do espaço físico só o plano pode frear a irregularidades de tanta ocupação indevida que temos e todo dia aparece mais, a cidade não tem acessibilidade e estamos na espera desse instrumento do plano diretor”.
Sr. Manoel Alcício da Silva Sfair	“O melhor para Oiapoque se desenvolver”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Orlandina Marques Garcia	“Muita coisa boa para o desenvolvimento de Oiapoque”.
Sr. Erlís dos Santos Karipunas	“O melhor para o povo indígena”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Eliabeth Silva Gorgonha	“Melhorias pra nossa comunidade pra resolver essa situação com o exercito que aqui não podemos fazer nada nem mexer na nossa casa ajeitar por que eles não autorizam é muito difícil viver assim tratados como bandido e sem direito”.
Sr <sup>a</sup> . Márcia da Silva Lopes	“O desenvolvimento da nossa comunidade, porque não temos nada e o plano diretor pode nos ajudar a conquistar nossos direitos e avançar”.
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	“Poderia ajudar os agricultores com a venda da produção num lugar certo e garantido em Oiapoque”
Sr. José Ribamar de Souza Brito	“Melhorar a cidade para os trabalhadores principalmente os autônomos”.
Sr. Geovane Viana da Silva	“Poderia ajudar muito a associação porque com o plano é melhor pra reivindicar nossos direitos”.

Fonte: Autora (2017).

Importante observar que ao se falar em melhorias dos problemas e distorções urbanas é comum pensar no planejamento urbano como a solução para o enfrentamento de todas as dificuldades que sem fazem presentes na cidade, no entanto é muito raro que se pense na própria sociedade civil organizada (ativismo social, associação de moradores) como sendo uma provável solução criativa ou um possível caminho para superações dessas adversidades (SOUZA; RODRIGUES,



2004). Esse contexto também se faz presente na concepção das próprias lideranças comunitárias de Oiapoque.

A disposição em fazer parte de projetos de natureza participativa como o PDO foi ratificada pelos entrevistados os quais manifestaram interesse em fazer parte de qualquer ação que represente a luta por direitos e melhorias da população de Oiapoque (Quadro 13).

Quadro 13 – Em sua opinião, qual a contribuição que a instituição ou entidade que você trabalha ou representa pode oferecer para projetos de natureza participativa a exemplo, a elaboração do Plano Diretor de Oiapoque? 2017.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sr. Edson Lopes Maia	A defesa civil tem total interesse de trabalhar e acompanhar toda a parte técnica da elaboração do plano.
Sr. Manoel Alcício da Silva Sfair	“Como cidadão quero sempre participar”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Orlandina Marques Garcia	“A prefeitura na minha gestão vai sempre trabalhar para o povo e a elaboração do plano terá todo apoio que precisar dessa gestão”.
Sr. Erlís dos Santos Karipunas	“As comunidades indígenas sempre participam e recebem todos que lutam pelo nosso povo”.
Sr <sup>a</sup> . Maria Eliabeth Silva Gorgonha	“A comunidade está sempre disposta a contribuir essa é nossa luta pela melhoria do Oiapoque”.
Sr <sup>a</sup> . Márcia da Silva Lopes	“Questão da minha comunidade as parcerias para tudo que for beneficiar a comunidade podem contar com nossa participação”.
Sr. Sebastião Pinheiro Moraes	“No que depender da nossa comunidade estamos sempre dispostos a ajudar”.
Sr. José Ribamar de Souza Brito	“Estamos sempre na luta somos trabalhadores e no que nossa associação poder ajudar estamos aqui”.
Sr. Geovane Viana da Silva	“A associação esta de portas abertas para ajudar em tudo”.

Fonte: Autora (2017).

Considerando que na ação coletiva os grupos agem buscando seus interesses pessoais e individuais e é nessa ação de busca por seu próprio bem estar que o indivíduo age em favor dos interesses de todo grupo na premissa de que os benefícios serão partilhados entre todos que se formam os pequenos grupos sociais (OLSON, 2015). Os membros envolvidos com ação coletiva em Oiapoque apresentam essa característica dos pequenos grupos sociais que agem em prol do interesse coletivo de seu grupo, no entanto quando esse interesse precisa se extrapolar para um objetivo maior e esse pequeno grupo passa a ser parte de um grupo maior a diversidade de interesses e peculiaridades de cada grupo tornam o processo mais complexo e o objeto da ação coletiva que é a elaboração do PDO continua não sendo alcançado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos mais relevantes em relação à análise dos aspectos relacionados à ação coletiva no processo de construção do plano diretor de Oiapoque versam acerca da identificação da ineficiência segundo a opinião das lideranças locais por parte da gestão pública municipal no que diz respeito à política urbana, planejamento urbano e execução do plano diretor, fato este que teve sérias consequências para o desempenho eficiente dos sistemas representativos, neste caso os grupos sociais que buscam interesses comuns perdem pelo descredito em suas ações se tornando meras representações legais, porém com pouca efetividade na luta por direitos coletivos.

A não concretização do plano diretor não tem ligação direta com entraves ligados à ação coletiva e sim ao indicativo e não entendimento por parte da gestão pública de aspectos normativos relacionados à sua obrigatoriedade em especial pelo desconhecimento da real necessidade que o município tem de implementar tal instrumento como foi demonstrado na descritiva das características, sociais, econômicas, ambientais e urbanas do território, bem como a administração não compreende todos os benefícios que podem ser alcançados pelo município com a implementação do PDO.

Em se tratando das estratégias de desenvolvimento e planos traçados para Oiapoque ou que o incluí chegou-se a conclusão que não foi à falta de plano ou a construção de metas para evolução da região que desencadearam os problemas existentes no lugar principalmente os de natureza urbana, mas sim a falta de clareza ou competência para fazer uso ou tirar melhor proveito possível dos potenciais econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais que se apresentam nesse espaço.

Sobre os atores que protagonizam atividades coletivas em Oiapoque ficou evidente que estes possuem uma representação enfraquecida tanto pela descrença da população na efetividade das organizações de natureza coletiva frente à luta por interesses coletivos quanto por sua convicção de não valorização por parte da gestão pública que não integra e não levam de fato em consideração as reais necessidades da sociedade oiapoquense.

Todos esses fatores contribuem para um processo de desenvolvimento lento permeado por conflitos sociais que tem reflexos na pouca qualidade de vida da população e na permanência de situações adversas para o planejamento urbano de Oiapoque a exemplo a não concretização do PDO. No entanto, essas circunstâncias podem ser solucionadas com adoção de medidas simples como a integração das ações entre administração pública e a sociedade, e o fortalecimento e valorização dos grupos sociais de interesse coletivo. Por fim, o incentivo a organização e participação popular nos assuntos relacionados ao desenvolvimento de Oiapoque tomada como uma conduta estratégica para melhor planejar o futuro desejado para esse espaço territorial.

## REFERENCIAS

ARQUIED. **Plano Emergencial de Gestão Urbana para o Município de Oiapoque**. Arquitetura e Edificações Macapá: ARQUIED. 2002.

BARROS, Ana Maria Furbino Bretas; CARVALHO, Celso Santos; MONTANDON, Daniela Todtmann. O Estatuto da Cidade comentado. In. Celso Santos Carvalho; Ana Claudia Rossbach. (Org.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 91-118.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Texto para Discussão/IPEA, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Brasília: CEF/Pólis, 2005.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e da outras providencias. Brasília: Congresso Nacional, 1979.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARRETO, Leonardo; SOUZA, Cairo Tavares de; SANTOS, Rafael (Orgs). **Dez princípios básicos para uma gestão pública municipal eficaz**. Brasília: Fundação Republicana Brasileira, 2012.

BORBA, Robinson Antonio Vieira. **Cidade Cognitiva – Tecnologia, cultura, governança, planejamento estratégico e sustentabilidade: desenvolvimento local na era do conhecimento**. São Paulo: Artzoo, 2011.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **“O que se deve copiar de Medellín não são os projetos, mas a metodologia”**. 2015. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/o-que-se-deve-copiar-de-medellin-nao-sao-os-projetos-mas-a-metodologia/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial. Policêntrico, 2006.

CAMPOS, Mariana de Lima. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. **Revista Sociais & Humanas**, v. 30, nº 2, 2017. 20 p.

COSTA, Rosemary. **Martinica ontem**. Macapá: COSTA, 2010. 121 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.  
CHELALA, Cláudia; CHELALA, Charles; TOSTES, José Alberto; ANDRADE, Rosemary Ferreira da. Sustentabilidade dos Municípios e Vulnerabilidade Regional

no Estado do Amapá: A Região de Oiapoque. In: SILVA, Fábio Carlos da; AMIN, Mario Miguel; NUNES, Silvia Ferreira. **Sustentabilidade dos municípios na Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. 458 p.

DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. **Planos Diretores na Amazônia: participar é um direito**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

DIAS, Solange Gonçalves. Participação Popular e Planejamento Urbano: É Possível Conciliar? In. LARA, Fernando; KOURY, Ana Paula (editores). **Planejamento Versus Participação: um falso dilema**. São Paulo: Nhamericapress, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados e Indicadores das Cidades**. Disponível em: < [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br).>. Acesso em: 04 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Base de dados IBGE cidades. 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de análise de mercados de terras do Estado do Amapá. 2013**. Disponível em: < [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/relat-rios-de-analise-de-mercados-de-terra-ramts-/sr-21---amap-/ramt\\_sr21\\_ap\\_2013.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/relat-rios-de-analise-de-mercados-de-terra-ramts-/sr-21---amap-/ramt_sr21_ap_2013.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2018.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas. **Plano de desenvolvimento urbanístico de Oiapoque**. Macapá, 1988.

JORDÃO FILHO, Renato da Silva; OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior de. Planejamento e Sustentabilidade Urbana. **Caderno Organização Sistêmica**. v. 3, n.2, p.53-65, jul-dez., 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2004.

LAZZARETTI, Luciana. **Saneamento básico e sua influência sobre a saúde da população**. 2012, 24 f. Monografia (Especialização Gestão em Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LE GOFF, Jacques. **Por Amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação UNESP, 1998.

LOBÃO, Isabella Guimarães. **O processo de planejamento urbano na vigência do Estatuto da Cidade: os casos dos Planos Diretores de 2006 de São José dos Campos e Pindamonhangaba**. 372 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MARINGONI, Gilberto. Desenvolvimento planejamento e atores sociais: conceito e experiências. **Revista Análises e Propostas**. n.36, p.16, nov.2009.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In. Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. N.7, v.48, p.151-167, jun., 2003.

MABJAIA, Francisco. O Papel das Cidades no Desenvolvimento do País. Os Desafios dos Assentamentos Informais e da Gestão das Zonas Urbanas. In. **Relatório da conferencia. O Papel das Cidades no Desenvolvimento do País**. Maputo/Moçambique, 2005.

MACHADO, Ana Paula. Gênero, escolaridade e renda influenciam perfil de voluntário. **Revista Economia e Política**, v. 47, nº 100, dez. 2014.

MORETTI, Ricardo de Souza. Conteúdo e procedimentos de elaboração dos planos diretores. In. **Planos Diretores Municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. Organização: Laura Machado de Mello Bueno; Cymbalista Renato. São Paulo: Annablume, 2007.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação. **Revista etc..., espaço, tempo e crítica**. v. 1, n. 1(4), jun., 2007.

\_\_\_\_\_. O que é o urbano no mundo contemporâneo. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A ação coletiva e seus intérpretes. **Revista Pensamento Plural**. Pelotas, n. 1, pp.65-67, jun./dez. 2007.

MUCHINELLI, Livia Ribeiro Abreu; BARBOSA, Bárbara Lopes. Experiência de participação social na elaboração do plano diretor de desenvolvimento urbano de Lima Duarte. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 03, n. 14, pp. 62-77, 2015.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do. **A paisagem urbana de Oiapoque: sua configuração e as implicações do contexto zona de fronteira/BR-156/Ponte**

**Binacional**. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Betiana de Souza. **Dinâmicas sociais na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa: um estudo sobre Oiapoque, Vila Vitória do Oiapoque e Cayenne**. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

OPPERMANN, Nívea Maria; CACCIA, Lara Schmitt; SAMIOS, Ariadne Amanda Barbosa; SCHMIDT, Luiza de Oliveira. **Sete passos para construir um plano de mobilidade urbana**. 2. ed. São Paulo: WRI Brasil, 2017. 152 p.

OIAPOQUE. Lei Orgânica do Município de Oiapoque de 23 de maio de 1993. Com alterações aprovadas em 2000.

PINTO, Juliany Helen das Graças. A influência de Mancur Olson sobre a Teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n.3, jul./set., 2013, p. 165-172.

POTEETE, Amy R.; OSTROM, Elinor; JASSEN, Marco A. **Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

PORTO, Jadson Luís Rabelo. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). 216 f. **Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas**. Instituto de Economia. Campinas, SP: 2002.

PFEIFFER, Peter **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Brasília: ENAP, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE. **Projeto de melhoria e ampliação do sistema de Abastecimento de água na sede do município de Oiapoque-AP: Memorial Descritivo e de Cálculo**. Responsável Técnico Engenheiro Sanitarista José Ângelo de Souza Oliveira. Macapá: 2011.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Oiapoque 2014**. Oiapoque: Prefeitura Municipal, 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Oiapoque**. Oiapoque: Prefeitura Municipal, 2000.

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Saneamento Básico de Oiapoque. Oiapoque: MDL-Ambiental, 2015.

\_\_\_\_\_. **Projetos Executivos de Mobilidade Urbana de Oiapoque/volume 2**. Oiapoque: Prefeitura Municipal, 2015.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico para Elaboração do Plano Diretor de Oiapoque.** Oiapoque: Prefeitura Municipal, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Extremo Norte do Amapá.** Macapá: Programa Integrado de Ações Socioambientais da Amazônia Oriental - PARCEIRO, 2011.

PDITS. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.** Polo/Roteiro Macará-Cunani. TOSTES, José Alberto; SILVEIRA, Cléia Mesquita Isabel da. (coord.). Macapá, 2010.

RIBEIRO, Julia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento Básico e sua relação com meio ambiente e a saúde pública.** 2010, 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise Ambiental) – Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010.  
ROLNIK, Raquel (Coord.). **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

ROCHA, Juliana D.; BURSZTYN, Maria Augusta. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 7, nº. 11, p. 45-52, 2005.

SANTOS, Lígia Maria R. dos. Notas de Leitura. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 1 ed. São Paulo: Moraes, 1991. **Revista de História Regional.** v. 1, n.8, pp.163-167, 2003.

SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Tesouro. **Indicadores Socioeconômicos do Estado do Amapá. 2011-2013.** Macapá, SEPLAN, 2015.

SEIXAS, João. **A Cidade na Encruzilhada: Repensar a Cidade e a Sua Política,** Porto: Afrontamento, 2013.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Oiapoque: potencialidades e caminhos neste século XXI.** Macapá: UNIFAP, 2014. 150 p.

\_\_\_\_\_. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local.** Macapá: UNIFAP, 2013.

SILVA, Yuri Cesar de Lima; SILVA-FILHO, Luís Abel da Silva; CAVALCANTI, Daniella Medeiros. Migração, seleção e diferenciais de renda na região norte do Brasil em 2010. In: **VII Congresso da Associação Latino-Americana da População e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais,** Foz do Iguaçu, 2016.



SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: ENESP, 2004.

TOSTES, José Alberto. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

\_\_\_\_\_. **Oiapoque: potencialidades e caminhos neste século XXI**. Macapá: UNIFAP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Oiapoque: em busca do plano perdido**. João Pessoa: Sal da Terra, 2016.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e Cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.87, pp 139-165, 2012.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para história do planejamento urbano no Brasil. **In. Csaba Deák. Sueli Ramos Schiffer (organizadores) – O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



Universidade Federal do Amapá

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA

##### **Identificação do Entrevistado:**

##### **Identificação da Instituição que trabalha:**

1. O senhor(a) poderia relatar quais foram as primeiras ações adotadas para elaboração do Plano Diretor de Oiapoque desde o ano de 2005?
2. Quem eram as instituições envolvidas?
3. Poderia relatar os problemas que ocorreram durante o processo de tentativas de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque?
4. Quais as suas frustrações em relação ao projeto de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque?
5. Em sua opinião, como você considera que deve ser organizada a execução do Plano Diretor de Oiapoque?
6. Qual a sua real expectativa com a retomada em 2017 do projeto de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque?
7. Que benefícios você vislumbra que poderiam ser alcançados com a elaboração do Plano Diretor de Oiapoque?
8. Em sua opinião, qual a contribuição que a instituição ou entidade que você trabalha ou representa pode oferecer para projetos de natureza participativa a exemplo, a elaboração do Plano Diretor de Oiapoque?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



Universidade Federal do Amapá

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e participar da pesquisa de campo referente ao projeto pesquisa intitulado **“A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA: ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE”** desenvolvida por Simone Dias Ferreira. Fui informado, ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Dr. José Alberto Tostes, a quem poderei contatar ou consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone Nº 99974-0800 ou e-mail: [tostes.j@hotmail.com](mailto:tostes.j@hotmail.com)

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é no sentido de Compreender a importância da Ação Coletiva para elaboração do instrumento Plano Diretor voltado para o Desenvolvimento do município de Oiapoque.

Também que a colaboração se fará de forma anônima, por meio de uma entrevista estruturada com base no roteiro de perguntas abertas, assim como observação, análise documental e gravação específica, gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora.

Macapá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

## ANEXO A – CONVÊNIO UNIFAP E PREFEITURA DE OIAPOQUE



Poder Executivo  
 Prefeitura do Município de Oiapoque  
 Gabinete da Prefeita  
 Fone/Fax: (96) 3521-1101  
 E-mail: oiapoquepm@hotmail.com

### CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE**, doravante denominada **prefeitura**, CNPJ nº. 05.990.445/0001-80, localizada à Rua Joaquim Caetano da Silva 460, Bairro do Centro, Município de Oiapoque, neste ato, representada pela Excelentíssima Prefeita a Sr<sup>a</sup>. **MARIA ORLANDA MARQUES GARCIA**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 230698-SIAC/AP, inscrita no CPF sob o nº. 334.400.773-49, residente e domiciliada na Rua Getúlio Vargas, nº. 615, Bairro centro, município de Oiapoque-Ap, CEP 68.980.000, e a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**, instituição federal de ensino superior, fundação pública, criada pela lei nº. 98.997, de 02 de março de 1990, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.868.257/0001-81, sediada no Campus Universitário Marco Zero do Equador, Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, km 02, cidade de Macapá-Ap, CEP 68902-300, doravante denominada **Universidade**, neste ato, representada por sua dignifica Reitora, Prof<sup>a</sup>. **ELIANE SUPERTI**, brasileira, solteira, portadora do RG nº. 476373-AP, inscrita no CPF sob o nº. 137.230.588-25, residente e domiciliada na Avenida Luíza Damasceno Soares, nº 266, Loteamento Teleamapá, cidade de Macapá-Ap, CEP 68903-365, **RESOLVEM** firmar o presente Convênio, subordinando-se à Lei nº. 8.666, de 21.06.93, republicada em 06.07.94 no que couber, e às demais normas e legislações específicas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Convênio enseja a mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais, disponíveis em ambas as instituições e tem por objeto estabelecer regime de parceria mútua entre as partes conveniadas, que leve à efetivação do Programa de Cooperação Técnico-Científica entre a Universidade e a Prefeitura.

#### SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

O Programa de Cooperação Técnico-científico aqui estabelecido visa a realização de pesquisas, intercâmbio de informações técnico-científicas, desenvolvimento e prestações de serviços integrados às Políticas Públicas voltadas ao Planejamento e à Gestão Urbana de Oiapoque, bem como a elaboração do Plano Diretor do Município, além de Outras Áreas de Interesse Comum, sem prejuízo da ação individual competente às partes conveniadas.

#### SUB-CLÁUSULA SEGUNDA

O Programa será implementado por meio de projetos específicos. Cada projeto integrante deste Convênio será definido em Termo Aditivo e seu respectivo Plano de Trabalho que conterà os objetivos a serem atingidos; as ações que serão empreendidas; as



**Poder Executivo**  
**Prefeitura do Município de Oiapoque**  
**Gabinete da Prefeita**  
**Fone/Fax: (96) 3521-1101**  
**E-mail: oiapoquepm@hotmail.com**

obrigações comuns e ambas as instituições, as exclusivas da Universidade e as exclusivas da Prefeitura; a quantidade e a qualificação dos recursos humanos envolvidos, a logística necessária, o destino dos bens acaso adquiridos, o respectivo cronograma de execução física e a forma de prestação de conta do resultado do projeto junto à sociedade.

#### **SUB-CLÁUSULA TERCEIRA**

Serão assinados tantos Termos Aditivos quantos forem os projetos considerados de interesse ou conveniência comum a ambas as partes, dentro da finalidade aqui definida, embora distintos, por sua natureza, em função dos objetivos específicos a atingir.

#### **SUB-CLÁUSULA QUARTA**

Os recursos humanos, de quaisquer das partes, mobilizados em função deste Convênio, não sofrerão qualquer alteração de suas vinculações com órgão de origem.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

São objetivos específicos de Cooperação

I - capacitação de servidores públicos e comunitários para a condução e a participação no processo de elaboração do Plano Diretor de Oiapoque;

II - capacitação de servidores públicos e comunitários em outras áreas de interesse da Prefeitura;

III – inserção da academia no processo de discussão e de proposição de um planejamento urbano possível para a cidade de Oiapoque;

IV - geração e manutenção de pesquisas científicas voltadas ao acompanhamento da participação social na elaboração de instrumentos de planejamento e de gestão urbana, de gestão de recursos humanos, de gestão da informação, de gestão pública e outras ações de relevância social;

V – discussão, proposição e implantação de instrumentos que possibilitem o acompanhamento, controle e avaliação de políticas públicas de gestão urbana e administrativa;

VI – proposição de programas e ações municipais que venham responder demandas comunitárias identificadas por pesquisas desenvolvidas pela universidade e os grupos nela constituídos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS DA UNIFAP**



**Poder Executivo**  
**Prefeitura do Município de Oiapoque**  
**Gabinete da Prefeita**  
**Fone/Fax: (96) 3521-1101**  
**E-mail: oiapoquepm@hotmail.com**

---

Observada sua capacidade instalada de recursos humanos e seu potencial técnico-científico, compete à universidade:

- a) Intercambiar informações científicas e tecnológicas no âmbito local, regional, nacional e internacional;
- b) Manter o intercâmbio de técnicos com vistas à permuta de experiência e prestação recíproca de assistência;
- c) Treinar e capacitar técnicos de acordo com projetos discutidos entre as partes conveniadas;
- d) Criar e disponibilizar para a sociedade um banco de dados sobre o município de Oiapoque; e,
- e) Elaborar projetos de pesquisa vinculados à concepção de metodologias participativas que ampliem a abrangência do plano diretor de Oiapoque e outras ações pertinentes.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS COMPETÊNCIAS DA PREFEITURA**

Respeitadas as prioridades do município de Oiapoque e a capacidade financeira, administrativa e gerencial do poder municipal, compete à prefeitura:

- a) garantir condições de levantamento de dados e de aproximação junto às comunidades;
- b) garantir condições de trabalho respondendo pela logística de deslocamento e estadia de equipes coordenadas pela UNIFAP quando da execução de projetos acordados nos aditivos a este convênio;
- c) apoiar as pesquisas executadas pela UNIFAP com: 1) bolsas de estudo para acadêmicos; 2) publicações científicas; 3) a participação de pesquisadores em eventos científicos para apresentações de trabalho que tenham o município de Oiapoque como foco de estudo; 4) aquisição de acervo bibliográfico para os cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade, quando previsto em Projetos acatados por Termos Aditivos; 5) logística básica para funcionamento dos Grupos de Pesquisas da UNIFAP em local definido pelos Termos Aditivos; e,
- d) acompanhar periodicamente a produção científica da UNIFAP (artigos, livros, relatórios, diagnósticos, etc.) oriunda de projetos de pesquisas que envolvam o município de Oiapoque.



Poder Executivo  
Prefeitura do Município de Oiapoque  
Gabinete da Prefeita  
Fone/Fax: (96) 3521-1101  
E-mail: oiapoquepm@hotmail.com

e) ficará sob responsabilidade do município de Oiapoque a contratação de profissionais liberais e equipe de apoio, que ficarão encarregados pelos serviços técnicos oriundos deste convênio.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

a) as obrigações e encargos da Universidade e da Prefeitura serão complementados nos Termos Aditivos.

b) assegurar-se de que todas as pessoas que se envolverem para trabalhar nos projetos e atividades concernentes ao presente Convênio, conheçam e aceitem todas as condições estabelecidas, bem como as que venham a sê-lo nos respectivos Termos Aditivos.

c) observação do disposto no parágrafo primeiro do Artigo 37 da Constituição Federal quando da publicidade relativa a ações decorrentes deste convênio, sob pena de rescisão deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS PLANOS DE TRABALHO E TERMOS ADITIVOS**

Para cada projeto a ser desenvolvido de conformidade com este Convênio será apresentado um Plano de Trabalho, com base no qual será assinado um Termo Aditivo que conterá, sem prejuízo de outras informações:

- a) identificação do objeto a ser executado;
- b) justificativa e objetivos do projeto;
- c) nome do responsável pela supervisão e gerenciamento do projeto;
- d) descrição das etapas de desenvolvimento do trabalho, com detalhamento dos resultados propostos e atinentes a cada uma das etapas e com indicação precisa da forma como se realizará o exame desses resultados;
- e) data de início de cada uma das etapas e respectivo prazo;
- f) recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento do trabalho;
- g) requisitos técnicos, administrativos e de suporte indispensável aos trabalhos;
- h) orçamento e fonte dos recursos e, se for o caso, definição dos orçados;
- i) cronograma de desembolso e plano de aplicação dos recursos financeiros; e,



**Poder Executivo**  
**Prefeitura do Município de Oiapoque**  
**Gabinete da Prefeita**  
**Fone/Fax: (96) 3521-1101**  
**E-mail: oiapoquepm@hotmail.com**

- j) restrições ou limitações de uso de divulgação de documentos, informações, programas, equipamentos e demais bens ou elementos postos à disposição dos partícipes com vistas à execução do trabalho.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

O prazo da vigência do presente instrumento será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município e/ou Diário Oficial da União, podendo ser prorrogada por períodos iguais ao inicial, mediante Termo Aditivo, deste que o interesse seja manifestado oficialmente entre as partes, no mínimo 20 dias antes do encerramento da vigência.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as convenentes, ou rescindido por quaisquer delas, se houver o inadimplemento de qualquer das Cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação, por inscrito, ao outro partícipe, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados compromissos financeiros entre as partes conveniadas, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

#### **SUB – CLÁUSULA ÚNICA**

Nos casos de denúncia ou rescisão, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento do Convênio, em que se definam e atribuam às responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências, inclusive no que se refere ao destino de bens eventualmente cedidos em comodato, aos direitos autorais ou de propriedade, dos trabalhos em andamento, bem como as restrições do uso dos bens, resultados e metodologias e à divulgação de informações, colocadas à disposição dos partícipes.

#### **CLAÚSULA NONA – DO FORO**

As dúvidas controversas e litígios oriundos do presente Convênio serão dirimidos na Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLAÚSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este Convênio não obsta a seus participantes que celebrem ou acordem com outras entidades instrumentos semelhantes ou idênticos, ou deles participem, desde que observadas as restrições eventualmente existentes com relação ao uso de bens e informações e a divulgação delas, bem como as limitações impostas por direitos autorais e de propriedade.

#### **SUB - CLAÚSULA ÚNICA**

Rua Joaquim Caetano da Silva, 460, Central, Oiapoque – AP  
CNPJ 05.990.445/0001-80





**Poder Executivo**  
**Prefeitura do Município de Oiapoque**  
**Gabinete da Prefeita**  
**Fone/Fax: (96) 3521-1101**  
**E-mail: oiapoquepm@hotmail.com**

---

Por acordo entre as partes conveniadas, este Convênio poderá ser modificado, em decorrência de causa superveniente, sendo lícitada a inclusão de novas cláusulas e condições, exceto a mudança de objeto.

Assim, por estarem de acordo, assinaram o presente termo em 06 (seis) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas.

Oiapoque –AP, 21 de agosto de 2017.

Fundação Universidade Federal do Amapá  
**ELIANE SUPERTI**  
Reitor

Prefeitura Municipal de Oiapoque  
**MARIA ORLANDA MARQUES GARCIA**  
PREFEITA

**TESTEMUNHAS**

1.

2.

\_\_\_\_\_  
CPF:  
Nome:

\_\_\_\_\_  
CPF:  
Nome:

## ANEXO B – OFÍCIO DE FORMAÇÃO DA NOVA EQUIPE DE TRABALHO DO PLANO DIRETOR EM 2013



**Poder Executivo**  
**Prefeitura do Município de Oiapoque**  
**Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras**  
**Oiapoque-AP**

Ofício. 255/2013 – SMIO


Oiapoque-AP, 11 de Outubro de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Miguel Caetano de Almeida**  
 Prefeito Municipal de Oiapoque  
 CEP: 68.980.000

**Assunto: Plano Diretor Participativo**

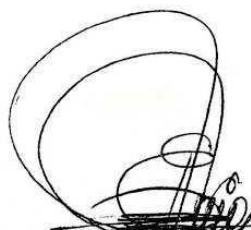
Ao Senhor Prefeito,

Com meus cordiais cumprimentos vimos através deste, informar-lhe que sendo desta Secretaria a responsabilidade da iniciação documental do Plano Diretor Participativo de Oiapoque e informar a vossa excelência que o Plano diretor Participativo deu inicio em Dezembro de 2005 com as assinaturas firmadas entre prefeitura Municipal e a **Universidade Federal do Amapá, Pró Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação, Departamento de Pesquisa, Grupo de Pesquisa Urbanismo na a Amazônia UNIFAP-CSAM.** Tais assinaturas fora feitas na Gestão do então Prefeito Municipal Manoel Alicio da Silva Sfair, os trabalhos avançaram e várias oficinas foram feitas e desconheço a razão pela qual não foi honrado pelo gestor a continuidade e obviamente a conclusão do Plano Diretor Participativo. Na gestão seguinte em 2009 reafirmaram as assinaturas com o gestor e fora somente feito uma Oficina sob o comando do Professor Dr. José Alberto Tostes e mais uma vez fora encerrado e descumprido as negociações. Hoje excelência, temos recebidos inúmeros Ofícios da Promotoria Pública deste Município, temos deixado de receber recursos em todas as esferas e cada vez mais se encurta a distância da perda das benéncias que este Promissor Município receberá, ***não temos mais tempo a perder.*** Vossa excelência firmado no compromisso de vencer junto aos munícipes deve firmar e formar uma equipe aqui no Município, garimpando os Profissionais competentes que aqui existem, pois necessitamos também priorizar a mão de obra local qualificada para formar este quadro precisamos de um Economista, de um Engenheiro Civil, um Arquiteto e Urbanista, um Sociólogo e direcionar todas as Secretarias que se tornarão forças tarefas.

PREFEITURA DE OIAPOQUE  
 RECEBI ORIGINAL  
 AS 18/10/13  
 EM 18/10/13  
 Ass.   
 Manoel Luiz Rodrigues Paralela  
 Secretário Executivo Gabinete  
 Rua OIA 2013-00000000

Vale ressaltar Excelência, que já fizemos a primeira reunião encabeçada pela Senhora, M<sup>a</sup> da Luz Vice-Prefeita deste Município, com as seguintes pessoas, Dr. José Maria da Silva (Sociólogo), Dr. Luiz Alberto Viana das Neves (Engenheiro Civil), Fernanda Lima Pontes Lo Pinto (Arquiteta e Urbanista) Edson Lopes Maia (Secretário de Infraestrutura e Obras), Edson Alves da Silva (Secretário de Meio Ambiente), e Jackson Cohen Costa (Auxiliar Administrativo). A reunião de cunho somente Plano Diretor se deu no salão na Secretaria de Meio Ambiente na Rua Presidente Kenedy. A 2<sup>a</sup> reunião também dirigida pela Senhora M<sup>a</sup> da Luz Vice-Prefeita na Presença do senhor José Maria da Silva (Sociólogo), Dr. Luiz Alberto Viana das Neves (Engenheiro Civil), Fernanda Lima Pontes Lo Pinto (Arquiteta e Urbanista) Edson Lopes Maia (Secretário de Infraestrutura e Obras), desta feita no Prédio da Prefeitura Municipal localizada na Rua Joaquim Caetano da Silva n°460 Sala-04, quando na oportunidade foi preparado pelo Dr. Jose Maria o primeiro plano de trabalho. É com muita alegria que informo também a vossa excelência que a *Comissão de Desenvolvimento aprovou na quarta-feira (18), proposta (PL 5420/13, do Senado) que obriga a União a prestar assistência técnica e financeira aos municípios que ainda não tem Plano Diretor Urbanismo. O projeto acrescenta a medida ao Estado da cidade (LEI 10.257/01)*. E que no decorrer dessas reuniões nomeamos os profissionais qualificados e neste momento apresentamos seus curriculum: **Dr. José Maria da Silva**-Sociólogo, **Fernanda Lima Pontes Lo Pinto**- Arquiteta, Urbanista, **José Damião Lobato**-Economista, **Luiz Alberto Viana das Neves**-Engenheiro. Mais uma vez reforçando o respeito por Vossa Excelência anexo cópia da comissão que aprova o Recurso Financeiro e um breve esboço do que é Plano Diretor Participativo. Convicto da apreciação favorável aguardamos que vossa excelência dispense um tempo para uma reunião geral.

Respeitosamente,



**Edson Lopes Maia**  
Secretário de Infraestrutura e Obras  
Decreto: 263/2013 – GAB/PMO

## ANEXO C – CARTA PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELA EMPREA MDL – AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS



CNPJ: 11.934.711/0001-50

### CARTA PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

À Prefeitura Municipal de Oiapoque – PMO

**Exmo. Sr. Miguel Caetano de Almeida**

Prefeito Municipal de Oiapoque

Macapá, 19 de Fevereiro de 2015.


Prezado(s) Senhor(es),

A Empresa MDL Ambiental em atenção á solicitação na apresentação de proposta quanto a **ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARA O MUNICÍPIO DE OIAPOQUE**, passa a apresentar por meio desta a proposta técnica e comercial para execução dos trabalhos de acordo com especificações do Ministério das Cidades.

O prazo de validade desta Proposta é de trinta (30) dias onde comprometemo-nos a negociar com base nas discriminações da presente proposta, sendo que após este prazo estará sujeita às modificações que porventura se fizerem necessárias, podendo resultar em novas negociações para o fechamento do respectivo Contrato de Prestação de Serviços.

Cientes de que V.Sas. não se obrigam a aceitar qualquer proposta recebida, aguardamos seu pronunciamento.

Atenciosamente,

  
Décio Ferreira de Oliveira

Representante

PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE  
Protocolo nº 219 GAB PMO LIVRO nº 01  
Folhas nº 46 e 47 Data 20/02/15  
Protocolista *Renata S. Nascimento*  
R.S.F.

Rua Tawaris, nº 151 – Trav.01 Conjunto Buriti - Alvorada  
Macapá - Amapá - Brasil - CEP: 68.906-633  
Tel.: (96) 3224-3774 ou 9126-7627 ou 9974-9561



CNPJ: 11.934.711/0001-50

### 1. DADOS E SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS

Todos os serviços prestados e informações a serem disponibilizadas fazem parte do Escopo da Proposta Técnica enviada na apresentação das propostas, e estão inclusos nos serviços oferecidos. Para cumprimento do objetivo principal que consiste em apresentar proposta elaboração do Plano Diretor para o Município de Oiapoque, para atendimento à legislação pertinente, entre outros requerimentos, e que consiste resumidamente de:

- 1 Visitas técnicas e de acompanhamento da execução da proposta
- 2 Coleta de informações da atual situação de elaboração do Plano Diretor e Levantamentos de campo
- 3 Levantamentos de dados, planejamentos e mapeamentos em escritório, e realização de reuniões participativas
- 4 Elaboração do Plano Diretor e Planos Setoriais conforme legislação pertinente
- 5 Anotações de Responsabilidade Técnica

### 2. PLANO DE TRABALHO RELATIVOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO

As atividades previstas estão detalhadas na Proposta Técnica referente ao Escopo de apresentação da proposta pelo Termo de Referência (TR), fornecido/elaborado pelo Contratante.

### 3. EQUIPE TÉCNICA E SERVIÇOS DE CADA MEMBRO DA EQUIPE

Os trabalhos propostos serão coordenados pelo representante e elaborados pela equipe de profissionais especializados, a qual atuará diretamente ou em parceria com outros profissionais especializados, conforme as necessidades e as particularidades da execução dos serviços propostos, envolvendo os trabalhos descritos na Proposta Técnica.

1	PESSOAL TÉCNICO	Total de Profissionais
1.1	Coordenador do Projeto	1
1.2	Profissional de Arquitetura e Urbanismo	3
1.3	Especialista em Gestão Municipal	1
1.4	Especialista em Gestão Ambiental	1
1.5	Especialista em Finanças Públicas ou Economista	1
1.6	Profissional de Direito	1
1.7	Profissional de Ciências Sociais	1
1.8	Profissional de Engenharia Civil /Saneamento	2
1.9	Profissional de Engenharia Sanitária	1
1.10	Profissional de Turismo	1
1.11	Profissional de Geoprocessamento	1
1.12	Profissional de Engenharia (sistema viário)	1
2.1	Desenhista/Cadista	2
2.2	Auxiliar Administrativo/Digitador-Formatador	2
2.3	Motorista	1
2.4	Estagiários	2
TOTAL DE PESSOAL ENVOLVIDO		22

### 4. HONORÁRIOS

Nossa proposta financeira perfaz o seguinte montante:

- Total: R\$ 296.768,00 (duzentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais)

Esses valores são para cobertura dos custos, despesas, aluguel de equipamentos, diárias, transporte, hospedagem, alimentação e honorários da equipe. Esse montante inclui lucro, impostos (PIS, COFINS, IRPJ, C.S e ISS) e demais tributos que serão descontados na fonte.

Rua Tawaris, nº 151 – Trav.01 Conjunto Buriti - Alvorada  
 Macapá - Amapá - Brasil - CEP: 68.906-633  
 Tel.: (96) 3224-3774 ou 9126-7627 ou 9974-9561



CNPJ: 11.934.711/0001-50

### Cronograma de Desembolso/Condições de pagamento

De acordo com o Termo de Referência, na entrega de cada Produto/Relatório.

Produto	Valor do Desembolso	Cronograma de Entrega
Produto 1	20%	15 dias
Produto 2	20%	45 dias
Produto 3	20%	90 dias
Produto 4	20%	120 dias
Produto 5	20%	180 dias
Total	100%	6 meses

### 5. CRONOGRAMA DE TRABALHO

Conforme a Proposta Técnica, o início dos trabalhos está previsto para Março de 2015, podendo sofrer ajustes. O prazo total para realização dos serviços é de seis (6) meses, a contar da assinatura do contrato.

Estima-se um prazo de seis (6) meses (180 dias) para realização dos trabalhos até a entrega do Produto Final.

**OBS<sub>1</sub>:** O contratante fica responsável por encaminhar ao contratado todos os documentos solicitados, necessários, quando for o caso, e indicar o local exato (secção) de realização das respectivas medições.

**OBS<sub>2</sub>:** O contratado fica responsável pelo aluguel e calibração dos equipamentos, contrato de pessoas locais e o fornecimento dos EPI's necessários.

**OBS<sub>3</sub>:** No acordo o contratante autoriza o contratado a divulgar gratuitamente sua logomarca em seu website para propaganda, sem ônus.

**NOTA:** A proposta financeira, ora apresentada, tem validade de 30 (trinta) dias, contados da data de seu recebimento, findo o qual poderá estar sujeita a modificações que possam resultar em novas negociações para o fechamento do respectivo Contrato de Prestação de Serviços.

.....  
Sem mais para o momento, aguardamos o oportuno retorno de V.Sa., com a assinatura do pertinente de **acordo** (em duas vias) para efetivarmos a contratação dos serviços ora propostos.

Atenciosamente,

Décio Ferreira de Oliveira  
Representante

Rua Tawaris, nº 151 – Trav.01 Conjunto Buriti - Alvorada  
Macapá - Amapá - Brasil - CEP: 68.906-633  
Tel.: (96) 3224-3774 ou 9126-7627 ou 9974-9561

## ANEXO D – OFÍCIO COM A DECISÃO DA NÃO APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DIRETOR “LEITURA DA CIDADE” DE 2014



Município de Oiapoque  
Poder Legislativo Municipal  
Câmara de Vereadores de Oiapoque  
Palácio Manoel Primo dos Santos  
Gabinete da Presidência

Ofício nº0185/2016 – GAB/PRESI/CMVO.

Oiapoque/AP, 17 de outubro de 2016.


A Sua Senhoria  
Edson Lopes Maia  
Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras  
Rua Joaquim Caetano da Silva, 460, centro  
68980-000 – Oiapoque – Amapá

Referência: Informação.

Senhor Secretário,

1. Com cordiais cumprimentos, o Poder Legislativo Municipal, vem por intermédio deste, **informar** a Vossa Senhoria que o Plano Diretor Participativo “Leitura da Cidade”, não foi aprovado por esta Casa de Leis, simplesmente foi colocado para conhecimento do Soberano Plenário, na oportunidade foi feita uma explanação pela Equipe do Poder Executivo Municipal.
2. No mais, reiteramos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Vereadora Angelina Neta dos Santos Ribeiro  
Presidente da CMVO.  
Biênio 2015/2016

*Handwritten notes:*  
17-10-2016  
AS 114

*Handwritten note:* ARQUIVADO

Avenida: Veiga Cabral nº. 390 Centro.  
Fone- Fax: (96) 3521-1775  
Email: [camaradeoiapoque2009@bol.com](mailto:camaradeoiapoque2009@bol.com)  
Site: [oiapoque.ap.leg.br](http://oiapoque.ap.leg.br)

## ANEXO E – REGISTRO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA MIGUEL CAETANO DE ALMEIDA E RAIMUNDO AGNALDO CHAGAS DA ROCHA



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
 Tucujuris - Sistema de gestão processual eletrônico

0001415-74.2016.8.03.0009

1ª VARA DA COMARCA DE OIAPOQUE - OIAPOQUE

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

■ Processo misto

Parte Autora	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ	
Parte Ré	MIGUEL CAETANO DE ALMEIDA	Advogado(a): LUANA ALVES CORREIA
Parte Ré	RAIMUNDO AGUINALDO CHAGAS DA ROCHA	Advogado(a): ALCEU ALENCAR DE SOUZA

### Tramitações

#60 em: 01/09/2017 01:00h prazo: 05/09/2017

Publicado Agendamento de audiência em 01/09/2017.

Certifico que a intimação da audiência designada para ser realizada em 23/11/2017 12:00 foi devidamente publicado(a) no DJE nº 000162/2017 em 01/09/2017.

#59 em: 31/08/2017 18:15h prazo: 01/09/2017

Disponibilizado no DJ Eletrônico

Registrado pelo DJE Nº 000162/2017





JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMARCA DE OIAPOQUE  
1ª VARA DA COMARCA DE OIAPOQUE  
AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 17, CENTRO - CEP 68.980-000 FONE: (96)3521-2586

1ª Vara - CP
Fls. _____

**Nº do processo: 0001415-74.2016.8.03.0009**

**Tipo de ato: Decisão**

Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa com pedido de liminar proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá em face de Raimundo Aguinaldo Chagas da Rocha e Miguel Caetano de Almeida.

Em síntese, o autor sustenta que os réus Raimundo Aguinaldo Chagas da Rocha, ex-prefeito municipal, e Miguel Caetano de Almeida, atual prefeito municipal, deixaram de tomar as providências necessárias para a elaboração de Plano Diretor para o Município de Oiapoque, quando estavam obrigados a fazê-lo.

Sustenta, outrossim, que em 20/06/2011, o Ministério Público Estadual expediu Recomendação para que fosse cumprida a norma prevista na Lei nº 10.257/2001 e no art. 186, §1º, da CF, quanto à obrigatoriedade do Plano Diretor, que não foi atendida pelos réus.

Ao mov. 04, foi determinada a notificação dos Réus para apresentarem manifestação preliminar.

Os Réus foram devidamente notificados, conforme se verifica das fls. 08/10, tendo o prazo para manifestação decorrido in albis, conforme mov. 09.

É o que importa relatar. Passo a decidir sobre o recebimento da ação.

De início, cumpre salientar que a ação de improbidade administrativa possui um procedimento especial regulado pelos arts. 17 e 18 da Lei 8.429/92. Dentre as suas peculiaridades, destaca-se que esta ação possui um juízo prévio de admissibilidade, no qual o julgador deve analisar se os fatos descritos na inicial enquadram-se, ao menos em tese, em um dos tipos previstos na lei, e se há indícios da prática do ato. Preenchidos esses pressupostos, deve o juiz proceder à fase instrutória, onde as partes poderão produzir as provas que entenderem necessárias para comprovar as suas alegações.

A jurisprudência é uníssona ao prever que esta ação só deve ser rejeitada de plano caso o julgador se convença da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita, de modo que a presença de meros indícios da prática do ato é suficiente para o recebimento e processamento da ação, uma vez que, nesta fase inicial do processo, impera o princípio do in dubio pro societatis.

Desse modo, anoto que não me cabe um exame aprofundado. De fato, o caso é apenas de dizer se a ação deve prosseguir ou se há razões que justifiquem sua pronta rejeição. E, desde já, deve ser dito que prevalece a primeira alternativa, até porque, os Réus não trouxeram aos autos qualquer questão que pudesse levar a um convencimento contrário, razão pela qual, passo a me manifestar sobre o recebimento da presente ação de improbidade administrativa à luz dos argumentos e indícios de provas apresentados nesta primeira fase do processo e sobre a adequação da via eleita.



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMARCA DE OIAPOQUE  
1ª VARA DA COMARCA DE OIAPOQUE  
AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 17, CENTRO - CEP 68.980-000 FONE: (96)3521-2586

1ª Vara - CP
Fls. _____

Somente é possível julgar improcedente o pedido de aplicação das penalidades previstas para a prática de atos de improbidade quando for flagrante a inoccorrência destes últimos. Não é o que ocorre no presente caso, onde o MP descreveu fato que à primeira vista constitui ato de improbidade administrativa, qual seja, deixar de adotar providências quanto à elaboração do Plano Diretor.

Para confirmar as alegações dos demandados bem como a comprovação da existência ou não de dolo, necessário se faz instruir melhor o feito.

Diante dos indícios de improbidade administrativa, entendo que a presente ação deve ser recebida a fim de apurar a responsabilidade dos agentes envolvidos. Por conseguinte, recebo a inicial nos termos em que foi proposta.

Citem-se/intimem-se os Réus, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, designe-se audiência de instrução e julgamento.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

OIAPOQUE, 19/12/2016

LAURA COSTEIRA ARAUJO DE OLIVEIRA  
Juiz(a) de Direito

## ANEXO F – QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE 2017

### Diagnóstico para elaboração do Plano Diretor Municipal de Oiapoque-AP

Entrevistador(a):	Data: / /2017	Nº formulário:
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>		
<b>1. Nome do entrevistado:</b>		
<b>1.1 Endereço:</b>	<b>Número:</b>	<b>Bairro:</b>
<b>1.2 Área (Perímetro):</b>	<b>Distrito:</b>	<b>Telefone:</b>
<b>1.3 Sexo:</b> 1.( ) Masculino 2.( ) Feminino		
<b>1.4 Faixa etária:</b> (1) 18 - 29 anos (2) 30 - 60 anos (3) acima de 60 anos.		
<b>1.5 Nível de escolaridade:</b> 1.( ) Não sabe ler, nem escrever 6.( ) Ensino Superior Completo 2.( ) Ensino Fundamental Completo 7.( ) Ensino Superior Incompleto 3.( ) Ensino Fundamental Incompleto 4.(...) Ensino Médio Incompleto 5.( ) Ensino Médio Completo		
<b>1.6 Estado civil</b> 1.( ) Solteiro(a) 2.( ) Casado(a) 3.( ) União Estável (a) 4.( ) Separado(a)/Divorciado(a) 5.( ) Outros		
<b>1.7 Local de nascimento:</b> 1.( ) Oiapoque 3.( ) Outro Município do Amapá. Qual? _____ 2.( ) Outro Estado. Qual? _____ 4.( ) Outro País. Qual? _____		
<b>1.8 Qual foi a razão da migração</b> 1.( ) Veio criança com a família 2.( ) Emprego 3.( ) Em busca de melhores condições de vida 4.( ) Casamento 5.( ) Outro: _____		
<b>1.9 Quanto tempo mora em Oiapoque?</b> 1.( ) Menos de 1 ano 3.( ) De 5 a 10 anos 5.( ) De 15 a 20 anos 2.( ) De 1 a 5 anos 4.( ) De 10 a 15 anos 6.( ) Acima de 20 anos		
<b>1.10 Pretende se mudar para outro lugar?</b> 1.( ) Sim 2.( ) Não		
<b>1.11 Se sim, qual o motivo?</b> 1.( ) Deficiência no atendimento do serviço de saúde 2.( ) Deficiência na educação (falta de vaga em creches e escolas) 3.( ) Problemas com segurança pública: falta de policiamento, área violenta, muitos assaltos e furtos. 4.( ) Ausência de infra estrutura no local: água, energia elétrica, coleta de resíduos e iluminação pública. 5.( ) Proximidade de fontes de poluição 6.( ) Distância do local de trabalho 7.( ) Falta de emprego 8.( ) Problemas com a vizinhança 9.( ) Busca de novas oportunidades em outro lugar 10.( ) Outros motivos: _____		
<b>1.12 Quantidade de pessoas que residem no domicílio:</b> _____ Nº de homens: _____ Nº de mulheres: _____ Quantas famílias _____		
<b>1.13 Algum membro da família é portador de alguma necessidade especial?</b> 1.( ) Sim 2.( ) Não		
<b>1.14 Se sim, Qual?</b> _____		
<b>1.15 Se essa pessoa tem necessidade de atendimento especializado, diga qual:</b> _____		
<b>CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS</b>		
<b>2. Principal atividade fonte de renda da pessoa de referência da família:</b>		
1.( ) Agricultura	5.( ) Empregado carteira assinada	9.( ) Serviços Gerais/Bico
2.( ) Pecuária	6.( ) Serviços domésticos	10.( ) Comercio em geral
3.( ) Pesca	7.( ) Servidor público	11.( ) Extrativismo
4.( ) Aposentadoria	8.( ) Autônomo	12.( ) Outra. Qual? _____

<b>2.1 Somando a renda da pessoa de referência com a renda de todas as pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar?</b> (Considere a renda de todos que moram na sua casa, inclusive dos programas governamentais tendo por base o salário mínimo vigente em 2017 que é de R\$ 937,00).			
1. ( ) Até 1 salário mínimo (até 937)	3. ( ) De 2 a 3 salários mínimos (até 2.811)	5. ( ) De 5 a 6 salários mínimos (até 4.685)	
2. ( ) De 1 a 2 salários mínimos (até 1.874)	4. ( ) De 3 a 4 salários mínimos (até 3.748)	6. ( ) Mais de 6 salários mínimos (acima 5.622)	
<b>2.2 Você ou alguém da família que reside no mesmo domicílio recebe algum benefício social de programas governamentais</b>			
1. ( ) Não recebe	4. ( ) Bolsa família		
2. ( ) Renda pra viver melhor	5. ( ) Cesta básica programa Fome Zero		
3. ( ) Bolsa Verde	6. ( ) outros: _____		
<b>2.3 Condição da casa:</b>			
( ) 1. Própria ( ) 2. Alugada ( ) 3. Cedida/emprestada ( ) 4. Ocupada/invadida ( ) 5. Outra. Qual? _____			
<b>2.4 Uso da Casa:</b>			
1. ( ) Somente para moradia			
2. ( ) Moradia e uma parte é ponto comercial			
3. ( ) Moradia e também aluga outro cômodo (como quartos ou outras partes da casa)			
4. ( ) outros: _____			
<b>2.5 Se é própria possui documentação?</b>			
1. ( ) Não possui	3. ( ) É titulada	5. ( ) Tem recibo de Compra e Venda	
2. ( ) Declaração de doação	4. ( ) Escrituração	6. ( ) Outro. _____	
		7. ( ) Cadastro da Prefeitura de Oiapoque	
<b>2.6 Material da casa:</b>			
( ) 1. Madeira	( ) 3. Alvenaria	( ) 5. Mista (M/A)	
( ) 2. Taipá não revestida	( ) 4. Paxiúba	( ) 6. Outro. Qual? _____	
<b>2.7 Equipamentos que possui:</b>			
( ) 1. Automóvel	( ) 5. Fogão	( ) 9. Ventilador	( ) 13. Geladeira
( ) 2. Motocicleta	( ) 6. Televisão	( ) 10. Celular	( ) 14. Ar condicionado/Central
( ) 3. Bicicleta	( ) 7. Máquina de Lavar	( ) 11. Computador	( ) 15. Antena parabólica
( ) 4. Aparelho de som	( ) 8. Freezer	( ) 12. Embarcação motorizada	( ) 14. Outro: _____
<b>2.8 Qual é o seu meio de locomoção mais utilizado?</b>			
( ) 1. Bicicleta ( ) 2. Carro ( ) 3. Moto ( ) 4. Ônibus ( ) 5. Cavalo ( ) 6. Embarcação motorizada ( ) 7. Canoa			
<b>2.13 Qual a forma de iluminação em sua casa?</b>			
( ) 1. Elétrica ( ) 2. Óleo, querosene ou gás ( ) 3. Outra. Qual? _____			
<b>2.9 Se na anterior foi escolhida "Elétrica", qual é a fonte?</b>			
( ) 1. Bateria solar ( ) 2. Gerador próprio ( ) 3. Gerador coletivo ( ) 4. Rede de distribuição			
<b>2.10 Água:</b> ( ) 1. Poço artesiano ( ) 2. Poço amazonas ( ) 3. Direto do rio ( ) 4. CAESA ( ) 5. Outro. Qual? _____			
<b>2.11 Saneamento (destino):</b>			
( ) 1. Fossa Séptica ( ) 2. Fossa rudimentar/Negra ( ) 3. Descarte a céu aberto ( ) 4. Outro. Qual? _____			
<b>2.12 Quando alguém fica doente na família, em geral onde buscam tratamento?</b>			
( ) 1. Hospital na cidade próxima. Qual? _____			
( ) 2. Posto de saúde/Hospital do próprio município			
( ) 3. Posto de saúde na cidade mais próxima. Qual cidade? _____			
( ) 4. Rezador, curandeiro ou parteira			
( ) 5. Em casa – medicação farmacêutica			
( ) 6. Em casa – plantas medicinais			
( ) 7. Clínica particular no próprio município			
( ) 8. Clínica/hospital particular em outro município. Qual? _____			
( ) 9. Outros: _____			
<b>2.13 Algum membro da família participa de atividades coletivas/associativas?</b>			
1. ( ) Sim 2. ( ) Não 3. ( ) Não sabe			
<b>2.14 Se sim, qual?</b>			
1. ( ) Sindicato			
2. ( ) Associação			
3. ( ) Cooperativa			
4. ( ) ONGS			
5. ( ) Movimento estudantil			
6. ( ) Grupos de movimento religioso			
7. ( ) Grupos relacionado a arte e cultura			
8. ( ) Outros: _____			

<b>3. DESTAQUE 5 problemas enfrentados cotidianamente pela população de Oiapoque que necessitam de soluções imediatas.</b>		
1.( ) Transportes	8.( ) Educação	15.( ) Energia
2.( ) Rodovia	9.( ) Saúde	16.( ) Falta de pavimentação das ruas
3.( ) O rio	10.( ) Segurança pública	18.( ) Não sabe responder
4.( ) Fronteira	11.( ) Violência	19.( ) Outro: _____
5.( ) Ponte Binacional	12.( ) Geração de emprego e renda	
6.( ) Conexão internet e telefone	13.( ) Poluição	
7.( ) Falta de espaço estruturado para lazer	14.( ) Conflito pela posse de terra	
<b>SOBRE PLANO DIRETOR MUNICIPAL</b>		
<b>4. Na sua opinião, para que serve o Plano Diretor Municipal?</b>		
1.( ) Melhorar à cidade	6.( ) Criar regras para regulamentar à cidade	
2.( ) Organizar os bairros	7.( ) Solucionar os problemas da cidade	
3.( ) Obter condições de financiamento	8.( ) Orientar as ações da gestão municipal	
4.( ) Integrar as políticas para o município	9.( ) Desenvolver o município	
5.( ) Melhorar a qualidade de vida da população	10.( ) Não sabe	
<b>5. Quais as suas expectativas em relação a elaboração e efetividade do Plano Diretor Municipal de Oiapoque?</b>		
1.( ) Excelente	5.( ) Péssima	
2.( ) Muito boa	6.( ) Ruim	
3.( ) Boa	7.( ) Indiferente	
4.( ) Nenhuma		
<b>6. Na sua opinião quem é o responsável pela aplicabilidade e controle do Plano Diretor Municipal?</b>		
1.( ) Prefeitura	4.( ) Associações de moradores	7.( ) Justiça Federal
2.( ) Sociedade civil	5.( ) Prefeitura e sociedade civil	8.( ) Outro órgão: _____
3.( ) Ministério Público	6.( ) Ministério das cidades	9.( ) Não sabe
<b>7. Já participou de algum evento que tratava sobre a formulação do Plano Diretor de Oiapoque?</b>		
1.( ) Sim 2.( ) Não		
<b>8.1 Se sim, quem foi o órgão/instituição ou pessoa responsável por tal evento?</b>		
1.( ) Prefeitura	3.( ) Associações de moradores	5.( ) Ministério das Cidades
2.( ) Universidade	4.( ) Ministério público	6.( ) Outros: _____
<b>9. Cite por ordem de PRIORIDADE até 5 itens que devem ser considerados na formulação do Plano Diretor Municipal de Oiapoque.</b>		
1.( ) Segurança	8.( ) Água e esgoto	15.( ) Proteção dos recursos naturais
2.( ) Lixo doméstico	9.( ) Saúde	16.( ) Estruturação de áreas de lazer
3.( ) Novo cemitério	10.( ) Emprego e renda	17.( ) Espaço para desenvolvimento da cultura local
4.( ) Pavimentação das ruas	11.( ) Controle de atividades informais	18.( ) Educação
5.( ) Habitação popular	12.( ) Problemas da fronteira	19.( ) Estruturação da área de orla
6.( ) Organização de áreas comerciais	13.( ) Acessibilidade e mobilidade urbana	20.( ) Outro: _____
7.( ) Transporte	14.( ) Redução de poluição	21.( ) Não sabe
<b>10. O Sr.(a) tem conhecimento sobre a existência de projetos para área onde você mora?</b>		
1.( ) Não tem conhecimento		
2.( ) Projeto Minha Casa Minha Vida;		
3.( ) Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC);		
4.( ) Projetos do governo estadual		
5.( ) Projetos municipais		
6.( ) Projetos de saneamento básico.		
7.( ) Outros: _____		
Observações gerais do pesquisador sobre esta entrevista:		
_____		
_____		

Assinatura do entrevistado

*Muito obrigado(a) pela sua colaboração*



**10. Na orla da cidade de Oiapoque não deve ter mais atividades que ofereçam riscos e danos para o meio ambiente?**

- 1 ( ) Concorda  
2 ( ) Não concorda  
3 ( ) Concorda parcialmente

10.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**11. A área da orla da cidade de Oiapoque deve ser preservada admitindo-se somente as atividades de lazer e o comércio já existente?**

- 1 ( ) Concorda  
2 ( ) Não concorda  
3 ( ) Concorda parcialmente

11.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**12. O espaço público (praça) da cidade de Oiapoque deve ter além de atividades comerciais, espaços para festejos e outros tipos de manifestações culturais?**

- 1 ( ) Concorda  
2 ( ) Não concorda  
3 ( ) Concorda parcialmente

12.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**13. Quantos pavimentos um prédio deve ter no máximo na cidade de Oiapoque:**

- 1 ( ) 2 a 4 pavimentos  
2 ( ) 4 a 6 pavimentos  
3 ( ) 6 a 8 pavimentos  
3 ( ) Além de 8 pavimentos

**14. Atividades que geram ruídos, danos e barulhos na área urbana devem ser alocadas para zonas mais distantes do núcleo urbano?**

- 1 ( ) Concorda  
2 ( ) Não concorda  
3 ( ) Concorda parcialmente

14.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**15. O transporte a ser priorizado na área urbana é a bicicleta?**

- 1 ( ) Concorda  
2 ( ) Não concorda  
3 ( ) Concorda parcialmente

15.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**16. Atividades que ocupam o passeio público no núcleo central da cidade de Oiapoque devem ser retiradas pela Prefeitura, assim como poços, barreiras e outros artefatos que geram dificuldades para os munícipes?**

- 1 ( ) Concorda  
2 ( ) Não concorda  
3 ( ) Concorda parcialmente

16.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**17. A área de expansão da cidade de Oiapoque deve ser parte da área do Infraero e o vetor da BR 156?**

- 1 ( ) Concorda  
 2 ( ) Não concorda  
 3 ( ) Concorda parcialmente

17.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**18. Sobre as áreas de riscos onde existem várias ocupações informais:**

- 1 ( ) Concorda com a retirada das edificações  
 2 ( ) Não concorda com a retirada das edificações  
 3 ( ) Concorda parcialmente

18.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**19. Sobre investimentos em habitações formais ou lotes urbanos:**

- 1 ( ) Você concorda com investimentos em habitações formais  
 2 ( ) Prefere a doação de lotes urbanos  
 3 ( ) Não concorda com nenhum dos dois

19.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**20. Sobre as atividades econômicas para desenvolver o município de Oiapoque:**

- 1 ( ) O mais adequado é o turismo  
 2 ( ) O mais adequado é o comércio, serviço e a indústria  
 3 ( ) O mais adequado é fortalecer o setor público  
 4 ( ) Todas os setores, porém de forma organizada  
 5 ( ) Somente as atividades formais  
 6 ( ) Atividades formais e informais, porém de maneira organizada no espaço urbano adequado  
 7 ( ) Nenhuma das alternativa anteriores

20.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**21. Marque até 02 propostas que você considera fundamentais para o desenvolvimento do município de Oiapoque:**

- 1 ( ) Concluir a BR 156  
 2 ( ) Equacionar as questões de livre trânsito entre Oiapoque/Saint George e Caiena  
 3 ( ) Melhorar as condições de infraestrutura urbana da cidade  
 4 ( ) Melhorar as conexões com as comunidades rurais

**22. Área do Infraero, SESC, Nova União e Planalto são as mais adequadas para investimentos de habitação de interesse social?**

- 1 ( ) Concorda  
 2 ( ) Não concorda  
 3 ( ) Concorda parcialmente

22.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_



**23. A área de Vila Vitória deve ser definida como parte da área de expansão:**

1 ( ) Concorda

2 ( ) Não concorda

3 ( ) Concorda parcialmente

23.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**24. As áreas protegidas como parques, reservas estão definidas como áreas com potencial turístico:**

1 ( ) Concorda

2 ( ) Não concorda

3 ( ) Concorda parcialmente

24.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**25. As áreas indígenas estão definidas como área de valorização e patrimônio cultural:**

1 ( ) Concorda

2 ( ) Não concorda

3 ( ) Concorda parcialmente

25.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**26. Áreas como Vila Brasil, Camopi estão definidas como áreas especiais de interesse turístico:**

1 ( ) Concorda

2 ( ) Não concorda

3 ( ) Concorda parcialmente

26.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

**27. A área no entorno da ponte binacional será uma zona de interesse social e econômico:**

1 ( ) Concorda

2 ( ) Não concorda

3 ( ) Concorda parcialmente

27.1 O que você complementaria \_\_\_\_\_

*Muito obrigado (a) por sua colaboração!*

Oiapoque, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Participante (a)